



RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2016**

Relatório de Gestão – Exercício 2016, elaborado com base nas orientações constantes nos normativos: Instrução Normativa – TCU N° 63/2010, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU N° 154/2016, de 19/10/2016, Decisão Normativa TCU N° 156/2016, de 30/11/2016 e a Portaria – TCU N° 59/2017, de 17/01/2017, para fins de apresentação ao Tribunal de Contas da União e dá cumprimento aos normativos institucionais.

Gestor: José de Arimatea de Matos

Mossoró-RN, 2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

ADMINISTRAÇÃO

Reitor

Prof. José de Arimatea de Matos

Vice-Reitor

Prof. José Domingues Fontenele Neto

Diretor do Câmpus Angicos

Prof. Araken de Medeiros Santos

Diretor do Câmpus Caraúbas

Prof. Daniel Freitas Freire Martins

Diretor do Câmpus Pau dos Ferros

Prof. Alessandro Pereira Lima

Chefe de Gabinete

Prof. Felipe de Azevedo Silva Ribeiro

Pró-Reitora de Administração

Anakléa Mélo Silveira da Cruz Costa

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Prof^a Vânia Christina Nascimento Porto

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Prof. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Rodrigo Nogueira de Codes



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Jean Berg Alves da Silva

Pró-Reitor de Planejamento

Prof. Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Keliane de Oliveira Cavalcante

Superintendente de Tecnologia, da Informação e Comunicação

Nichollas Rennah Adelino de Almeida

Superintendente de Infraestrutura

Cleyton Kleber Dantas Alberto

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS

Prof. Rodrigo Silva da Costa

Centro de Ciências Agrárias - CCA

Prof. José Torres Filho

Centro de Engenharias - CE

Prof. Alan Martins de Oliveira

Centro de Engenharias - CCEN

Prof. Odaci de Almeida Neves

Centro de Ciências Sociais, Aplicadas e Humanas - CCSAH

Prof^ª Ady Canário de Souza Azevedo

Chefe do Departamento de Ciências Exatas, Tecnológicas e Humanas

Prof. Edwin Luize Ferreira Barreto



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitoria de Planejamento

Pró-Reitor: Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo

Coordenação Geral, coleta de dados, sistematização e consolidação realizados pelo Prof. Moacir Franco de Oliveira – Pró-Reitor Adjunto de Planejamento

Equipe Técnica:

Antônio Erivando Xavier Júnior

Daiane Ferreira da Costa

Fabiana Roberta Smith de Medeiros Silva

Francisco Radamés Lima Dantas

Colaboração:

Biblioteca Orlando Teixeira

Diretora: Keina Cristina Santos Sousa

Unidade de Auditoria Interna

Chefe Substituto: Antônio Gilberto Martins da Costa



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE -	Aluno Equivalente
A _G -	Total de alunos efetivamente matriculados na graduação
A _{GE} -	Número de alunos equivalentes da graduação
A _G TI -	Número de alunos em tempo integral na graduação
A _{PG} -	Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i>
APGDR -	Relação aluno de pós-graduação por docente doutor
A _{PG} TI -	Número de alunos em tempo integral na pós-graduação
A _R TI -	Número de alunos de residência médica
BNB -	Banco do Nordeste do Brasil
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC -	Conselho de Curadores
CNAE -	Cadastro Nacional de Atividades Empresariais
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE -	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI -	Conselho Universitário
CTA -	Conselho Técnico Administrativo
D -	Doutorado
DIMASG -	Divisão de Material e Administração de Serviços Gerais
DLM -	Densidade de livros por matrículas
DP -	Densidade de títulos de periódicos por programas de pós-graduação
DPSI -	Densidade do processo seletivo de ingresso
DT -	Taxa de docentes temporários
DTM -	Densidade de títulos por matrículas
ENEM -	Exame Nacional do Ensino Médio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

ESAM -	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
FINEP -	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPLAD -	Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
G -	Graduado
GEPE -	Grau de Desenvolvimento discente com a pós-graduação
GPE -	Grau de Participação Estudantil
HU -	Hospital universitário
ID -	Índice de crescimento do número de docentes
IDTD -	Índice de crescimento do número de docentes com doutorado
IDTM -	Índice de crescimento do número de docentes com mestrado
IGV -	Índice de crescimento de vagas
IMG -	Índice de crescimento das matrículas
IMPGD -	Índice de crescimento das matrículas na pós-graduação em nível de doutorado
IMPGM -	Índice de crescimento das matrículas na pós-graduação em nível de mestrado
LOA -	Lei Orçamentária Anual
M -	Mestrado
MC -	Ministério da Comunicação
MEC -	Ministério da Educação
MPA -	Ministério da Pesca e Agricultura
N _{DI} -	Número de diplomados
N _I -	Número de ingressante
OCI -	Órgão de Controle Interno
PDR -	Produtividade de docente doutor
PDI -	Plano de Desenvolvimento Institucional
PICI -	Programa Interno de Iniciação Científica
PLOA -	Projeto de Lei Orçamentária Anual



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PNPD -	Plano Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
PROCAD -	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRODOC -	Programa de Apoio a Projetos Institucionais com Participação de Recém-doutores
PROUNI -	Programa Universidade para Todos
RDD -	Relação aluno diplomado/docente
REUNI -	Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGD -	Relação aluno tempo integral/docente em tempo integral
RMD -	Relação matrículas/docente em tempo integral
RN -	Rio Grande do Norte
RIP -	Registro Imobiliário Patrimonial
SESu-	Secretaria de Ensino Superior
SIAFI -	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG -	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV -	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGRH -	Sistema de Informações Gerenciais de Recursos Humanos
SIMEC -	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG -	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC -	Sistema de Avaliação de atos de Admissão e Concessões
SiSU -	Sistema de Seleção Unificada
TB -	Taxa de alunos com bolsa de pesquisa
TBD -	Taxa de cobertura das bolsas de doutorado
TBM -	Taxa de cobertura das bolsas de mestrado
TCU -	Tribunal de Contas da União
TDE -	Taxa de docentes executores de ação de extensão
TE -	Taxa de alunos executores de extensão
TEPG -	Taxa de excelência na pós-graduação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

TE _v -	Taxa de evasão na graduação
TMPG -	Taxa de matrículas na pós-graduação
TSG -	Taxa de sucesso na graduação
UFERSA -	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UG -	Unidade Gestora
UGO -	Unidade Gestora Orçamentária
UJ -	Unidade Jurisdicionada
UO -	Unidade Orçamentária



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 01	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas 32
Quadro 02 Anexo A	Macroprocessos finalísticos —
Quadro 03	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes 38
Quadro 04	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes 39
Quadro 05	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares 40
Quadro 06	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares 41
Quadro 07	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação 42
Quadro 08	Funcionamento das instituições federais de ensino superior 44
Quadro 09	Reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior 45
Quadro 10	Assistência ao estudante de ensino superior 47
Quadro 11	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão 48
Quadro 12	Pagamento de aposentadorias e pensões - Servidores civis 49
Quadro 13	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado – Precatórios 50
Quadro 14	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios 51
Quadro 15	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais 52
Quadro 16	Pagamento de pessoal ativo da União 53
Quadro 17	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade 54
Quadro 18	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos 55



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Quadro 19	Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica	56
Quadro 20	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	58
Quadro 21	Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	59
Quadro 22	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	59
Quadro 23	Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	60
Quadro 24	Perfil dos atrasos na análise das contas	61
Quadro 25	Informações sobre a realização das receitas	62
Quadro 26 Anexo B	Despesas por modalidade de contratação	64
Quadro 27	Despesas por grupo e elemento de despesa	—
Quadro 28	Concessão de suprimento de fundos	66
Quadro 29	Utilização de suprimento de fundos	66
Quadro 30	Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de 2016 ...	67
Quadro 31	Indicadores primários utilizados para cálculo dos indicadores de gestão da UFERSA, conforme Decisão TCU 408/2002 - Exercício 2012/2016	68
Quadro 32	Indicadores de Gestão – 2012/2016, conforme Decisão nº 408/2002 – TCU – Plenário	69
Quadro 33	Indicadores de Gestão Acadêmica da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, segundo o FORPLAD – Evolução 2012/2016	78
Quadro 34 Anexo	Evolução do custo corrente anual da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	—
Quadro 35 Anexo D	Aluno de graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	—
Quadro 36 Anexo E	Aluno de graduação equivalente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2012/2016	—



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Quadro 37	Aluno de Graduação (AG), Aluno de Graduação Equivalente (AGE) e Anexo F Aluno de Graduação em Tempo Integral (AGTI), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido em 2016	—
Quadro 38	Quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação – Exercícios Anexo G 2012/2016	—
Quadro 39	Alunos concluintes de cursos de graduação na Universidade Federal Rural Anexo H do Semi-Árido – 2012/2016	—
Quadro 40	Candidatos inscritos em processos seletivos para ingresso em cursos de Anexo I graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	—
Quadro 41	Vagas ofertadas em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Anexo J Semi-Árido – 2012/2016	—
Quadro 42	Alunos dos programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> (Mestrado) na Anexo K Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	—
Quadro 43	Alunos dos programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> (Doutorado) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	101
Quadro 44	Alunos matriculados nos programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	102
Quadro 45	Alunos em tempo integral nos programas de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> na Universidade Federal Rural do Semi-Árido	102
Quadro 46	Conceito CAPES dos cursos de pós-graduação <i>Stricto sensu</i> na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	104
Quadro 47	Equipe Técnica da Unidade de Auditoria Interna	106
Quadro 48	Descrição das ações de auditoria interna realizadas pela UFERSA	108
Quadro 49	As recomendações formuladas pela Unidade de Auditoria Interna e suas Anexo L implementações	—
Quadro 50	Dados do relatório anual dos procedimentos junto ao sistema CGU-PAD	109
Quadro 51	Composição da força de trabalho da Unidade	112
Quadro 52	Distribuição da lotação efetiva	113
Quadro 53	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	113



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Quadro 54	Quantidade de servidores da Unidade jurisdicionada por faixa etária – situação apurada em 31/12/2016	114
Quadro 55	Detalhamento do quadro de pessoal da Unidade jurisdicionada por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12/2016	114
Quadro 56	Composição do quadro de servidores em relação à aposentadoria – situação apurada em 31/12/2016	115
Quadro 57	Demonstrativo das despesas com pessoal	118
Quadro 58	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Angicos	120
Quadro 59	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Caraúbas	120
Quadro 60	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Mossoró	121
Quadro 60	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Pau dos Ferros	121
Quadro 62	Composição do quadro de estagiários	122
Quadro 63	Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada ...	123
Quadro 64	Custos associados à manutenção da frota de veículos automotores de propriedade da UFERSA	124
Quadro 65	Distribuição geográfica dos imóveis da UFERSA	125
Quadro 66	Imóvel da União sob responsabilidade da Unidade	125
Quadro 67 Anexo M	Demonstração das cessões de espaços público de imóveis a órgãos públicos e privados pela UFERSA em 2016	—
Quadro 68	Espaços físicos cedidos pela UFERSA com base em Decisões do Conselho Universitário	126
Quadro 69	Informações sobre imóveis locados de terceiros	127
Quadro 70	Sistemas de TI gerenciados pela SUTIC	129



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Quadro 71	Relação de projetos de Tecnologia da Informação	131
Quadro 72	Despesas realizadas com Tecnologia da Informação	132
Quadro 73	Demonstrativo da execução das ações do PLS – Ufersa	133
Quadro 74	Demonstrativo do número de pedidos e recursos realizados junto ao SIC	134
Quadro 75	Categorias de chamadas realizadas junto à Ouvidoria	135
Quadro 76	Demonstrativo de receitas próprias da Ufersa para o ano de 2016	140
Quadro 77 Anexo S	Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	—
Quadro 78 Anexo T	Deliberações do Órgão de Controle Interno	—
Quadro 79 Anexo U	Informações sobre o atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005.....	—

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 01	Relação custo corrente/Aluno equivalente, segundo TCU – 2012/2016.. 70
Gráfico 02	Relação aluno tempo integral/Professor equivalente, Aluno tempo integral/Funcionário equivalente e Funcionário equivalente/Professor equivalente - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016..... 72
Gráfico 03	Grau de participação estudantil e Grau de envolvimento com a pós-graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016..... 73
Gráfico 04	Conceito CAPES/MEC para pós-graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016 74
Gráfico 05	Índice de qualificação do corpo docente - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016..... 75
Gráfico 06	Taxa de sucesso na graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016..... 76
Gráfico 07	Número de cursos de graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 79
Gráfico 08	Número de alunos ingressantes e de concluintes na graduação da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 80
Gráfico 09	Índice de evasão, retenção e de desempenho acadêmico de cursos de graduação da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 83
Gráfico 10	Número de titulados nos programas de pós-graduação da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 84
Gráfico 11	Número de projetos de pesquisa financiados da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 85
Gráfico 12	Número de projetos de cooperação internacional aprovados pela UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 86
Gráfico 13	Índice de internacionalização da produção científica da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 87
Gráfico 14	Taxa de alunos com bolsas de extensão e taxa de alunos extensionistas da UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 88
Gráfico 15	Taxa de volume de recursos financeiros captados por editais-similares pela UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 89
Gráfico 16	Número de servidores membros de ações de extensão na UFERSA, segundo o FORPLAD – 2012/2016 90
Gráfico 17	Número de participantes com o atendidos em ações de extensão - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016..... 90
Gráfico 18	Número de alunos assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016 91

Gráfico 19	Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.	93
Gráfico 20	Evolução do custo corrente e despesas correntes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016	95
Gráfico 21	Aluno de graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	96
Gráfico 22	Aluno de graduação equivalente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	97
Gráfico 23	Alunos matriculados em cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	98
Gráfico 24	Alunos concluintes de cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	99
Gráfico 25	Total de candidatos inscritos nos cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	100
Gráfico 26	Vagas ofertadas em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	100
Gráfico 27	Alunos matriculados em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	102
Gráfico 28	Aluno de pós-graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	103
Gráfico 29	Conceito CAPES para os programas de pós-graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.....	104
Gráfico 30	Custos associados à manutenção da frota de veículos da UFERSA	124

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 01 Organograma Institucional da Universidade Federal Rural do Semi-Árido	33

SUMÁRIO

	Página
1	VISAO GERAL DA UNIDADE 28
1.1	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS 28
1.1.1	Finalidades da Instituição 28
1.1.2	Competências da Instituição 28
1.2	NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ... 28
1.3	AMBIENTE DE ATUAÇÃO 30
1.4	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL 31
1.5	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 34
2	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DOS RESULTADOS 35
2.1	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL 35
2.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício 35
2.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico 35
2.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 36
2.1.4	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos 36
2.2	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO 36
2.2.1.	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade ... 36
2.2.1.1	Ações de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS 37
a)	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes 37
b)	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes 38
c)	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares 39

d)	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares	40
e)	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	41
f)	Funcionamento das instituições federais de ensino superior	43
g)	Reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior	44
h)	Assistência ao estudante de ensino superior	46
i)	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	47
j)	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	48
k)	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado – precatórios	49
l)	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios ..	50
m)	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	51
n)	Pagamento de pessoal ativo da União	52
o)	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade	53
p)	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos	54
q)	Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica	55
2.2.1.2	Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não processados – OFSS	56
2.2.1.3	Ações de Orçamento de Investimento	56
2.2.2	Análise situacional das ações	56
2.2.3	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	57
2.2.4	Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	57
2.2.5	Restos a pagar de exercícios anteriores	57
2.2.5.1	Análise crítica	58

2.2.6	Execução descentralizada com transferência de recursos	58
2.2.6.1	Análise crítica	61
2.2.7	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	61
2.2.8	Informações sobre a realização das receitas	62
2.2.9	Informações sobre a execução das despesas	63
2.2.9.1	Despesas totais por modalidade de contratação	63
2.2.9.2	Despesas por grupo e elemento de despesa	65
2.2.9.3	Análise crítica da realização da despesa	65
2.2.10	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	65
2.2.10.1	Análise Crítica	67
2.3	DESEMPENHO OPERACIONAL	68
2.3.1	Apresentação e análise de indicadores de desempenho ..	68
2.3.1.1	Indicadores de desempenho da UFERSA termos da Decisão 408/2002 TCU - Plenário	68
a)	Custo corrente por aluno equivalente	69
b)	Relação aluno tempo integral/professor equivalente	70
c)	Relação aluno em tempo integral/funcionário equivalente ..	70
d)	Relação funcionário equivalente/professor equivalente	71
e)	Grau de participação estudantil	72
f)	Grau de envolvimento discente com a pós-graduação	72
g)	Conceito CAPES/MEC para a pós-graduação	73
h)	Índice de qualificação do corpo docente	74
i)	Taxa de sucesso na graduação	75
2.3.1.1.1	Considerações sobre os indicadores de desempenho	76

2.3.1.2	Indicadores de desempenho da UFERSA nos termos do que define Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – FORPLAD	76
2.3.1.2.1	Indicadores da graduação segundo o FORPLAD	79
a)	Número de cursos de graduação	79
b)	Número de alunos ingressantes cursos de graduação	79
c)	Número de alunos concluintes na graduação	80
d)	Índice de evasão dos cursos de graduação	80
e)	Índice de retenção dos cursos de graduação	81
f)	Índice de desempenho acadêmico dos cursos de graduação	82
2.3.1.2.2	Indicadores de pesquisa e pós-graduação segundo o FORPLAD	83
a)	Número de titulados em programas de pós-graduação	83
b)	Número de projetos de pesquisa financiado	84
c)	Número de projetos de cooperação internacional aprovados	85
d)	Índice de internacionalização da produção científica	86
2.3.1.2.3	Indicadores de extensão segundo o FORPLAD	87
a)	Taxa de alunos com bolsa de extensão	87
b)	Taxa de alunos extensionistas	87
c)	Taxa de volume de recursos financiados captados por editais-similares	88
d)	Número de servidores membros de ações de extensão	89
e)	Número de participantes como “atendidos” em ações de extensão	90
2.3.1.2.4	Indicadores relacionados à assistência estudantil segundo o FORPLAD	91
a)	Número de alunos assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	91
b)	Índice de evasão de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	91

c)	Índice de retenção de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	92
d)	Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios	92
2.3.1.3	Considerações sobre os componentes utilizados para obtenção do cálculo dos indicadores de gestão	93
a)	Custo Corrente sem HU	93
b)	Aluno em tempo integral na graduação	95
c)	Aluno de graduação equivalente	96
d)	Professor equivalente	97
e)	Funcionário equivalente sem HU	97
f)	Alunos matriculados nos cursos de graduação	98
g)	Alunos concluintes de cursos de graduação	98
h)	Inscrição em processos seletivos e disponibilização de vagas	99
2.3.1.4	Considerações sobre o ensino de pós-graduação	101
2.3.2	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	104
3	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	105
3.1	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	105
3.2	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	105
3.3	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	109
3.4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	110
4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	112
4.1	GESTÃO DE PESSOAS	112
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	112
4.1.1.1	Composição da força de trabalho da Unidade	112

4.1.1.2	Distribuição da lotação efetiva	112
4.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade	113
4.1.1.4	Qualificação do quadro de pessoal da Universidade segundo faixa etária	114
4.1.1.5	Detalhamento do quadro de pessoal da Universidade segundo o grau de escolaridade	114
4.1.1.6	Classificação do quadro de pessoal da Universidade em relação ao tempo de aposentadoria	115
4.1.1.7	Análise crítica	115
4.1.2	Política de capacitação de pessoal	115
4.1.3	Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades relacionadas à pessoal	116
4.1.4	Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas	117
4.2	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	117
4.3	GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	119
4.4	CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	119
4.4.1	Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (Regular)	119
4.4.2	Contratação de estagiários	122
4.5	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES COM BASE EM PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	122
4.6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	123
4.6.1	Gestão da frota de veículos	123
4.6.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	124
4.7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	125
4.7.1	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	125
4.7.2	Informações sobre imóveis locados de terceiros	127
4.8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	127

4.8.1	Principais sistemas de informações	128
4.8.2	Gestão de pessoal de TI	129
4.8.3	Gerenciamento de serviços	130
4.8.4	Relação de projetos de TI	130
4.8.5	Despesas com tecnologia da informação	131
4.8.6	Ações de mitigação de dependência tecnológica	132
4.9	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	132
4.9.1	Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade	132
4.9.2	Análise crítica.....	133
5	RELACIONAMENTO COM SOCIEDADE	134
5.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	134
5.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	135
5.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	135
5.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	136
5.5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	137
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	138
6.1	DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	138
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR	138
6.3	POLÍTICAS, INSTRUMENTOS E FONTES DE RECURSOS PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	139
6.4	DEMONSTRAÇÃO DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS E DOS RESULTADOS	140
6.5	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE	140

	ATIVOS E PASSIVOS	
6.6	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	141
6.7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	141
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	142
7.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	142
7.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	142
7.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	142
7.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	142
7.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	143
7.6	INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	143
7.7	DEMONSTRAÇÕES DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DO DECRETO 5.626/2005 ..	143
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO	143
	ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

A estrutura do presente relatório de gestão compreende via de regra, as seções, os itens e subitens de informação, que são parte integrante do conteúdo geral estabelecido na Portaria TCU nº 59/2017, de 17/01/2017 anexo II da Decisão Normativa 154/2016, tendo-se verificado para sua elaboração aqueles itens que se aplicavam a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Além disto, buscam atender o disposto na Instrução Normativa – TCU Nº 63/2010, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU Nº 154/2016, de 19/10/2016, Decisão Normativa TCU Nº 156/2016 de 30/09/2015 e ainda a Portaria – TCU Nº 59/2017, de 17/01/2017. O mesmo representa o documento pelo qual o Gestor presta contas a comunidade interna e a sociedade de suas ações administrativas, orçamentária e financeiras, em cumprimento ao que estabelece os normativos do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como aos normativos institucionais. Sua estrutura contempla itens referentes a visão geral da Universidade onde são apresentadas as finalidades, competências, normas e regulamento de criação e funcionamento; seu ambiente de atuação, organograma e seus macroprocessos finalísticos; seus principais produtos e serviços. Em uma seção seguinte realizou-se uma abordagem sobre o planejamento organizacional dos resultados de forma a demonstrar como a Instituição planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas definidas para o exercício 2016, observando-se a implementação do que foi planejado e a vinculação destes com as competências institucionais, seu Plano de Desenvolvimento Institucional e demais planos de metas. Demonstrou-se ainda, o desempenho orçamentário da Unidade frente às ações vinculadas ao Plano Plurianual do Governo Federal vinculadas ao Ministério da Educação, os instrumentos de transferência de recursos, execução de despesas e ainda foram avaliados os indicadores de gestão com construídos com base na Decisão Normativa do TCU 408/2002 e indicadores do FORPLAD. Procedeu-se ainda a avaliação da estrutura de governança da UFERSA, atuação da unidade de auditoria interna, atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, gestão de riscos e controles internos.

Também foram avaliados seções e itens referentes a áreas especiais de gestão, que compreendiam informações sobre gestão de pessoas, estrutura de pessoal, despesas com pessoal e riscos relacionados a pessoal, além de contratação de pessoal para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do ministério de vinculação, entre outros. Como forma de demonstrar como a Instituição relaciona-se com a sociedade comentou-se sobre os canais de acesso ao cidadão, a Carta de Serviços ao Cidadão, os mecanismos para medir a satisfação dos usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços prestados, bem como o cumprimento das normas relativas à acessibilidade.

Finalmente de maneira a evidenciar como a Unidade desempenha financeiramente suas ações e atividades pertinentes foram apresentadas informações contábeis, conformidade da gestão e ainda informações emanadas dos órgãos controle e apontou-se alguns itens considerados relevantes do ponto de vista de execução orçamentária para o exercício de 2016. Destaca-se que a elaboração deste Relatório constitui-se em esforço coletivo da Universidade, sob responsabilidade da Divisão de Planejamento Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento e visa permitir que a sociedade possa obter informações sobre a Gestão 2016 – 2020, conforme prever a legislação vigente e os normativos do Tribunal de Contas da União relativas as elaboração e apresentação de prestação de contas do exercício 2016.

A Gestão entende que executou com zelo, eficiência e baseada em princípios da economicidade os recursos orçamentários disponibilizados para a Unidade por meio da LOA 2016 e, que ao longo do exercício concentrou esforços para atender as variadas atividades relativas ao funcionamento institucional, como forma de garantir as ações planejadas para o exercício alinhadas ao Plano de Desenvolvimento da Instituição. Ao mesmo tempo coloca que dificultou a execução das ações planejadas as liberações de limites de empenho que foram contingenciadas especialmente no início do ano, quando apenas houve a liberação de 1/18

mensal apenas para cursos de custeio e que ao final do ano cerca de R\$ 5.000.000, bem como a liberação de recursos financeiros para pagamentos aos fornecedores.

Como ação de interesse para as demais IFES e os cidadãos, em geral, a Gestão coloca que com base em seu Plano de Logística Sustentável implantou uma usina fotovoltaica no campus central, que tem proporcionado economia significativa nos recursos gastos com energia, motivo pelo qual está prevendo novas aquisições de usinas para o exercício de 2017, a fim de expandir o parque de energia solar para os demais *campi* e, desse modo ampliar suas ações de sustentabilidade ambiental.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

O item visão geral da unidade contempla os elementos identificadores da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e também informações que melhor a caracterizam, dentre eles a sua estruturação, contexto de atuação, principais macroprocessos finalísticos, competências, entre outras, visando proporcionar ao cidadão a melhor compreensão do que é a Universidade.

1.1 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

1.1.1 Finalidades da Instituição

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido é uma autarquia da administração indireta do Ministério da Educação com sede na cidade de Mossoró, que tem como principal atividade fim ministrar ensino superior, mas também está imbuída de desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária, conforme preconiza o artigo 2º da Lei 11.155/2005, de 29 de julho de 2005 e estabelece o seu Estatuto. A mesma é constituída por quatro *campi* e é pessoa jurídica de direito público, dotada de autonomia didático-científico, financeira, administrativa, disciplinar, e patrimonial, regendo-se por legislação federal, pelo seu Estatuto, pelo seu Regimento e por resoluções e normas emanadas de seus Órgãos Colegiados.

1.1.2 Competências da Instituição

Como instituição de ensino superior a Universidade Federal Rural do Semi-Árido tem como competência difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região Semiárida brasileira, contribuindo assim, para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, e preparando profissionais capazes de atender as demandas da sociedade. Para que possa cumprir com as competências a ela atribuídas em suas normas regulamentares a UFERSA, em seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) contempla ações voltadas a formar egressos com aptidões científicas, socioambientais e políticas, construídas com base em atividades de pesquisas que abrangem diversas áreas do conhecimento, bem como preveem que estes, enquanto discentes, realizem atividades de extensão universitária comprometidas com princípios socioeconômicos e ambientais. Estas aptidões resultam das atividades ensino, pesquisa e extensão, da difusão e socialização do saber de forma plural e indissociável, destacando-se aqui, que estas atividades são realizadas considerando-se princípios éticos, transparência pública, legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos, bem como o planejamento, a avaliação e a sustentabilidade. Salienta-se que, as competências são desencadeadas com base nos objetivos e metas previstos no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, assim como, em políticas governamentais próprias do Ministério de Educação.

1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Criada em 29 de julho de 2005, por meio da Lei nº 11.155, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, p. 4 e 5, em 01 de agosto de 2005, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, teve seu Estatuto aprovado pelo Conselho Máximo, em 07 de fevereiro de 2006, conforme Resolução CTA/UFERSA nº 001/2006, mais recentemente alterado por meio da Resolução homologada por meio da Portaria nº 566, de 24 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, p. 33, de 25 de

agosto de 2016. Como ente jurídico de direito público, goza de autonomia didático-científico, financeira, administrativa, disciplinar e patrimonial e rege-se por legislação federal, pelo seu Estatuto, pelo seu Regimento e por resoluções e normas emitidas por seus Órgãos Colegiados, como citado anteriormente.

Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, são balizadas por uma estrutura organizacional que compreende: a Assembleia Universitária, os Conselhos Superiores, a Reitoria, as Pró-Reitorias e os Centros Acadêmicos. O desencadeamento dessas atividades são norteadas em competências definidas, especialmente, em seu Estatuto e Regimento, mas também em normas complementares, além de legislações federais. As finalidades dos principais órgãos componentes do organograma institucional estão apresentadas a seguir:

a) Assembleia Universitária: discutir questões acadêmicas que norteiem os interesses das categorias e suas relações com a dinâmica institucional, quando necessário; reunir-se para atos de colação de grau dos cursos mantidos pela UFERSA e para a entrega de títulos outorgados pelo CONSUNI;

b) Conselho Universitário (CONSUNI): exercer a jurisdição superior, planejar e estabelecer a política geral da Universidade; aprovar o Estatuto, o Regimento, o seu Regimento Interno e dos órgãos suplementares, o Plano de Desenvolvimento Institucional e os respectivos Planos Anuais de Ação da Instituição, bem como suas alterações e emendas; aprovar a criação, agregação, desmembramentos, incorporação ou fusão e extinção de órgãos ou unidades; aprovar normas para avaliação do desempenho institucional; deliberar sobre questões relativas ao provimento de cargos, distribuição de vagas, remoção e redistribuição de servidores; apreciar os pareceres do Conselho de Curadores e demais órgãos de controle sobre o processo de prestação de contas da Instituição; deliberar sobre propostas do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, dentre outras atribuições definidas no Estatuto e no Regimento;

c) Conselho de Administração (CONSAD): elaborar e aprovar sua resolução interna; aprovar as diretrizes orçamentárias e a distribuição interna dos recursos, nos termos do Regimento; fixar normas gerais para celebração de acordos, convênios e contratos, e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; homologar tabelas de valores a serem cobrados pela UFERSA; emitir pareceres ao CONSUNI sobre a criação, agregação, desmembramento, incorporação ou fusão e extinção de órgãos ou unidades; deliberar sobre distribuição de cargos, lotação e remoção de pessoal técnico-administrativo; deliberar sobre normas de capacitação e qualificação de pessoal técnico-administrativo; deliberar sobre normas relativas às atividades comunitárias, especialmente as de assistência ao estudante de graduação presencial;

d) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): estabelecer a política e definir prioridades nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; exercer, como órgão deliberativo e consultivo, a jurisdição universitária nos campos do ensino, pesquisa e extensão; elaborar o seu próprio regimento, fixar normas complementares, com base no Regimento da Universidade e na legislação vigente, sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão; decidir sobre criação, expansão e modificação de cursos; constituir comissões; deliberar sobre propostas de distribuição de vagas e contratação de docentes, vagas para ingressos nos cursos da Universidade, além de outras atribuições estatutárias e regimentais;

e) Conselho de Curadores (CC): elaborar sua resolução interna e encaminhar ao Consuni para apreciação e aprovação; acompanhar e fiscalizar os atos e fatos da gestão inerentes à execução de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, além dos recursos financeiros oriundos de rendas internas, contratos, convênios ou ajustes de qualquer natureza; apresentar anualmente ao

Consuni, para apreciação, o seu parecer sobre o Relatório de Gestão do Reitor ou sobre o processo de prestação de contas da UFERSA, quando for o caso, dentro do prazo estabelecido pela legislação; e

g) Reitoria: como órgão executivo da Administração Superior, é composta pelas seguintes unidades: Gabinete do Reitor; Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas), Órgãos de Apoio e Assessoramento e Órgãos de Administração Geral. Como dirigente máximo da Instituição compete ao Reitor representar a UFERSA ou fazer-se representar nos casos permitidos em lei; coordenar e superintender as atividades universitárias; promover a elaboração da proposta de gestão orçamentária para apreciação e aprovação do Consuni; administrar as finanças da UFERSA; nomear, empossar, distribuir, remover, exonerar ou dispensar, conceder aposentadoria, licenças e afastamentos e praticar outros atos, da mesma natureza, na forma prevista em lei; e cumprir e fazer cumprir a legislação determinada pela Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, pelo Estatuto, pelo Regimento e pelas deliberações do CONSAD, CONSEPE e CONSUNI, dentre outras.

As atividades de planejamento da Unidade em avaliação são definidas com base no que está definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira de Técnico-Administrativos da UFERSA (PDIPCCTAE), no Plano de Logística Sustentável (PLS) e no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), observando-se, para esse fim, o que está previsto em legislações pertinentes, tais como leis, decretos, portarias ministeriais, orientações normativas e notas técnicas, assim como o seu Estatuto e Regimento.

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A UFERSA é uma instituição de ensino superior inserida em um ambiente bastante compreendido pela região semiárida, o que faz com que cumprir com suas finalidades e competências torne-se um constante desafio. Para cumprimento de suas finalidades e competências a mesma oferta 43 cursos de graduação e 17 cursos de pós-graduação, distribuídos em quatro *campi*, todos eles dentro do perímetro da região semiárida. Destacando-se aqui, a existência de outras instituições de ensino superior públicas e privadas em parte das cidades em que a UFERSA atua e, que podem atuar ora como parceiros ora como concorrentes de seus processos de formação.

Torna-se importante afirmar que na última gestão estruturou-se uma Assessoria de Comunicação (Assecom), que juntamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) tem trabalhado a imagem e melhoria da comunicação institucional o que tem proporcionado uma evolução em sua credibilidade, fator que tem elevado a busca pela entrada nos cursos que são oferecidos, o que fortalece sua atuação na região semiárida.

A região semiárida, como referenciado se constitui num bioma significativamente adverso, cuja população humana integrante apresenta condições socioeconômicas de risco, o que pode se configurar como uma ameaça à atuação da UFERSA. Porém, ao longo de seus 50 anos como instituição de ensino, esta tem convivido com as adversidades ambientais, sociais, econômicas que compõem sua área de atuação, enquanto espaço geográfico de atuação, solucionando problemas e criando soluções inovadoras para diferentes parcelas da sociedade, em função de oferecer cursos nas diferentes áreas do conhecimento e de pesquisas voltadas a resolução de problemas regionais.

Finalmente, é preciso que se aponte que oscilações nas políticas de governo voltadas às universidades têm levado a que estas após excelente processo de expansão de área territorial de atuação, expansão de seus recursos de custeio e de investimentos, expansão do número de cursos e de vagas têm passado por sérias questões de redimensionamento de custeio, obrigando-se a garantir o seu funcionamento diante da redução de recursos e contingenciamentos a cada exercício, de forma a contribuir para o aumento das ameaças e redução de oportunidades para aumentar seu potencial de atuação, mesmo tendo a UFERSA um conceito positivo para a sociedade e trabalhando com base em princípios éticos, legalidade e transparência.

1.4 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

De modo a permitir que a comunidade e a sociedade tenha conhecimento da estrutura orgânica da Universidade, estão apresentadas no item seguinte as principais competências das unidades responsáveis pela governança da institucional, destacando-se aquelas estrategicamente importantes para a gestão. Dessa forma, no quadro 01 encontram-se de forma sucinta informações sobre as subunidades estratégicas da UFERSA. Além disto, é disponibilizada em formato de figura 01 organograma com as unidades mais macro da Universidade.

Quadro 01– Informações sobre Áreas ou Subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
REITORIA	Órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.	José de Arimatea de Matos	Professor	01/01/016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Administração	Unidade responsável pela supervisão e coordenação das áreas de materiais, contratos, patrimônio, almoxarifado, transportes e arquivo da UFERSA.	Jorge Luiz de Oliveira Cunha	Administrador	01/01/2016 a 09/09/2016
		Anaklea Melo Silveira da Cruz Costa	Administradora	09/09/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Órgão destinado a planejar, promover, coordenar, estimular, supervisionar, controlar e avaliar as atividades comunitárias, especialmente as de assistência ao estudante, desenvolvidas pela UFERSA.	Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura	Professor	01/01/2016 a 09/09/2016
		Vania Christina Nascimento Porto	Professora	09/09/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Tem como objetivo intensificar relações transformadoras entre a Instituição e a sociedade, por meio de processos educativo, cultural, científico e artístico.	Felipe de Azevedo Silva Ribeiro	Professor	01/01/2016 a 09/09/2016
		Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura	Professor	09/09/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Graduação	Unidade vinculada diretamente a Reitoria, sendo o órgão executivo, supervisor e controlador das atividades acadêmicas da Universidade.	Augusto Carlos Pavão	Professor	01/01/2016 a 09/09/2016
		Rodrigo Nogueira Codes	Professor	09/09/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Órgão executivo, supervisor e controlador das atividades acadêmicas de pós-graduação da UFERSA.	Rui Sales Junior	Professor	01/01/2016 a 08/01/2016
		Vander Mendonça	Professor	08/01/2016 a 09/09/2016
		Jean Berg Alves da Silva	Professor	09/09/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Planejamento	Unidade responsável pela direção das atividades relativas à elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento institucional e pela gestão das áreas orçamentária, financeira e contábil da UFERSA.	George Bezerra Ribeiro	Engenheiro	01/01/2016 a 03/08/2016
		Álvaro Fabiano Pereira de Macedo	Professor	03/08/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar e supervisionar a execução e avaliação das ações de administração de pessoal, desenvolvimento e atenção à saúde dos servidores.	Keliane de Oliveira Cavalcante	Administradora	01/01/2016 a 31/12/2016
Superintendência de Infraestrutura	Unidade administrativa responsável por planejar, projetar e administrar obras de reformas, ampliações e de manutenção da infraestrutura física da UFERSA.	Cleiton Kleber Dantas Alberto	Engenheiro	01/01/2016 a 31/12/2016
Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação	Unidade administrativa responsável por planejar, implantar e manter todas as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação da UFERSA.	Nichollas Rennah Adelino de Almeida	Analista de TI	01/01/2016 a 31/12/2016

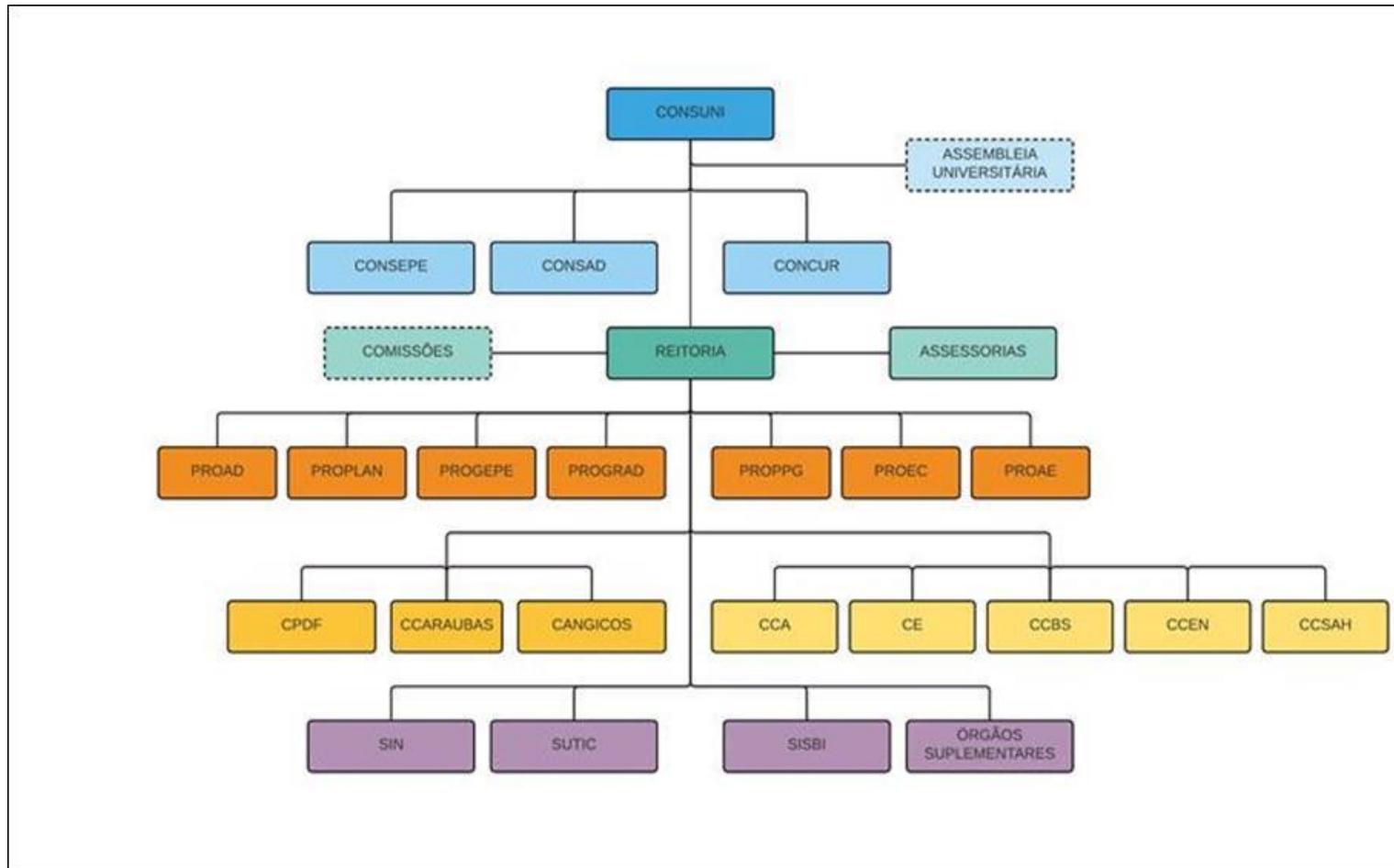


Figura 01 – Organograma da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Conselho Universitário (CONSUNI), Auditoria Interna (AUDINT), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho de administração (CONSAD), Conselho de Curadores (CC), Pró-reitoria de Administração (PROAD), Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-reitoria de Gestão e Pessoas (PROGEPE), Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), Câmpus Pau dos Ferros (CPDF), Câmpus Carauíbas (CCARAUBAS), Câmpus Angicos (CANGICOS), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de engenharias (CE), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN), Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH), Superintendência de Infraestrutura (SIN), Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), Sistemas de Bibliotecas (SISBI).

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos de uma unidade prestadora de contas representam os processos-chave da organização, voltados ao cumprimento ou consecução de sua missão e normalmente estão para mais de uma função da mesma, na busca de dar cumprimento a sua missão. Juntamente com os macroprocessos de apoio, que são aqueles que permeiam toda a organização e que de modo integrado, permitem que a unidade obtenha sucesso junto aos clientes.

No caso da Universidade Federal Rural do Semi-Árido os macroprocessos finalísticos estão para permitir que esta cumpra sua missão na produção e difusão do conhecimento no ensino em nível superior e estão representados pelos três pilares que regem as instituições de ensino superior, que são o ensino, a pesquisa e a extensão. O desenvolvimento destes macroprocessos, no exercício, teve como base os objetivos macros definidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e visam ampliar a oferta e a qualidade da formação superior em nível de graduação e pós-graduação, ampliar a produção e difusão do conhecimento para a sociedade, melhorar a infraestrutura das atividades acadêmicas e administrativas, aprimorar a estrutura organizacional e os instrumentos de gestão, aprimorar a política de gestão estudantil e fomentar ações de internacionalização, além de promover o dimensionamento e desenvolvimento humano dos servidores. Para o exercício em referência, as grandes funções da Unidade foram trabalhadas com base em metas estabelecidas em seu PDI, e foram fortalecidos em função de ações que resultaram na ampliação do número de cursos de graduação e de pós-graduação, ampliação no número de matrículas e da oferta de vagas, nos dois níveis do ensino superior; ampliação do acervo das bibliotecas; ampliação e modernização da infraestrutura para atendimento de atividades finalísticas e de apoio. Na adequação e criação de novas normas operacionais, de modo a condicionar a melhoria dos controles internos. Além disso, capacitou-se e qualificou-se servidores; e concentrou-se esforços para modernizar equipamentos de tecnologia da informação, entre outros.

Ressalta-se que, os resultados obtidos foram consequentes de esforços empreendidos pela Gestão e sua equipe, pois mesmo diante de um quadro de incertezas orçamentária e financeira, ocasionadas por redução de recursos de investimentos, em relação ao exercício anterior, seguida de contingenciamentos e indefinições na liberação de limites financeiros foi possível liquidar 77,17% de seu orçamento, excluindo as despesas com pessoal. Também foi importante para a melhoria dos macroprocessos finalísticos da Universidade no exercício o estabelecimento de parcerias que condicionaram uma maior amplitude de ações para o fortalecimento dos macroprocessos finalísticos institucionais, representados como já especificados pelo o ensino, a pesquisa e a extensão.

De forma atender o normativo que estabelece a elaboração deste relatório o (Quadro 02 – anexo A) detalha como são trabalhados estes macroprocessos na UFERSA.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DOS RESULTADOS

Este item corresponde a seção em que o Gestor, enquanto representante máximo da Unidade, apresenta aos órgãos de controle a forma como Universidade planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas para o exercício de referência do relatório e compreende três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário e resultados operacionais.

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para implementação das ações ou atividades voltadas a cumprir com os macro objetivos da Universidade, foram definidos para o exercício 2016, tendo como referência o que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2015/2019, a Gestão planejou para executar, dentre os objetivos específicos e metas do PDI: ampliar a oferta e a qualidade da formação superior em nível de graduação e pós-graduação; ampliar a produção e difusão do conhecimento para a sociedade; melhorar a infraestrutura das atividades acadêmicas e administrativas; dar maior suporte bibliográfico aos cursos de graduação e de pós-graduação, ampliando o acervo das bibliotecas; aprimorar a estrutura organizacional e os instrumentos de gestão; aprimorar a política de gestão estudantil; fomentar ações de internacionalização da universidade, em continuidade a que foi realizado no exercício anterior. Salienta-se que o plano desenvolvimento da Universidade contém 32 objetivos e 78 metas, que, progressivamente, vêm sendo trabalhados pelas diferentes unidades administrativas e acadêmicas de acordo com suas especificidade. Destaca-se que a execução desses objetivos, juntamente com as metas previstas, resultaram no incremento do número de cursos de graduação e de pós-graduação, na ampliação do número de vagas e de matrículas, no total de servidores qualificados e capacitados e na ampliação e melhoria da infraestrutura. Mas, também, na socialização do conhecimento científico, na formação de egressos, na formação de recursos humanos e na prestação de serviços especializados, resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Este item como objetivo informar aos órgãos de controle sobre o estágio de implementação do planejamento estratégico. Para a UFERSA, especificamente, seu Planejamento Estratégico está representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional. Este foi aprovado em janeiro de 2015, pelo Conselho Máximo da Instituição e tem vigência de cinco anos. Sua elaboração fundamentou-se em contribuições advindas da comunidade da UFERSA e norteou-se em contribuições que forma direta ou indireta fortaleciam aos objetivos finalísticos institucionais já referenciados em item anterior, quando tratou-se dos macro processos finalísticos. Do que prevê o PDI, espera-se que ao término de sua vigência constate-se a evolução e melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão da Universidade. De forma complementar, o planejamento estratégico da Instituição também passa por planejar ações vinculadas a programas do Governo Federal, definidas no orçamento anual. Por último, ressalta-se que o PDI está iniciando seu terceiro ano de vigência, mas poderá ter suas metas comprometidas e, conseqüentemente, seus resultados em função de políticas de Governo voltadas a redução do custeio das IFES. Também pode comprometer o cumprimento de objetivos e metas do PDI, a ocorrência de contingenciamento de recursos nos exercícios financeiros, já que podem acarretar reprogramações de metas e ou ações a serem desenvolvidas a anualmente.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Universidade tem no PDI o documento que corresponde ao seu plano estratégico. Este foi organizado na forma de eixos, conforme define os instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e abrange aspectos relativos à missão, aos princípios, ao Projeto Pedagógico Institucional, aos processos avaliativos da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), as políticas acadêmicas para atender ao ensino, a pesquisa, a extensão e ainda aquelas de gestão administrativa e de infraestrutura, de forma a não se desvincular de sua missão. Além disto, e de maneira a abranger condições, para o alcance de seus resultados desenvolve outros planos cujas ações se intersectam, em grande parte aos objetivos e metas do PDI, permitindo que a Instituição cumpra com suas competências. Estes planos estão representados pelo: Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI), Plano de Logística Sustentável (PLS) e o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS).

Do exposto, depreende-se que a UFERSA baseada na legislação que trata das competências constitucionais, leis e normativos referentes à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial instituiu um conjunto de planos como forma de cumprir com sua missão e competências, que é a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade e de maneira indissociável.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Os planos de ação da Universidade são monitorados através do sistema Geplanes e planos de ação impressos no formato 5W2H. Além deste, são realizadas reuniões semestrais para avaliação e monitoramento de resultados e anualmente é realizado um encontro de planejamento estratégico. Mesmo assim, a Unidade entende que outros sistemas precisam ser instalados de forma a garantir um melhor acompanhamento dos planos institucionais, de maneira a permitir mais eficiência ao acompanhamento da Gestão. Também é utilizado como forma de monitoramento dos planos a verificação de informações enviadas pelas unidades estratégicas e comissões e relatórios anuais de atividades das unidades, que contemplam as metas a serem executadas a cada exercício, os resultados obtidos com a execução das mesmas e ainda preveem aquelas a serem executadas no exercício seguinte.

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O item desempenho orçamentário está para o Gestor informar para os órgãos de controle sobre a programação e execução do orçamento do exercício, de modo que fique demonstrado a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento da Universidade. Também serve para que esse evidencie as principais dificuldades enfrentadas pela Instituição na execução do orçamento e como estas dificuldades refletiram no cumprimento dos objetivos institucionais.

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

No exercício 2016, foram definidas na Lei Orçamentária Anual (LOA), para a UFERSA 17 ações vinculadas a seis programas distintos, sendo nove delas ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, quatro ao Programa Educação Superior, uma ao Programa Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais, duas ao Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais e uma ao Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Os resultados das ações estão apresentados de forma individualizada. No exercício 2016, a UFERSA não deteve sob sua responsabilidade ações vinculadas aos Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado.

2.2.1.1 Ações de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

a) Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes

A ação denominada Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes é uma ação vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Analisada a execução da mesma verifica-se que foram destinados à execução da mesma R\$ 2.910.005,00 e que destes foram empenhados cerca de 100% dos recursos. Além disso, verifica-se que 100% das despesas com a ação foi liquidada e paga dentro do exercício (Quadro 03). Quanto aos restos a pagar de exercícios anteriores, estes foram cancelados integralmente durante o exercício. Esse crescimento é consequência das contratações e também dos reajustes no auxílio saúde definido pelo Governo Federal.

Quadro 03 – Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.2004			Tipo:	Atividade
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.280.000,00	2.910.005,00	2.909.695,13	2.837.737,44	2.837.737,44	-	71.957,69
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
88.774,43	-	88.774,43	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

b) Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes

Analisando-se o quadro 04 percebe-se que a ação teve um considerável incremento em sua dotação inicial ao longo do exercício e que a totalidade dos recursos empenhados foram liquidados e pagos no próprio exercício, o que representa a execução de 100% do que foi programado. Este comportamento também foi observado para o exercício anterior uma vez que não foram realizados registros em restos a pagar. A necessidade de suplementação na dotação inicial da ação resulta da necessidade de conceder o benefício a servidores com dependentes menores de seis anos e é consequência do número de servidores com direito ao benefício ao longo do exercício e que o solicitaram. Nos dez últimos anos, a UFERSA aumentou consideravelmente o número de servidores e grande parte destes encontram-se em idade de constituição de famílias.

Quadro 04- Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.2010			Tipo:	Atividade
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
192.000,00	1.051.459,00	1.031.271,28	1.031.271,28	1.031.271,28	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

c) Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares

Observando-se o quadro 05 constata-se que os recursos orçamentários disponibilizados para a ação de auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares no exercício de 2016 foram da ordem de R\$ 96.000,00. Percebe-se ainda que, foram empenhados, liquidados e pagos no exercício R\$ 79.332,59, indicando que 82,63% dos recursos destinados à ação foram utilizados, sugerindo que a Gestão tem estimado de forma muito adequada a execução da ação, ressaltando-se que estes resultados são influenciados pela adesão de novos servidores ao auxílio.

Quadro 05- Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.2011			Tipo:	Atividade
Título		Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
96.000,00	96.000,00	79.332,59	79.332,59	79.332,59	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

d) Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares

Quanto a execução da ação de auxílio alimentação aos servidores civis, empregados e militares, o quadro 06 demonstra que houve uma suplementação na dotação inicial da ação e os valores empenhados foram liquidados e pagos 100% dentro do exercício. A suplementação realizada é consequência das novas contratações realizadas pela Unidade no exercício e é implementada pelo próprio Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. A mesma representou um acréscimo de 24% na dotação inicial. As suplementações no orçamento previsto na LOA, para despesas com auxílio alimentação tem ocorrido ao longo de vários exercícios influenciada pelos processos de contratação de servidores.

Quadro 06 – Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.2012			Tipo:	Atividade
Título		Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.640.000,00	6.991.946,00	6.973.118,65	6.973.118,65	6.973.118,65	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

e) Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

No quadro 07 estão apresentados os resultados da ação capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Observa-se que no exercício de 2016 foi orçado R\$ 240.879,00, para a ação, mas que em função do contingenciamento imposto pelo Governo Federal foi liberado apenas R\$ 208.316,45. Destes recursos, foram empenhados R\$ 195.010,15, que corresponde à capacitação de 297 servidores, em ações de capacitação internas e externas, dos quais seis foram capacitados em cursos de educação formal e 291 em cursos de educação não formal, o que representa um incremento de 42,8% acima do previsto para a meta física. Dos recursos empenhados foram liquidados e pagos R\$ 188.056,07, o que representa 90,27% da meta financeira. Os valores inscritos em restos a pagar não processados correspondente a R\$ 6.954,08 refere-se aos recursos empenhados com pequenas despesas realizadas com ações de capacitação e que não foram liquidadas durante no exercício.

Analisando-se o contexto de execução do orçamento, é importante elucidar que a Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento (SCA) da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP), a quem compete às atribuições pertinentes a esta Ação, passou no exercício de 2016 por algumas limitações, entre as quais merecem destaque as decorrentes da demora na aprovação e liberação do orçamento anual pelo Governo Federal, dos cortes orçamentários ocorridos e, ainda, da adesão ao movimento nacional de greve por parte dos servidores técnico-administrativos em 2015, fatores que dificultaram o planejamento e execução das ações de capacitação para o ano de 2016. O movimento de greve levou a que várias demandas tivessem que ser reorganizadas. Outro fator que dificultou a

execução das ações de capacitações foi o tempo dedicado a concretização de vagas para os servidores da UFERSA em pós-graduações com instituições parceiras. Entre os fatores que contribuíram, destacam-se a realização da segunda edição do Seminário de Boas Práticas Administrativas da UFERSA, que tornou-se possível devido a colaboração conjunta de servidores da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e de outros setores da Universidade na promoção de quatro cursos de capacitação em parceria com a Escola de Governo (CENTRESAF-PE).

De forma a melhorar a execução da ação, em 2016, o Plano Anual de Capacitação foi direcionado para atender as ações mais intensivas e com enfoque diferenciado, abrangendo todos os quatro *campi* da Instituição, por meio da oferta de cursos e eventos, a exemplo da segunda edição do já citado Seminário de Boas Práticas Administrativas, em atendimento a demandas apresentadas por gestores e servidores em diagnósticos de capacitação de anos anteriores e a uma relevante demanda de capacitação específica apresentada pela PROGEPE, para os quais a DDP elaborou projeto de execução com apoio de servidores de vários setores e *campi* da Universidade, com enfoque na área de gestão de pessoas e abordando temas de interesse institucional, relacionados às relações de trabalho nas Instituições Federais de Ensino, como assédio moral no ambiente de trabalho, cursos de atendimento no serviço público, tesouro gerencial, orçamento e formação de preços em obras públicas com o novo SINAPI, gestão e fiscalização de contratos administrativos, entre outros.

Quadro 07 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.4572	Tipo:		Atividade	
Título		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
240.879,00	240.879,00	195.010,15	188.056,07	188.056,07	-	6.954,08
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Servidor Capacitado		Unidade	208	-	297	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
46.571,04	40.724,12	5.846,92	Servidor capacitado	UN	0	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

f) Funcionamento das instituições federais de ensino superior

O quadro 08 apresenta informações sobre a execução da ação que trata especialmente do funcionamento da Instituição e sua unidade de medida corresponde a estudante matriculado na graduação e na pós-graduação. Os dados indicam que a universidade executou com sucesso a ação, tanto no que se refere a meta financeira quanto ao que se refere a meta física. Destaca-se que, houve um incremento nos valores de recursos aportados para a ação no exercício 2016, em relação ao exercício anterior, o que permitiu a manutenção das condições de funcionamento da Universidade, mesmo havendo a redução de mão de obra em algumas atividades terceirizadas, visando a contenção de gastos. Quanto à meta física, percebe-se que alcançou-se 92,3% da meta. Este número também indica que houve uma elevação no número de matrículas em relação ao exercício de 2015. Salienta-se, no entanto, que a meta física definida para 2016, pode ter sido superestimada, uma vez que a matrícula no ano de 2015 era apenas de 8.181, embora tenham sido criados novos cursos de graduação e de pós-graduação. Infere-se ainda que, a execução da meta continua sendo influenciada negativamente pelo movimento de greve instalado na universidade, durante o exercício 2015, fator que culminou na não efetivação das matrículas na graduação para o semestre 2016.2 dentro do exercício em avaliação. Outro fator que influenciou a realização prevista no plano de metas da universidade e, certamente, do próprio Governo para atender seu PPA, foi o processo de contingenciamento que levou a liberação de recursos a ocorrer de forma muito tardia. Os recursos dessa ação são utilizados com despesas com energia, terceirização, vigilância, manutenção da infraestrutura, transporte, entre outros

Quadro 08 – Funcionamento das instituições federais de ensino superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2032.20RK			Tipo:	Atividade
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. Código: 03GD				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira – R\$						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.530.336,00	35.473.536,00	34.418.338,62	23.128.677,75	23.043.926,5	84.751,25	11.289.660,87
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	9.500	-	8.769	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.621.851,80	7.097.853,07	1.157.171,09	Estudante Matriculado	UN	8.769	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

g) Reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior

O quadro 09 apresenta as informações referentes a execução orçamentária e financeira da ação de reestruturação e expansão da Universidade, no exercício de 2016. Avaliando-se o mesmo, percebe-se que houve um acréscimo na dotação prevista inicialmente para a ação, correspondente a 3,1%. Constata-se ainda que, dos valores empenhados foram liquidados e pagos o correspondente a 6,66% permanecendo R\$ 17.154.450,42 em restos a pagar não processados, como consequência de medidas do Governo Federal para contingenciamento dos recursos e ainda em função de atrasos na liberação de recursos oriundos de emendas parlamentares. Estes aspectos levaram a Instituição a retardar os processos licitatórios tanto de obras como para a aquisição de equipamentos, e consequente inscrição de restos a pagar não processados. Os recursos dessa ação

são utilizados prioritariamente para consolidar a expansão da Universidade, no campus sede, bem como nos *campi* Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros.

Os recursos da ação foram empenhados para despesas com execução de 15 de obras no valor total de R\$ 5.550.719, e aquisição de equipamentos laboratoriais e de infraestrutura no valor de R\$ 3.308.891. Além disto, foram empenhados recursos no valor de R\$ 3.826.188, com despesas para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para funcionamento do curso de Medicina, como modelos anatômicos para fins didáticos, material bibliográfico, mobílias e computadores, associados a ação Mais Médicos. Quanto aos recursos de emenda aprovada e vinculada a ação REUNI, a administração ressalta que, estes permaneceram bloqueados durante todo o exercício, e sua liberação ocorreu apenas em 29/12/2016 de forma parcial, no valor de R\$ 7.500.000. Nesta data foi possível a execução por meio de um Convênio de desenvolvimento institucional firmado com a Fundação Guimarães Duque, sendo empenhado os recursos destinados a obras e equipamentos, como construção de um laboratório para o curso de Medicina e de Computação e Engenharia de Software, além de simuladores, painéis solares e outros equipamentos.

Quadro 09 - Reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2032.8282		Tipo:		Atividade
Título		Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		-				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código:0841				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Código: 2032				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.597.510,00	24.327.268,00	20.185.797,33	3.031.346,91	3.031.346,91	2.012.346,22	17.154.450,42
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	1	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1 /2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
15.142.437,61	9.888.606,65	237.812,33	Projeto viabilizado		Unidade	1

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

h) Assistência ao estudante de ensino superior

Em relação a execução da ação 4002, referente a assistência ao estudante de ensino superior, a Ufersa esclarece-se com base no quadro 10, que não foram realizadas suplementações na mesma ao longo do exercício. Esclarece-se ainda que dos R\$ 7.283.804,00 empenhados 75,53% foi liquidado e pago no exercício, indicando um bom resultado na execução da meta financeira da ação e excelente resultado quanto a execução da meta física, que representou 96% (2.539 alunos). A inscrição em restos a pagar não processados foram de despesas com bolsas e despesas com restaurante, que em função do movimento de greve tiveram que inscritas de forma a garantir a remuneração dos alunos vinculados ao PNAES, sejam com auxílios ou beneficiados com o restaurante universitário.

Dada a abrangência dos benefícios que são implementados com recurso dessa ação destacam-se alguns resultados como atendimento a 310 alunos com o programa de moradia estudantil; obras com novas residências nos quatro *campi*, o que permitirá na abertura de mais vagas para moradia; atendimento médio 1.297 alunos diariamente, com almoço e jantar no restaurante do campus sede; obras para construção de três novos restaurantes nos *campi* de Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros; oferta modalidades esportivas aos alunos como atletismo, basquete, boxe, capoeira, caratê, futebol americano, futebol de campo, futsal, handebol, jiu-jitsu, judô, karatê, kung-fu, luta livre, muay thay, natação, taekwondo, tênis de mesa, vôlei e xadrez;

Destacam-se ainda os resultados obtidos com a execução do Programa Incluir - Viver sem limite, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social. Com base neste programa foram realizadas ações como cursos de formação para letores e transcritores; aquisição de tecnologias assistivas (máquinas brailes, papel para impressora braile, lupa eletrônica e cadeira de rodas); curso de formação em braile; formação semanal sobre acessibilidade, inclusão, diversidade a ações afirmativas; apoio à realização do III Seminário Potiguar: Educação, Diversidade, Acessibilidade e Direitos Humanos; organização e realização da Roda de Conversa Temática-Artístico-Cultural MULHERES NEGRAS; terceiro semestre do Projeto de Extensão “Cine Incluir”; criação de vídeos institucionais em LIBRAS; atendimento da pessoa com deficiência que integra o corpo docente da instituição; apoio na realização do Pré-Seadis (Seminário de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social) nos *campi* Angicos e Caraúbas; realização da palestra “Lei Brasileira de Inclusão: desafios e perspectivas para o acesso e permanência de estudantes na educação”.

Quadro 10 - Assistência ao estudante de ensino superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2032.4002		Tipo:	Atividade	
Título		Assistência ao Estudante de Ensino Superior				
Iniciativa		Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência. Código: 03GA				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.283.804,00	7.283.804,00	7.150.100,03	5.400.721,68	5.370.460,18	30.261,50	1.749.378,35
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	2.650	-	2.539	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.508.518,36	1.468.721,91	26.590,00	Benefício Concedido	Unidade	2.655	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

i) Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão

A ação de fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão está para atender atividades do ensino de graduação e pós-graduação e, ainda, a pesquisa e a extensão. Com base no quadro 11 pode constatar que dos recursos previstos para implementação da ação foram empenhados 88,65%, o que representa R\$ 412.426,14. Deste valor, R\$ 374.680,36 foram liquidados e pagos no exercício, o que representa uma execução financeira significativa. Observa-se no entanto, que a meta física inicialmente prevista foi reprogramada tendo-se atingido 100% da mesma. Esta reprogramação foi feita considerando que os recursos do PROEX que estariam incluídos na ação, acabaram não sendo inclusos na mesma. Dessa forma, a Unidade apoiou a duas ações com os recursos da 20GK. O Idiomas sem fronteiras e a Licenciatura em Educação no Campo – LEDOC. Para a primeira iniciativa foram adquiridos material permanente e material de consumo, de forma a permitir que a Instituição incentivasse o aprendizado da língua inglesa na comunidade acadêmica (alunos e servidores) por meio de oferta gratuita de atividades didático-pedagógicas, bem como ofertar teste de nivelamento e de proficiência em inglês (TOEFL ITP), visando

incentivar o processo de internacionalização da UFERSA nas áreas de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e de capacitação de discentes e de servidores em instituições de excelência no exterior. Quanto a segunda atividade apoiada, que tem por finalidade formar professores que residem no “campo” foram atendidos 249 alunos. O curso proporcionou uma oportunidade singularmente importante para jovens e adultos de comunidades rurais com atividades como organização de eventos, participação em eventos, apresentações culturais, produção científico-acadêmica e formação integral e permanente. Mesmo assim, para esta iniciativa aponta-se algumas dificuldades como: limitações orçamentárias do exercício e a fragilidade da educação básica dos alunos.

Quadro 11 - Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2032.20GK		Tipo:	Atividade	
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Iniciativa		-				
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código:0803				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
465.210,00	465.210,00	412.426,14	374.680,36	374.680,36	10.734,81	37.745,78
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Iniciativa apoiada		Unidade	6	2	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
431.312,26	388.995,81	29.116,64	Iniciativa apoiada	Unidade		

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

j) Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis

Da ação pagamento de aposentadorias e pensões - Servidores civis (Quadro 12), verifica-se que os recursos empenhados foram liquidados na sua totalidade e que a ação teve uma pequena suplementação na sua dotação inicial, consequência de processos de aposentadorias não

programados inicialmente, já que em alguns casos a Universidade não tem como prever se o servidor vai aderir ao processo de aposentadoria, mesmo tendo completado seu tempo de serviço.

Quadro 12 – Pagamento de aposentadorias e pensões - Servidores civis

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		0089.0181		Tipo:		
Título		Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.518.086,00	31.756.629,00	31.718.340,13	31.718.340,13	31.718.340,13	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

k) Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado - precatórios

A presente ação é gerenciada por órgãos superiores do Governo Federal e diferentemente do exercício anterior, em que não houve execução, foram destinados para a mesma no exercício 2016 R\$ 22.471.958,00 e, destes foram liquidados e pagos 21.560.002,42. As implementações da ação 0005 independem de medidas de gestão pela Universidade (Quadro 13).

Quadro 13 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado - Precatórios

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		0901.0005			Tipo:	
Título		Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado - Precatórios				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.575.269,00	22.471.958,00	21.560.002,42	21.560.002,42	21.560.002,42	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.160,54	-	2.160,54	-	-	-	

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças- PROPLAN

1) Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios

Com a aprovação da LOA 2016, o governo destinou R\$ 1.580.335,00 para ação 00G5 e destes foram liquidados e pagos no exercício R\$ 262.118,00. Afirma-se por último que a ação é gerenciada por órgãos superiores do Governo Federal (Quadro 14).

Quadro 14 – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		0901.00G5			Tipo:	
Título		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.580.355,00	1.580.355,00	262.118,00	262.117,02	262.117,02	-	0,98
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.440,00	-	4.861,00	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

m) Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

A presente ação é gerenciada por órgãos superiores do Governo Federal e teve 9,9% de sua meta financeira executada, quanto ao que diz respeito a servidores da UFERSA. Além disto, teve um acréscimo de R\$ 243.021,75 no valor de sua dotação prevista. Observa-se ainda, que os valores empenhados foram integralmente liquidados e pagos no exercício, resultados não são influenciados pela Instituição (Quadro 15).

Quadro 15 – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.09HB		Tipo:		
Título		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.250.422,00	25.162.262,00	24.919.240,25	24.919.240,25	24.919.240,25	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

n) Pagamento de pessoal ativo da União

Esta ação é de natureza especial, é gerenciada por órgãos superiores do Governo Federal e sua meta financeira foi executada em 99,4%. Sua dotação inicial foi suplementada e os valores empenhados foram liquidados e pagos no próprio exercício. A suplementação nessa ação estaria associada a novas contratações realizadas pela UFERSA e possivelmente a reajustes salariais pagos aos servidores no exercício (Quadro 16).

Quadro 16 – Pagamento de pessoal ativo da União

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.20TP			Tipo:	
Título		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
112.059.260,00	130.556.282,00	129.845.774,47	129.845.774,47	129.45.774,47	-	-
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

o) Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade

A ação de benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade é gerenciada por órgãos do Governo Federal. Durante o exercício 2016, a mesma teve um incremento de R\$ 15.000,00 e pela própria natureza da ação os recursos foram empenhados, liquidados e pagos no próprio exercício (Quadro 17).

Quadro 17 – Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.00M1			Tipo:	
Título		Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
94.164,00	109.164,00	95.586,60	95.586,60	95.586,60	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

p) Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos

A ação 216H, relativa a custos para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos está para atender a demandas com moradia por parte de servidores e seus resultados são consequências de adesão ao auxílio. O exercício de 2016 representa o primeiro ano em que a ação foi incluída na LOA para execução pela UFRSA e, possivelmente, por esse motivo a adesão à ação ainda é muito incipiente (Quadro 18). No exercício apenas um servidor aderiu ao auxílio.

Quadro 18 – Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		2109.216H			Tipo:	
Título		Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia para agentes públicos				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.600,00	21.600,00	12.400,00	12.400,00	12.400,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

q) Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica

Os recursos dessa ação foram empenhados para pagamento de anuidades da ANDIFES e do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa. Os recursos inscritos em restos a apagar não processados são consequência do atraso no recebimento de boleto atualizado a ser encaminhado pela associação de dirigentes das IFES à UFERSA, fato que impediu que o pagamento ocorresse dentro do exercício em avaliação (Quadro 19). Até o momento da consolidação desse relatório a unidade responsável pelo pagamento ainda não havia recebido o boleto atualizado para efeito de pagamento.

Quadro 19 – Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		0910.00OL			Tipo:	
Título		Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica				
Iniciativa		-				
Objetivo		-				
Programa		Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26264 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000,00	30.000,00	25.500,00	1.500,00	1.500,00	-	24.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: Divisão de Orçamento - PROPLAN

2.2.1.2 Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar não processados - OFSS

Para o exercício 2016, não tiveram ações não previstas na LOA 2016 com recursos inscritos em restos a pagar não processados a serem executados.

2.2.1.3 Ações de Orçamento de Investimento

A UFERSA não deteve em sua execução orçamentária do exercício 2016, ações de investimento. O item não se aplica.

2.2.2 Análise situacional das ações

Realizada a apresentação dos resultados das ações constantes da LOA 2016 a Unidade faz algumas considerações acerca da execução das mesmas e informa numa análise geral das ações que têm sua execução realizada diretamente pela Gestão, todas tiveram mais de 80% de sua meta orçamentária e física executada. Quanto as metas orçamentárias levou-se em consideração os valores liquidados em relação as dotações finais. Excetua-se a ação relacionada a assistência a alunos onde se atingiu 75,53% e a ação relacionada a reestruturação da Unidade onde foi liquidado apenas 12,5% dos recursos previstos. Esta última tem execução associada a obras, o que sempre

leva a Gestão a inscrever os valores empenhados e não liquidados em restos a pagar, como forma de garantir a finalização das obras em exercícios seguintes. Quanto as metas físicas, para aquelas ações que possuem metas a serem alcançadas, verificou-se que todas as ações tiveram índice da meta física alcançada em mais de 90%. Estes resultados indicam, por tanto, que a UFERSA executou com sucesso as ações constantes da LOA 2016 sob sua responsabilidade. Porém, destaca o grande esforço da Gestão para garantir a execução das ações planejadas para o exercício, já que teve grande parte de seu orçamento contingenciado durante quase todo o exercício, aspecto que caracterizou-se como grande fator interveniente para a execução orçamentária 2016.

2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Quanto a abordar sobre possíveis eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações sob responsabilidade da Unidade a Administração ressalta que o contingenciamento imposto pelo Governo Federal ao longo do exercício de 2016, a instabilidade ou indefinição de liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos, foram fatores que influenciaram negativamente o desempenho orçamentário da Universidade para o exercício. De maneira particular o contingenciamento de recursos impuseram a Unidade a necessidade de readequações do orçamento e das atividades planejadas para o período, atrasos nos processos de licitações, atrasos em pagamentos a fornecedores, na não aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento de laboratórios e mesmo na finalização de obras de infraestrutura.

2.2.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício 2016, a Gestão não assumiu obrigações, cujos créditos não tenham sido previamente autorizados no orçamento.

2.2.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro 20 compõe-se dos valores de restos a pagar de exercícios anteriores. Observando-se a série histórica percebe-se que o montante dos valores inscritos nos exercícios da série têm sido pagos progressivamente nos exercícios que se sucedem. Estes valores inscritos em restos a pagar não processados são resultantes, principalmente, de contratações de obras, cujas execuções normalmente ultrapassam o exercício em que ocorrem as contratações e empenhos, mas são resultantes também de despesas realizadas ao término do exercício, com a aquisição de bens de consumo e de capital, o que impede que a liquidação e pagamento ocorra no exercício. Já os valores inscritos em restos a pagar processados são valores liquidados e que ao término do exercício o financeiro não foi liberado em tempo hábil para pagamento.

Quadro 20 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2016	0,00	0,00	0,00	34.567.036,70	
2015	19.085.211,54	14.129.889,40	567.834,74	4.387.487,40	
2014	7.566.444,37	3.939.463,90	832.763,01	2.794.214,46	
2013	2.290.367,19	1.716.515,18	291.627,37	282.254,64	
2012	6.568,00	6.568,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	748.303,17
2015	2.100.199,96		1.956.995,27	143.204,69	0,00
2014	852.242,57		848.929,54	3.313,03	0,00
2013	451.631,40		451.618,56	12,84	0,00

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças/PROPLAN - Siafi Gerencial

2.2.5.1 Análise crítica

Quanto a existência de impactos na gestão financeira da Unidade no exercício de referência, decorrentes do pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores a Gestão informa que estes não causaram algo significativo que possa ter impactado a execução orçamentária do exercício em análise. Quanto a razões que fundamentam a permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, deve a situações pontuais com empresas prestadoras de serviços de obras, especialmente, e sua permanência em restos a pagar por mais de um exercício financeiro visando fazer com que a Universidade garantisse a execução de contratos de obras, de modo a evitar prejuízos aos erários. Ressalta-se que, o código civil prever a prescrição em cinco anos a dívida passiva relativa a restos a pagar, sejam eles processados ou não processados, contados da data de inscrição (Código Civil – Lei nº 10.406/2002, art. 205, §5º). Contudo, concentrará esforços para que esses sejam cancelados, sem que haja prejuízos ao erário ou o não cumprimentos de contratos estabelecidos. Por último, esclarecer que não existe registros no SIAFI de restos a pagar de exercícios anteriores ao do exercício de referência deste relatório de gestão, sem que sua vigência tenha sido prorrogada com base em Decretos. Destaca-se ainda, que as inscrições de recursos em saldos de restos a pagar correspondem, quase em sua totalidade, a despesas de investimento e representam uma garantia para a Universidade honrar seus compromissos estabelecidos em exercícios anteriores, seja com fornecedores ou imbuída de garantir o cumprimento do que foi planejado.

2.2.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Neste item são tratadas as informações sobre a descentralização de recursos a órgãos e entidades, sejam elas públicas ou privadas, por meio de transferência voluntária (convênios e instrumentos congêneres) para execução de ações ou atividades de responsabilidade da unidade prestadora de contas, referentes ao cumprimento de suas finalidades.

No caso da UFERSA, as descentralizações realizadas visaram dá agilidade, celeridade e garantir a efetividade da execução dos objetos pactuados com entidades parceiras. Mas, também,

otimizar a utilização de recursos para entidades que possuem reconhecida experiência para a execução do objeto referente a cada descentralização.

A Unidade ainda não trabalhou efetivamente a gestão de riscos vinculadas às descentralizações, porém informa que para toda descentralização realizada são designados fiscais visando o acompanhamento e controle da execução dos termos celebrados em função destas.

Para dar publicização aos convênios e elementos congêneres resultantes de descentralizações, a Pró-Reitoria de Planejamento por meio da Divisão de Convênios e Termos de Cooperação, procede o registro destes no Sistema de Convênios – SICONV. Este sistema possibilita o livre acesso da sociedade às informações sobre a execução, os beneficiários, os objetos executados, a situação da prestação de contas e a situação da análise das contas prestadas. As informações referentes aos resumos dos instrumentos celebrados, resumos das prestações de contas e situação da análise das contas prestadas encontram-se dispostas nos quadros 21, 22 e 23, respectivamente.

No exercício foram celebrados entre convênios e termos de cooperação 15 instrumentos o que representa um maior número de instrumentos celebrados em relação ao ano de 2015. Os valores repassados representam 116,37% a mais em comparação ao exercício anterior (Quadro 21). Esse aumento pode estar representando a melhoria da capacidade da Universidade captar recursos junto aos órgãos de fomento. Porém, pode estar sendo influenciado pelo forte contingenciamento orçamentário ocorrido em 2015, que possivelmente repercutiu no volume de recursos captados pela Universidade.

Quadro 21 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal Rural do Semi-Árido					
	24.529.264/0001-40					
UG/GESTÃO:	153033/15252					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	13	11	14	5.102.515,67	1.968.627,42	3.709.952,37
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termos de Cooperação	02	02	04	694.552,08	710.647,47	725.977,44
Totais	15	13	18	5.797.067,75	2.679.274,89	4.435.929,81

Fonte: Divisão de Convênios e Termos de Cooperação – DICONV/PROPLAN

Quanto às prestações de contas de convênios e termos de cooperação celebrados verifica-se analisando-se o quadro 22, constata-se que foram recebidos oito processos de montante correspondente a R\$ 738.565,64 repassados.

Quadro 22 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00					
Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-Árido					
UG/GESTÃO: 153033/15252					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termos de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	5	-	2
		Montante Repassado	579.806,00	-	26.836,91
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	0
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	0
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Divisão de Convênios e Termos de Cooperação – DICONV/PROPLAN

Quanto às análises das prestações de contas prestações de contas de convênios e termos de cooperação celebrados foram aprovadas as prestações de contas de dois termos de cooperação, um deixou de ser analisado. Já em relação aos convênios deixaram de analisadas as prestações de contas de cinco convênios. Destaca-se que, a DICONV ainda possui tempo hábil para proceder essas análises (Quadro 23).

Quadro 23 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00				
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-Árido				
UG/GESTÃO: 153033/15252				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	-	2
	Quantidade reprovada	0	-	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	-	0
	Montante repassado (R\$)	-	-	26.836,91
Contas NÃO analisadas	Quantidade	5	-	0
	Montante repassado (R\$)	R\$ 579.806,00	-	0

Fonte: Divisão de Convênios e Termos de Cooperação – DICONV/PROPLAN

Quanto à evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências dos últimos exercícios, existem três prestações de contas relativas aos convênios 802417/2014, 806355/2014 e 810910/2014, cujo prazo para as análises das prestações de contas supera um ano. Ressalta-se que os convênios apresentados no quadro a seguir ainda não superaram o prazo de 02 anos em conformidade com o que preceitua o parágrafo 8, Art. 10 do Decreto nº 6.170/07. Os dados apresentados no quadro em referência representam a quantidade de dias em atraso em relação à data em que deveriam terem sido concluídas as análises das contas prestadas, ao considerar o prazo inicialmente dado de um ano (Quadro 24).

Quadro 24 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade concedente ou contratante					
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-Arido					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	01	01		01
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
.....	-	-	-	-	-
.....	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Convênios e Termos de Cooperação – DICONV/PROPLAN

2.2.6.1 Análise crítica

A gestão da transferência de recursos na UFERSA é feita pela Divisão de Convênios e Termos de Cooperação. Estes recursos são descentralizados com a finalidade de garantir o cumprimento de objetos vinculados a projetos de pesquisas, de ensino ou de extensão objeto de ações de órgão de fomento, editais internos instituídos por pró-reitorias ou de entidades parceiras cuja execução torna-se menos exequível caso seja realizada pela Universidade. Ao término do exercício não havia situações de prestações de contas que tenham caracterizado inadimplência por parte do contratado ou conveniado. Sobre o processo de análise das prestações de contas informa-se que o mesmo já foi iniciado. A Universidade possui quatro prestações de contas com as análises e não concluídas e três que cujas análises ainda não foram iniciadas, dada a necessidade de inclusão de documentos ausentes constatada pela DICONV ao iniciar as análises da documentação apresentada. Ressalta-se que, as eventuais oscilações na quantidade e no volume de recursos transferidos são influenciadas, especialmente, da maior ou menor disponibilidade de editais fomentadores de assuntos de interesse dos docentes nas suas áreas de atuações. Os controles relativos às análises das prestações de contas frente aos prazos regulamentares de análises ainda não estão bem definidos, de modo que para o próximo exercício a administração pretende avaliar a estrutura de controle, gerenciamento, e capacidade de fiscalização dos instrumentos celebrados.

2.2.7 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A análise das contas prestadas por recebedores dos recursos repassados pela UFERSA é realizada pela Pró-Reitoria de Planejamento, por meio da Divisão de Convênios e Termos de Cooperação. A Divisão é composta por quatro servidores e ainda está em fase de estruturação da equipe e de normalização de procedimentos. A parte da prestação de contas referente à execução física é acompanhada por fiscais designados pela administração. A Divisão iniciou ao término do exercício de 2016, o processo de mapeamento da unidade e está elaborando Procedimentos Operacionais Padrões (POP's), visando melhorar os controles internos relativos às execuções descentralizadas. Além disto, no momento a Universidade está adotando medidas para revisar seu

Regimento, readequando-o à sua nova estrutura organizacional e neste momento a PROPLAN, avaliará a necessidade de criar setores na Divisão, como forma de melhor definir funções e procedimentos de controle.

2.2.8 Informações sobre a realização das receitas

Verificando-se no quadro seguinte constata-se que a arrecadação da Universidade em 2016 foi R\$ 827.390,72 e que a média para o três exercícios representou R\$ 671.742,08. Constata-se ainda, que essa arrecadação foi influenciada pela receita com serviços administrativos, o que representou sozinha 46,72% da arrecadação. Observa-se ainda que, houve um incremento na arrecadação própria em relação ao exercício anterior. A Gestão entende que precisa melhorar muito seus índices de arrecadação, a fim de melhorar sua sustentabilidade financeira e acrescenta que por se tratar de uma instituição em processo de consolidação, essa situação deve otimizar-se ao longo do tempo. Também é preciso informar que se analisado o quadro a seguir que trata das informações sobre a realização das receitas, verifica-se que os valores arrecadados na natureza de despesa tipo serviços educacionais corresponderam a R\$ 202.113,01 no exercício de 2015, enquanto em 2016 estas não parecem como receita realizada. Este fato, no entanto, não indica que a Unidade não tenha realizado arrecadação com este tipo de natureza de receita, pois a partir de 2016 no Tesouro Gerencial passou a constar dois códigos em uma mesma natureza de receita (serviços administrativos e comerciais gerais) que passou a ser identificada pelo código da natureza da receita 16100111. Este fato impediu que a gestão afirme com precisão, se as variações na realização de receitas do tipo “serviços educacionais” tiveram variações significativas entre os exercícios 2015 e 2016, para os dois tipos de receitas.

Quadro 25 - Informações sobre a realização das receitas

Natureza da Receita	Tipo de Receita	Exercício 2014		Exercício 2015		Exercício 2016	
		Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação
13110000	Alugueis	60.706,00	135.608,60	215.390,00	148.437,77	192.855,00	140.432,80
14100000	Receita da produção vegetal	-	3.190,00	0,00	15.830,40	-	23.809,20
14200000	Receita da produção animal e derivados	9.083,00	35.427,60	33.869,00	38.926,20	21.540,00	71.050,00
16000102	Serviço de comercialização de livros, periódicos, materiais escolar e publicidade	-	445,00	0,00	2.637,00	-	1.140,00
16001200	Serviços de tecnologia	79.643,00	249.834,34	140.388,00	39.629,48	107.204,00	78.000,00
16001300	Serviços administrativos	9.554,00	8.333,97	249.570,00	66.905,49	156.227,00	386.597,13
16001600	Serviços educacionais	31.402,00	43.082,65	50.166,00	202.113,01	-	-
16005000	Tarifa com inscrição concursos e processos seletivos	137.500,00	125.954,00	892.156,00	71.480,00	109.730,00	126.220,00
19189900	Outras multas e juros de mora	-	-	-	3,00	-	141,59
19902100	rec. seguros decorrentes de indenização por sinistro	-	126.900,00	-	-	143.107,00	-
22160000	Alienação de moveis e utensílios	-	500,00	-	-	-	-
Total		327.888,00	601.876,16	1.581.539,00	585.959,35	730.663,00	827.390,72

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças- PROPLAN

2.2.9 Informações sobre a execução das despesas

2.2.9.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quanto as despesas executadas por modalidades de contratações realizadas no exercício 2016, verifica a exemplo do exercício 2015, as mesmas estiveram representadas principalmente pela modalidade de pregões, que correspondeu a 8,70% da execução com as modalidades. Destaca-se que, as despesas classificadas como “outros” representou 8,44% e corresponde a despesas com auxílio a pesquisadores, bolsas de estudo, contribuições para o custeio da iluminação pública, contribuição para o PASEP, despesas com entidades representativas de classe, estagiários, indenizações, taxas, marcas, direitos e patentes, restituições, instituições de pesquisa e desenvolvimento institucional e serviços de seleção e treinamento, que são aquelas que não estão sujeitas a processos vinculados as contratações por licitações, contratações diretas, suprimentos de fundos ou pagamento de pessoal. Destaca-se que ao longo dos últimos exercícios tem sido a modalidade de “pregão” a modalidade priorizada pela Unidade na execução de suas despesas com aquisição de materiais e a contratação de serviços. Ressalta-se ainda que, não foram realizadas contratações na modalidade de convite, tomada de preços, concursos e nem na modalidade do tipo consulta durante a execução orçamentária do exercício 2016. Os acréscimos nas despesas de pessoal são resultantes de novas nomeações de servidores e mesmo de reajustes salariais.

Constata-se ainda, analisando-se o quadro 26, que do montante de despesa executada 99,7% foi pago dentro do exercício, o que representa um excelente resultado na execução das despesas, mesmo diante de situações de atrasos nos repasses de recursos financeiros e de limitações na capacidade de garantir pagamentos.

Quadro 26 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.080.350,08	9,08	19.590.762,58	9,33	21.048.769,38	9,10	18.146.501,66	8,75
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	587.217,06	0,25	2.035.760,92	0,97	587.217,06	0,25	1.920.847,50	0,93
d) Pregão	20.194.112,13	8,70	16.199.525,80	7,72	20.162.531,43	8,72	15.165.709,31	7,31
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	299.020,89	0,13	1.355.475,86	0,65	299.020,89	0,13	1.059.944,85	0,51
2. Contratações Diretas (h+i)	4.076.625,42	1,76	4.785.992,39	2,28	4.073.112,66	1,76	3.654.957,58	1,76
h) Dispensa	466.986,69	0,20	1.041.362,81	0,50	466.986,69	0,20	458.751,34	0,22
i) Inexigibilidade	3.609.638,73	1,56	3.744.629,58	1,78	3.606.125,97	1,56	3.196.206,24	1,54
3. Regime de Execução Especial	18.323,23	0,01	16.584,61	0,01	18.323,23	0,01	16.584,61	0,01
j) Suprimento de Fundos	18.323,23	0,01	16.584,61	0,01	18.323,23	0,01	16.584,61	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	187.315.013,31	80,71	172.105.475,16	81,98	187.268.450,51	80,96	172.105.475,16	83,01
k) Pagamento em Folha	186.483.354,85	80,36	171.478.541,55	81,68	186.483.354,85	80,62	171.478.541,55	82,70
l) Diárias	831.658,46	0,36	626.933,61	0,30	785.095,66	0,34	626.933,61	0,30
5. Outros	19.580.497,14	8,44	13.443.705,80	6,40	18.913.850,23	8,18	13.416.693,58	6,47
6. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	232.070.809,18	100,00	209.942.520,54	100,00	231.322.506,01	100,00	207.340.212,59	100,00
Total das Despesas da UPC	232.070.809,18	100,00	209.942.520,54	100,00	231.322.506,01	100,00	207.340.212,59	100,00

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças/PROPLAN - Tesouro Gerencial

2.2.9.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quanto as despesas realizadas por grupos e elementos despesa apresentadas no (Quadro 27 – Anexo B) verifica-se que 42,7% representaram despesas com pessoal, 20% corresponderam a outras de despesas correntes e 10% foram despesas com capital. As despesas liquidadas com recursos de capital foram 26,9% menores que a de 2015, enquanto as despesas com pessoal e as “outras despesas correntes” tiveram maiores valores liquidados em comparação a execução das despesas de 2015. O incremento nos valores liquidados com recursos de pessoal é consequência da contratação de novos servidores, por meio de concursos. Já o acréscimo nas “outras despesas correntes” são resultantes, dentre outros, de despesas com dissídios trabalhistas com servidores terceirizados e contratação de serviços de terceiros.

2.2.9.3 Análise crítica da realização da despesa

Quanto a execução das despesas relativas ao exercício 2016, a Gestão informa que não houveram alterações significativas na execução, quanto aos montantes utilizados por modalidade de licitação, em relação ao exercício anterior, onde os pregões também foram a principal modalidade utilizada pela administração para a realização das despesas. Quanto as despesas realizadas por meio de dispensa de licitação estas resultaram de contratos que deixaram de ser executados pelas empresas contratadas alegando dificuldades financeiras, fator que levou a Unidade a realizar contratações emergências de modo a garantir a continuidade da prestação de serviços como limpeza, vigilância, motorista e ainda o fornecimento de ração para animais. Quanto as despesas com inexigibilidades percebe-se uma pequena redução nos valores gastos em relação ao exercício de 2015 e está associada em grande parte a despesas com energia. Dificultou a gestão orçamentária da Universidade o fato do Governo Federal ter contingenciado parte dos recursos ao longo do ano, mesmo que sem uma definição de limites para gastos com custeio ou com capital, levando a administração a situação de instabilidade na execução processos licitatórios já que não disponha dos recursos.

Embora ao término do exercício tenha permanecido contingenciado apenas 7% dos recursos orçamentários de 2016 a indefinição de liberações ao longo do exercício retardou processos licitatórios o que promoveu a realização de aquisições muito próximas ao término do exercício financeiro motivando a administração a reprogramar o planejado várias vezes de maneira a garantir o atendimentos das demandas. Destaca-se, que estavam previstos para despesas com custeio e capital em 2016, R\$ 66.605.719 e foram liberados R\$ 61.386.531, ficando R\$ 5.219.188 contingenciados, o que interfere no atendimento das metas estabelecidas para o exercício.

2.2.10 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

A Unidade realiza concessão de suprimento de fundos orientando-se pelo Decreto 6.370/2008, que estabelece que as despesas com suprimento devem ser realizadas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, e por tanto, esclarece que não realizou transações por intermédio de contas bancárias. As despesas com suprimentos de fundo estão apresentadas no quadros 28, 29 e 30 e foram realizadas situações de pronto atendimento de unidades administrativas ou acadêmicas. Verifica-se que houve um acréscimo de 9,5% nos valores gastos com suprimentos de fundos no exercício de 2016, quando comparado ao ano de 2015, o que representa uma utilização controlada do CPGF nos exercícios. Salienta-se também que este uso tem sendo para situações muito pontuais que por alguma razão deixou de ser contemplada em processos de licitação pela sua grande especificidade ou que surgiram por questões meramente emergências. Finalmente, informa-se que do montante utilizado com suprimentos de fundos pela Unidade, apenas dois saques foram

realizados nos dois últimos exercício, em função do estabelecimento onde o bem seria adquirido não recebia cartão.

Quadro 28 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
					Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	153033	UFERSA			16	18.323,23	8.000,00
2015	153033	UFERSA			18	16.584,61	8.000,00

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças/PROPLAN – Tesouro Gerencial

Quadro 29– Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	153033	UFERSA			1	510,00	17.813,23	18.323,23
2015	153033	UFERSA			1	160,00	16.424,61	16.584,61

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças/PROPLAN – Tesouro Gerencial

Quadro 30 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de 2016

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa		Total
153033	UFERSA	3.3.90.30	1	Combustíveis e lubrificantes automotivos	500,00
			4	Gás e outros materiais engarrafados	364,98
			11	Material químico	2.199,41
			16	Material de expediente	99,98
			18	Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	0,00
			19	Material de acondicionamento e embalagem	265,53
			21	Material de copa e cozinha	427,08
			22	Material de limpeza e prod. De higienização	377,28
			24	Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	2.148,75
			25	Material p/ manutenção de bens moveis	22,05
			26	Material elétrico e eletrônico	2.467,68
			28	Material de proteção e segurança	1.542,30
			29	Material p/ áudio, vídeo e foto	1.775,00
			35	Material laboratorial	205,84
			36	Material hospitalar	1.017,99
39	Material p/ manutenção de veículos	813,10			
Subtotal					14.226,97
153033	UFERSA	3.3.90.39	17	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	2.867,00
			69	Seguros em geral	508,26
			63	Serviços gráficos e editoriais	721,00
Subtotal					4.096,26
TOTAL					18.323,23

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças/PROPLAN - Tesouro Gerencial

2.2.10.1 Análise Crítica

Constata-se que a cada exercício a Unidade vem reduzindo suas despesas com o uso do CPGF, demonstrando que tem melhorado a sua capacidade de planejar suas necessidades, mesmo que as aquisições eventuais com cartão de pagamento seja apenas para material de consumo inespecíficos e de baixo valor, e que muitas vezes se mostra inviável ou antieconômica a abertura de processos de licitação ou de dispensa para adquiri-lo. Destaca-se ainda que algumas vezes a concessão do suprimento está vinculada a viagens longas, em que a administração opta pela concessão no sentido de garantir abastecimentos ou pequenos consertos de veículos em viagem. Esclarece-se ainda que, as prestações das concessões de suprimentos por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) foram todas realizadas no exercício, de modo que existem prestações de contas pendentes de análise.

2.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.3.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

De modo a demonstrar os principais indicadores utilizados pela Universidade para monitorar e avaliar o desempenho da Gestão quanto ao cumprimento de seus macro objetivos, estão apresentados a seguir o conjunto de indicadores definidos pelo Tribunal de Contas da União por meio da Decisão Normativa 408/2002 e ainda indicadores do Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração das IFES. Depreende-se, dessa forma, que o cidadão consegue verificar o quanto a Instituição tem sido efetiva na tentativa de cumprir suas atividades fins, assim como avaliar situações de vulnerabilidade em atividades voltadas a fortalecê-los, aqui compreendidos como atividades meio.

É preciso que se ressalte que a Unidade ainda não tem mecanismos ou sistemas voltados a aferi-los quanto aos seus resultados anuais. Os mesmos são calculados anualmente e com base na série histórica a Gestão avalia a necessidade de adotar ações para melhora-los.

2.3.1.1 Indicadores de desempenho da UFERSA nos termos da Decisão 408/2002 – TCU – Plenário

De forma a atender o que estabelece os normativos quanto a necessidade da Unidade apresentar indicadores de desempenho no quadro 31 estão apresentados em uma série histórica, os indicadores primários utilizados para cálculos do indicadores de desempenho da Instituição no exercício 2016. Da análise desse quadro e do quadro seguinte, constata-se que ocorre uma oscilação nos resultados desses indicadores ao longo do período. Este comportamento é resultados do processo de expansão da Universidade que ainda não está completamente consolidado. Contudo, verifica-se que essas oscilações não são representativas o que sugere que em um curto intervalo de tempo esses tendam a estabilizar-se.

Quadro 31 – Indicadores primários utilizados para cálculo dos indicadores de gestão da UFERSA, conforme Decisão TCU 408/2002 - Exercício 2011/2015

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2012	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente sem HU*	99.130.616,76	127.346.359,42	158.203.914,60	174.121.340,05	195.328.602,92
Número de Professor Equivalente	441,00	508,00	557,50	598,50	626,50
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	622,00	783,00	875,00	857,50	839
Total de Aluno Regularmente Matriculados na Graduação AG	5.644,50	6.666,50	7.217,50	7.410,50	8.069
Aluno de Pós-Graduação - APG	387,50	491,00	478,00	529	573,50
Aluno Equivalente de Graduação - AGE	9.153,22	10.162,35	10.615,90	11.344,05	13.582
Aluno de Graduação em Tempo Integral - AGTI	4.260,56	4.857,21	5.361,34	5.571,54	6.927
Aluno de Pós-Graduação em Tempo Integral - APGTI	775,00	982,00	956,00	1.058,00	1.147

* A UFERSA não possui hospital universitário . Responsável pelos Cálculos: Pró-Reitorias de Planejamento, Graduação, Pesquisa e Pós-graduação e Gestão de Pessoas.

No quadro32 estão contemplados os nove indicadores de desempenho preconizados pelo TCU. Os resultados para o quinquênio, os fatores que influenciaram a redução ou evolução dos mesmos estão explicitados nos parágrafos a seguintes.

Quadro 32 - Indicadores de Gestão – 2012/2016, conforme Decisão nº 408/2002 – TCU – Plenário

Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	2016/12 (%)
I – Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente*	9.984,73	11.426,99	13.671,39	14.039,72	13.025,27	130,45
II – Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	11,42	11,49	11,33	11,08	12,89	112,87
III – Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU*	8,10	7,46	7,22	7,73	9,62	118,77
IV – Funcionário Equivalente./Professor Equivalente	1,41	1,54	1,57	1,43	1,34	95,04
V – Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,75	0,73	0,74	0,75	0,86	114,67
VI – Grau de Envolvimento Discente com Pós Graduação (GEPG)	0,06	0,07	0,06	0,07	0,07	116,67
VII – Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,46	3,57	3,85	3,79	3,71	109,11
VIII- Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,12	4,02	3,97	4,1	4,09	99,27
IX – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	36%	40%	30%	28%	41,70%	115,83

* A Unidade não possui hospital universitário

Responsável pelos Cálculos: Pró-Reitorias de Planejamento, Graduação, Pesquisa e Pós-graduação e Gestão de Pessoas.

a) Custo corrente por aluno equivalente

O Custo corrente por aluno equivalente indica o custo por aluno de graduação e de pós-graduação *Stricto sensu* da Instituição e é obtido pela expressão que segue:

$$I. \text{ Custo Corrente /Aluno equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI}}$$

Os dados constantes do quadro 32 e gráfico 01, permite que se infira que os investimentos com aluno na Universidade no exercício cresceram 30,45% em relação ao ano de 2012. Permite também que se afirme que estes são crescentes até 2015 e que ocorre uma redução em relação ao exercício anterior. A evolução no indicador é consequência do maior aporte de recursos para garantir o funcionamento da Instituição em função do processo de expansão e reestruturação. Quanto a redução do indicador em relação ao exercício de 2015, como consequência a ampliação do número de matrículas na graduação, mas pode estar associada também a redução de custeio para as IFES, adotada pelo Governo Federal, dificultando inclusive o desenvolvimento de novas políticas para melhoria do funcionamento da IFES, dentre elas a UFERSA.



Gráfico 01 – Relação custo corrente/Aluno equivalente, segundo TCU – 2012/2016

b) Relação aluno tempo integral/professor equivalente

A relação aluno tempo integral/professor equivalente corresponde à relação entre o somatório do número de alunos em tempo integral na graduação e na pós-graduação e o número de professores equivalentes na instituição, no ano em análise, sendo expresso da seguinte maneira:

$$\text{II. Aluno tempo Integral / Professor equivalente} = \frac{A_G\text{TI} + A_{PG}\text{TI} + A_R\text{TI}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$$

A relação aluno em tempo integral/professor equivalente indicada no quadro 32 e gráfico 02, indica que houve um acréscimo de 12,87% no número de alunos por docente, quando comparada ao exercício de 2012. Os resultados do período sugerem ainda que a relação tende a manter-se ao redor de 11 alunos por docentes, em termos de proporcionalidade. Pode-se verificar ainda, que essa relação, em 2016 foi 16% maior que a obtida para exercício anterior, indicando que maior número de alunos estiveram sob responsabilidade de um docente no exercício em análise. Ressalta-se que, no caso da UFERSA, pelo fato de não existir hospital universitário essa relação é influenciada apenas pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, que refletem no aumento do número de alunos em tempo integral na graduação e na pós-graduação.

c) Relação aluno em tempo integral/funcionário equivalente

A relação aluno em tempo integral/funcionário equivalente é obtida da relação entre o somatório do número de alunos em tempo integral na graduação e na pós-graduação e o número de funcionários equivalentes na instituição ao final do exercício:

$$\text{III. Aluno tempo Integral / Funcionário equivalente} = \frac{A_G\text{TI} + A_{PG}\text{TI} + A_R\text{TI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes}}$$

A relação aluno em tempo integral/funcionário equivalente tem por finalidade avaliar a disponibilidade da força de trabalho técnico-administrativo da Universidade para atender as

demandas acadêmicas e administrativas voltadas ao cumprimento da missão institucional e tem como base de cálculo o número médio de alunos por funcionário. Os resultados representam uma evolução de 18,77% na relação de alunos por funcionários, conforme pode ser observado no quadro 32 e gráfico 02 . Constata-se ainda, observando-se os resultados obtidos para os exercícios de 2015 e 2016 que houve um aumento na relação do número de alunos em tempo integral por funcionário equivalente correspondente a 24,45%. Pode está influenciando a mesma, a ampliação do número de vagas com a implantação de novos cursos, ao mesmo tempo em que as pactuações, para a contratação de novos técnico-administrativos previstas para o exercício não ocorreram, por problemas conjunturais a nível de MEC.

d) Relação funcionário equivalente/professor equivalente

A Relação funcionário equivalente/professor equivalente resulta da relação entre o número de funcionários equivalentes e o número de professores equivalentes, do exercício, sendo expressa por:

$$\text{IV. } \frac{\text{Funcionário equivalente/}}{\text{Professor Equivalente}} = \frac{\text{Nº de Funcionários Equivalentes}}{\text{Nº de Professores Equivalentes}}$$

Os dados do quadro 32 e gráfico 02 expressam que a relação funcionário equivalente por professor equivalente evolui de 2012 a 2014 e em seguida passa a diminuir, de modo que o resultado obtido para o exercício de 2016 representa uma redução de 4,96% em relação ao de 2012 e de 6,29% quando comparado ao exercício de 2015. É preciso esclarecer que esse comportamento está diretamente relacionado a ocorrência de contratações ao longo de cada exercício e que está só tenderá a se estabilizar com a consolidação do processo de expansão de cursos no âmbito dos quatro *campi* da Universidade, uma vez que a abertura de novos tem ocorrido vinculada a contratação de docentes em maior número que a de técnico-administrativos. Contudo, é importante esclarecer que no exercício em apreciação a UFERSA teve menos de um servidor técnico-administrativo por docente, o que pode ser um indicativo de que a força de trabalho para a realização de atividades meio pode está impactada, mas informar também, que ano de 2015 e 2016 houve maior número de contratações de professores, em função da criação do curso de medicina, fato que pode está causando o desequilíbrio no indicador.



Gráfico 02 – Relação aluno tempo integral/Professor equivalente, Aluno tempo integral/Funcionário equivalente e Funcionário equivalente/Professor equivalente - Indicadores de Gestão da UFRSA, segundo o TCU – 2012/2016.

e) Grau de participação estudantil

O Grau de participação estudantil é obtido da correlação entre o quantitativo de alunos de graduação em tempo integral e o total de alunos de cursos de graduação matriculados e é calculado da seguinte forma:

$$V. \quad \text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{A_{G\text{TI}}}{A_G}$$

O Grau de participação estudantil é obtido para o exercício foi 0,86, valor 14,76% maior que aquele obtido para o primeiro exercício da série (Quadro 32 e Gráfico 03). Considerando que este indicador está para aferir quantos alunos matriculados na graduação possuem dedicação integral ao curso e, que conseqüentemente representa o tempo que esses levam para integralizarem seus currículos, esse valor ainda é muito baixo, como já referido em outros relatórios. Evidencia-se, no entanto que, o indicador de forma muito sutil evoluiu no período. Além disto, acredita-se que tem influenciado GPE ao longo do período a criação dos novos cursos e por conseguinte a não consolidação de parte deles até o momento, uma vez que alguns não tiveram todos os seus semestres ofertados.

f) Grau de envolvimento discente com a pós-graduação

Indica a participação dos alunos de programas de pós-graduação em relação ao total de alunos da Instituição. O mesmo é obtido da relação entre o total de alunos efetivamente matriculados em todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pela Instituição e a soma do número de alunos efetivamente matriculados em todos os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, sendo determinado pela fórmula:

$$VI. \quad \text{Grau de Envolvimento discente com a Pós-Graduação (GEPE)} = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

Este indicador tem mantido uma estabilidade próxima de 0,07 há vários exercícios indicando um equilíbrio em torno do número de alunos matriculados na graduação em relação ao somatório do número de alunos matriculados na graduação e o da pós-graduação. Em relação ao exercício de 2012 o indicador cresceu 16,67%. A criação de três novos cursos de pós-graduação no exercício pode ser o fator que está influenciando o mesmo (Quadro 32 e Gráfico 03). Também pode estar influenciando o mesmo o aumento do número de matrículas na graduação, em função dos novos cursos, que é proporcionalmente maior que o da pós-graduação.

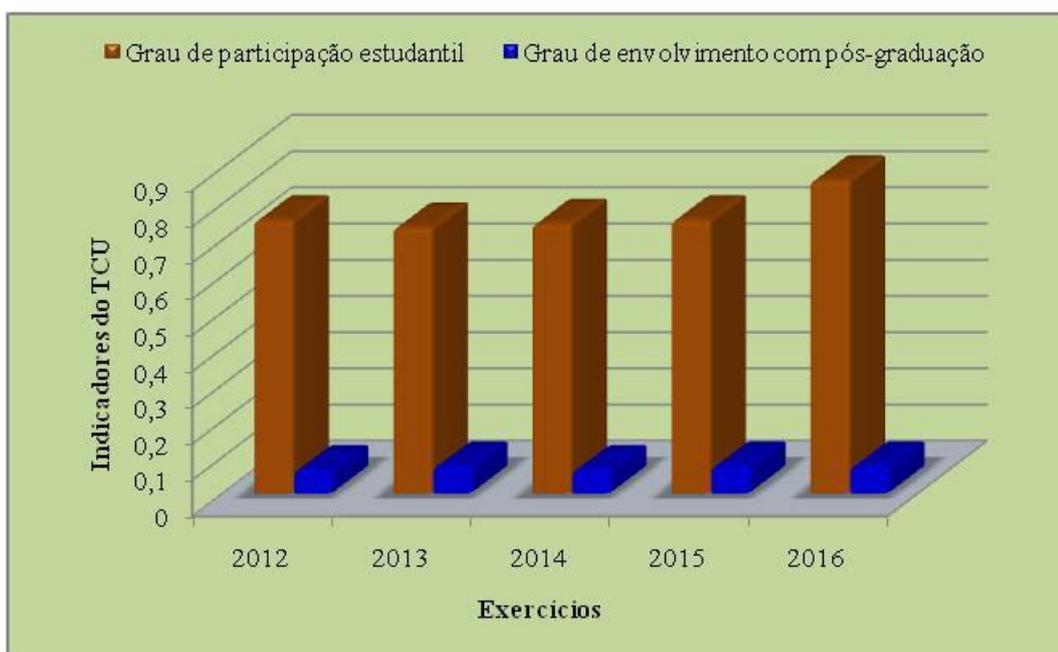


Gráfico 03 - Grau de participação estudantil e Grau de envolvimento com a pós-graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016.

g) Conceito CAPES/MEC para a pós-graduação

É obtido da relação entre a soma dos conceitos de todos os programas de pós-graduação e o número de programas de pós-graduação ofertados pela unidade, segundo a avaliação da CAPES.

$$\text{VII. Conceito para a Pós - Graduação CAPES/MEC} = \frac{\sum \text{Conceitos de todos os Prog. Pós-Graduação}}{\text{Nº de Programas de Pós-Graduação}}$$

Este indicador tem a finalidade de avaliar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* das IFES e seu valor varia de 1 a 7, conforme estabelece a CAPES/MEC. Nos dois últimos relatórios temos sempre trabalhado em termos da média do indicador para o período, uma vez que os esforços da Universidade é sempre fazer com que seus cursos evoluam em seus conceitos. No exercício anterior essa média correspondeu a 3,64 e no exercício de 2016 a mesma foi igual a 3,71, o que representa uma tendência a evolução do indicador. Embora a maioria dos cursos de pós-graduação da Universidade não tenham melhorado seus conceitos no período essa tendência tem mostrando que os mesmo tendem a alcançar o conceito 4. Tem condicionado essa tendência o fato de que a criação de novos cursos, que quase sempre iniciam com conceito 3. Além disto, muitos dos cursos não foram avaliados pela CAPES, no período, o que prejudica a avaliação do indicador. No entanto, os dados indicam um incremento no conceito CAPES de 9% em relação ao ano de 2012, conforme pode ser verificado analisando-se o quadro 32 e Gráfico 04.



Gráfico 04 - Conceito CAPES/MEC para pós-graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016.

h) Índice de qualificação do corpo docente

O Índice de qualificação do corpo docente corresponde ao quociente obtido da soma do número de professores doutores, mestres, especialistas e graduados, multiplicados pelos seus respectivos pesos, dividido pelo total de docentes da Instituição. Excetuam-se do cálculo aqueles docentes afastados de suas funções por cessão ou para capacitação durante o exercício em análise.

$$\text{VIII. Índice de Qualificação do Corpo Docente} = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)}$$

Para o exercício 2016, a relação que aferi o índice de qualificação do corpo docente da Universidade, foi igual a 4,09. Este resultado representa uma redução de 0,7% no índice em relação ao ano de 2012 (Quadro 32 e Gráfico 05). Esta redução não representa ausências de políticas para qualificação do corpo de servidores docentes da Universidade, mas a oscilação no número de doutores em função da contratação de docentes sem o título de doutor, a exemplo do ocorrido com a contratação de docentes para o curso de medicina e ainda de algumas contratações em áreas onde a existência de programas de pós-graduação ainda é escassa no País, como já relatado em outros relatórios. O resultado desse índice está associado, por exemplo, a uma redução de cerca de 57 docentes doutores em relação ao exercício de 2015. De modo a indicar que a Gestão tem desenvolvido políticas de incentivo a qualificação, atualmente, como pode ser verificado na memória de cálculos (Anexo C) para professores equivalentes, no exercício 2016 haviam 87 docentes afastados (31/12/2016), em sua grande maioria para qualificação em nível de mestrado e de doutorado. Finalmente, infere-se que a Instituição tem um bom quadro de docentes qualificados, uma vez que este índice está para uma escala que varia de 1 a 5.



Gráfico 05 - Índice de qualificação do corpo docente - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016.

i) Taxa de sucesso na graduação

É obtida dividindo-se o número de alunos diplomados pela Instituição no exercício e o número total de ingressantes nos cursos de graduação.

$$\text{IX. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (N}_{DI})}{\text{Total de alunos ingressantes (N}_I)}$$

A taxa de sucesso na graduação está para verificar o desempenho da Universidade no processo de formação de egressos e é avaliado considerando o número de formandos no exercício de referência em relação ao ano de seu ingresso na graduação e é expressa em percentagem. No exercício 2016, a taxa de sucesso na graduação foi 41,7%, o que representa um incremento de 15,83% na mesma em comparação ao ano de 2012. Esta decresceu de 2013 a 2015 e no exercício sob análise voltou a crescer (Quadro 32 e Gráfico 06). A abertura de novas vagas e de novos cursos de graduação tem influenciado acentuadamente os resultados do indicador, que certamente só se estabilizará com a consolidação de novos cursos. Destaca-se que, os resultados do TSG, também podem estar sendo influenciados negativamente pelos índices de retenção e de evasão na graduação.



Gráfico 06 – Taxa de sucesso na graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o TCU – 2012/2016.

2.3.1.1.1 Considerações sobre os indicadores de desempenho

Durante as atividades de planejamento anual para o exercício de 2016 a administração deixou de prever índices de referência e ainda prever os valores dos índices a serem alcançados para os seus indicadores de desempenho. No entanto, tem utilizado como referência para estabelecer a evolução desses indicadores os valores do exercício em análise em relação a primeiro exercício da série histórica de cinco anos. Estes valores são calculados tomando como referência dados obtidos das atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, servidores, recursos financeiros, entre outros, com base em 31 de dezembro de cada exercício. Neste contexto, verifica-se que dos nove indicadores do TCU apenas dois deles não tiveram algum tipo de incremento em relação ao ano de 2012, observando-se que a relação funcionário equivalente/professor equivalente e o índice de qualificação do corpo docente, que tiveram uma redução de 4,96 e 0,73%, influenciados pelas contratações ocorridas no período. A periodicidade em que estes indicadores são medidos é anual e baseia-se no fato de que o cálculo dos indicadores envolve um conjunto de dados que podem variar ao longo de cada exercício acadêmico e financeiro, motivo pelo qual adota a data de 31/12 como data de referência para cálculo dos mesmos. Nas atividades de planejamento anuais a Universidade passará a prever a evolução ou não desses indicadores observando-se o conjunto de metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional. As considerações relativas ao fato do planejamento anual da gestão prever índices de referência e ainda prever valores de índices a serem alcançados para os indicadores a cada exercício, também se aplicam aos indicadores do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – FORPLAD, apresentados nos itens seguintes.

2.3.1.2 Indicadores de desempenho da UFERSA nos termos do que define Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD)

De modo a apresentar indicadores que complementam informações acerca do desempenho acadêmico da Universidade, há pelo menos 10 anos, a Gestão vem informando em seus relatórios de gestão indicadores definidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração

(FORPLAD), uma vez que os indicadores constantes da Decisão Normativa TCU nº 408/2002 avaliam basicamente nove aspectos da gestão acadêmica.

Ao término do exercício de 2015 o FORPLAD divulgou em sua 4ª Reunião Anual uma versão atualizada e com um número mais abrangente de indicadores. Esta nova versão é composta por um número muito maior de indicadores e redefiniu o modo obter aqueles já utilizados pelas instituições, de modo que a Proplan orientou as unidades de interesse a construírem uma série histórica de cinco anos, para os mesmos, com base na versão recente, de modo a seguir a mesma metodologia adotada pelo TCU. Também considerou-se para a obtenção desses o que estabelece a DN 408/2002, quanto as datas de término ou não dos semestres letivos no exercício de análise, razão pela qual aqueles que envolvem desempenho acadêmico foram calculados com base nos dados de 2015.2 e 2016.1.

O conjunto de indicadores do FORPLAD que compõem o relatório de gestão 2016, encontram-se apresentados no quadro 33 e estão para o ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Quadro 33 - Indicadores de Gestão Acadêmica da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, segundo o FORPLAD – Evolução 2012/2016.

Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	2012/16 (%)
Número de cursos de graduação	28	33	37	41	43	153,57
Número total de alunos ingressantes na graduação	2.094	2.786	2.967	3.122	3.404	162,6
Número total de alunos concluintes na graduação	510	640	727	789	1.099	215,49
Índice de evasão da graduação	12,75	11,24	7,99	10,97	8,18	64,16
Índice de retenção na graduação	75,51	62,84	59,76	44,39	42,63	56,46
Índice de desempenho acadêmico da graduação	56,95	51,44	48,24	48,14	47,88	84,07
Número de titulados em programas de pós-graduação	100	125	142	170	174	174
Número de projetos de pesquisa financiados	198	165	154	117	86	43,43
Número de projetos de cooperação internacional	3	5	4	5	6	200
Índice de internacionalização da produção científica	-	23,26	35,44	39,28	80,88	-
Taxa de alunos com bolsas de extensão	73	65	86	138	139	190,41
Taxa de alunos Extensionistas	256	590	379	546	954	372,66
Taxa de volume de recursos financeiros captados por editais ou similares	547.600,00	851.704,69	906.850,74	2.316.010,00	775.317,90	141,58
Número de docentes e servidores técnicos-administrativo membros de ações de extensão	86	325	143	340	443	515,11
Número de participantes como “atendidos” em ações de extensão	2.005	2.294	2.409	3.172	3.540	176,56
Número de alunos assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	1779	2585	2986	2923	2539	142,72
Índice de evasão de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	-	-	-	-	0,47	-
Índice de retenção de alunos assistidos em relação ao total de alunos da vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	-	-	-	-	7,06	-
Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios	26,51%	34,27%	35,62%	32,95%	32,91%	124,14

Fonte: PROGRAD, PROPPG, PROEC, PROAE

2.3.1.2.1 Indicadores da graduação segundo o FORPLAD

a) Número de cursos de graduação - NCurGr

Este índice estabelece a quantidade de cursos de graduação nas modalidades presencial (NCurGrP) e a distância (NCurGrD), oferecidos pela IFES e representa o número absoluto de cursos de graduação oferecidos na Instituição.

$$NCurGr = NCurGrP + NCurGrD$$

Ao longo do período 2012 – 2016, a UFERSA ampliou o número de cursos de graduação, saindo de 28 para 43 cursos, o que representa um crescimento de 53,57% no número de cursos de graduação (Quadro 33 – Gráfico 07). A expansão do número de cursos na Universidade no período foi consequência de ações da Gestão estimulada pela política desenvolvida pelo Ministério da Educação no âmbito das IFES visando ampliar o número de vagas no ensino superior no País, bem como visando otimizar a utilização de espaços físicos nas universidades brasileiras, já que de acordo com o Ministério na grande maioria delas o turno noturno era ocioso. No caso da UFERSA, além da ampliação do número de cursos de regime integral foram criados cursos noturnos nos quatro *campi*, estes últimos criados em função do Programa de Reestruturação das Universidades (REUNI) e da política de expansão de cursos.



Gráfico 07 – Número de cursos de graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

b) Número de alunos ingressantes na graduação - NTIng

Este índice representa o número anual de alunos ingressantes nos cursos de graduação da IFES, nas modalidades presencial (NIngP) e a distância (NIngD) e corresponde ao número absoluto de alunos que ingressaram em dois semestres letivos na Instituição.

$$NTIng = NIngP + NIngD$$

Observando-se o quadro 33 e gráfico 08 percebe-se que o número de ingressantes nos cursos de graduação da UFERSA nos exercícios que compõem a série passou de 2.094 para 3.404, o que corresponde um incremento de 62,6% no indicador, referente ao acréscimo de 1.310 ingressantes. A evolução desse indicador é reflexo da ampliação do número de vagas, em função da criação de novos cursos de graduação como já referenciado. A aferição desse indicador é importante do ponto de vista de avaliação de desempenho institucional, pois serve de base de dados para o cálculo de outros indicadores de gestão acadêmica, como taxa de sucesso na graduação.

c) Número de alunos concluintes na graduação – NCGr

Este índice corresponde ao número de alunos da IFES que concluíram seus respectivos cursos de graduação, nas modalidades presencial (NCGrP) e a distância (NCGrD).

$$NCGr = NCGrP + NCGrD$$

O número de alunos concluintes na graduação em 2016 foi 114% superior ao número de alunos que integralizaram sua matriz curricular no exercício de 2012, o que corresponde à formação de 582 aptos a se diplomarem (Quadro 33 – Gráfico 08). Torna-se importante observar que para o exercício de 2016 o mesmo foi obtido com base nos dados de 2015.2 e 2016.1, seguindo-se a mesma metodologia preconizada pelo TCU na DN 408/2002. Este indicador, a exemplo, do número de ingressantes é importante do ponto de avaliação da Unidade, pois será maior quanto maior for a capacidade desta, em formar seus ingressantes no período de tempo previsto nos PPCs de curso.



Gráfico 08 – Número de alunos ingressantes e concluintes de graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

d) Índice de evasão dos cursos de graduação

Este índice quantifica o percentual de alunos que se evadem no primeiro ano dos cursos de graduação e é obtido da relação entre o número de alunos matriculados exercício base (M_a) subtraído do número de ingressantes no exercício base (I_a) e o número de matriculados no exercício

anterior (M_{p-1}) menos o número de concluintes do exercício anterior (C_{p-1}) e é expresso em percentual.

$$Ev_a = 1 - \frac{M_a - I_a}{M_{p-1} - C_{p-1}} \times 100$$

Obtidos os índices de evasão entre os anos de 2012 a 2016, verifica-se que o Ev_a no ano de 2016 é 64,16% menor que o do primeiro ano avaliado. Verifica-se também que o indicador oscila no período e em termos médio representa 10,22% (Quadro 33 e Gráfico 09). Vários fatores estão associados aos índices de evasão nas IFES, assim como na UFERSA. Infere-se que questões como vulnerabilidade social, dificuldades para acompanhar o curso em função de deficiências na formação inicial, dificuldades financeiras para manter-se na Instituição, baixo rendimento acadêmico são fatores que promovem o desestímulo nos discentes. Na busca pela redução desse indicador várias medidas tem sido adotadas pela Gestão imbuída de estimular a permanência de seus ingressantes na Instituição. Dentre eles, pode-se citar: a ampliação anual dos recursos destinados ao PNAES utilizado para despesas com auxílio moradia, subsídios para o restaurante universitário, para alunos no câmpus Sede, auxílio alimentação para alunos dos *campi*, bolsa permanência, bolsa esporte, auxílio transporte, auxílio didático-pedagógico, auxílio creche, auxílio transporte e auxílio a portadores de necessidades especiais, finalidades desse Programa. Também, por meio da Pró-Reitoria de Graduação são desenvolvidas ações visando o nivelamento de alunos em matemática, a fim de facilitar que curse disciplinas que envolvam o uso de cálculos. Atualmente, são disponibilizadas quatro bolsas para o campus Mossoró e duas para cada um dos *campi* fora da sede com essa finalidade.

e) Índice de retenção dos cursos de graduação

O índice de retenção dos cursos de graduação está para quantificar o percentual de alunos que, apesar de terem esgotado a duração padrão do curso, ainda estão matriculados no mesmo curso. Este índice é obtido da relação entre o número de ingressantes no ano i (I_i) subtraído do número de concluintes no ano base ($C_{a,i}$) e do número de evadidos ($E_{v,i}$) com ingresso no ano de entrada no ano (i) pelo número de ingressantes (I_i) subtraído do número de evadidos ($E_{v,i}$), sendo a o ano da consulta e i o ano do ingresso dos concluintes definido com base na duração padrão do curso na Universidade ($i = a-d$).

$$IRet_a = \frac{I_i - C_{a,i} - E_{v,i}}{I_i - E_{v,i}} \times 100$$

O índice de retenção dos cursos de graduação obtidos para o exercício 2016 correspondeu a 42,63% e indica o percentual de discentes que integralizam suas atividades de curso após o tempo padrão estabelecido nos Projetos Pedagógicos de Curso. Trata-se de um índice que tende oscilar em função da qualidade na formação dos ingressantes a cada período acadêmico e no exercício a que se refere este relatório o mesmo foi 56,46% menor do que aquele obtido para o exercício de 2012 (Quadro 33 - Gráfico 09).

Reduzir os índices de evasão e de retenção nas IFES tem sido um desafio para os gestores das universidades públicas, a exemplo do que se processa também na UFERSA, como citado ao comentar o índice de evasão, já que muitas vezes as causas da retenção estão associadas as condições sociais do discente, opção por atividade remunerada e ao mesmo tempo estudar, além de dificuldades pessoais e dificuldades acadêmicas.

Essa preocupação da Gestão em reduzir a permanência prolongada do discente na Universidade, pela não integralização do curso nos prazos previstos nos PPC's é importante, pois representa um dos fatores que mais interfere na redução da taxa de sucesso da graduação, já que

esta é calculada a partir da relação entre o número de formados num determinado período e o número de ingressantes de anos anteriores cuja previsão de formatura coincide com o período considerado. É importante ainda pelo fato de ser um indicador que interfere na definição da matriz orçamentária de custeio das universidades.

Para o exercício 2016, a Pró-Reitoria de Graduação entende que contribuíram para a diminuição do índice medidas adotadas como a quebra de pré-requisitos, a abertura de turmas especiais e a consolidação de grande parte dos cursos com ingresso por meio do chamado 2º ciclo. Entende ainda que medidas como flexibilização do currículo, redução de carga horária e oferta de disciplinas na modalidade à distância nos cursos presenciais podem resultar em medidas eficazes para minimizar o índice e estará trabalhando estes aspectos alinhados a metas previstas no PDI.

f) Índice de desempenho acadêmico dos cursos de graduação

O índice de desempenho acadêmico dos cursos de graduação avalia o percentual de alunos aprovados em todas as atividades curriculares (M_{ap}) em relação ao total geral de alunos matriculados (M), sendo expresso em percentual.

$$IDesAcadGr_a = \frac{M_{ap}}{M} \times 100$$

Para o exercício 2016 o desempenho acadêmico de cursos da UFERSA foi igual a 47,88%, valor que representa uma redução de 15,93% no indicador quando comparado ao primeiro exercício da série (Quadro 33 – Gráfico 09). Trata-se de um indicador utilizado pela primeira vez pela Unidade e seus resultados precisam ser avaliados considerando-se questões como: a área do curso, os componentes curriculares do PPC do curso, perfil dos docentes e discentes de determinado curso, pesos considerados para obtenção da aprovação, período do curso, carga horária do curso, entre outras.

O desempenho acadêmico dos cursos de graduação deve ser visto como uma oportunidade para a melhoria do ensino oferecido nas IFES, pois pode estar refletindo a qualidade com que os cursos estão sendo ofertados, seja do ponto de vista de infraestrutura ou da qualificação do seu quadro de servidores, do alinhamento dos PPC's aos parâmetros curriculares dos cursos, ou mesmo da qualidade da formação inicial do ingressante de uma determinada IFE. Além disso, dependendo da instituição pode ser importante para tomada de decisão quanto a procedimentos relativos a transferências, alocação de alunos em turmas de disciplinas, processos de concessão de bolsas de pesquisa, extensão, monitoria, entre outros se considerado como parâmetro de avaliação do aluno em seu curso.



Gráfico 09 – Índice de evasão, retenção e desempenho de cursos de graduação - Indicadores de Gestão da UFRSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

2.3.1.2.2 Indicadores de pesquisa e pós-graduação segundo o FORPLAD

a) Número de titulados em programas de pós-graduação - NTPPGr

Este índice mede a quantidade de alunos titulados nos Programas de Pós-graduação.

$$NTPPGr = TD + TM$$

Analisando-se os dados do quadro 33 e do gráfico 10, constata-se que no período de cinco anos houve um aumento significativo na formação de mestres e doutores pela UFRSA, com um acréscimo total de 74%, com uma média de crescimento anual de 11,49%. Esse indicador poderá apresentar melhores resultados com quando os cursos de mestrado criados nos anos de 2015 e 2016 estiverem consolidados.

Embora o quadro 33 não demonstre, a Administração informa que as defesas de mestrado passaram de 83 em 2012 para 127 em 2016, o que corresponde um acréscimo de 53% na titulação de mestres. Já quanto à titulação de doutores houve um incremento ainda mais significativo no número de titulações passando-se de 17 para 47 defesas no período, o que representa um acréscimo de 176% no número de doutores egressos da UFRSA. Os dados demonstram a contribuição efetiva da Unidade na formação de mestres e doutores na região semiárida do Brasil, de forma a contribuir com a resolução de problemas da região.



Gráfico 10 – Número de titulados em programas de pós-graduação - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

b) Número de projetos de pesquisa financiado - NPPqF

Este índice informa o número de projetos de pesquisa com financiamento aprovados pelo corpo de servidores das IFES. Os dados indicam uma redução significativa (43,43%) no número de projetos financiados com cadastro na PROPPG nos últimos cinco anos (Quadro 33 – Gráfico 11). Estes resultados refletem a redução do quantitativo de editais e de recursos disponibilizados para pesquisa pelas agências de fomentos (CNPQ, CAPES, FAPERN, FINEP, entre outros), dada as mudanças progressivas nas políticas de fomento a pesquisa adotadas pelo Governo Federal. Estes dados, no entanto, não representam que a Instituição tenha realizado menos pesquisas, uma vez que o número de projetos internos de pesquisa evoluiu. No entanto, podem estar representando um menor financiamento à pesquisa já que a Unidade não dispõe de recursos suficientes para financiar o quantitativo de projetos interno cadastrados, embora na tentativa de minimizar este problema a Gestão, por meio da PROPPG, instituiu o Programa Primeiros Projetos de Pesquisa (PPP), que visa propiciar financiamento de pesquisas a recém-doutores da Instituição com recursos de sua ação de funcionamento.



Gráfico 11 – Número de projetos financiados - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

c) Número de projetos de cooperação internacional aprovados - NPCIAp

Este índice mede a capacidade da Instituição aprovar projetos de cooperação internacional. O mesmo corresponde ao número absoluto de projetos de cooperação internacional aprovados a cada exercício e, portanto, não utiliza-se uma fórmula para obtê-lo.

No exercício 2016, o número de projetos de cooperação internacional aprovados correspondeu a seis projetos, o que representa um acréscimo de 100% no indicador em comparação ao primeiro exercício da série (Quadro 33 – Gráfico 12). Este número de projetos de cooperação internacional aprovados no exercício está alinhado ao que prever o PDI, uma vez que o documento de mensura o desenvolvimento da Instituição tem como meta a celebração de 10 convênios internacionais até 2020.

O processo de internacionalização da UFERSA deve passar por um momento de aceleração de suas atividades, tendo em vista a nova política de internacionalização das instituições que se encontra em fase de desenvolvimento pela CAPES. Esta política, dentre outras ações visa, especialmente, fazer com que os programas de pós-graduação em nível de doutorado no País instituem ações voltadas a sua internacionalização, bem como da pesquisa produzida e da produção científica nacional, ações que nos próximos anos devem levar a um incremento significativo no número de projetos cooperação internacional aprovados.

De modo a manter o alinhamento da meta de internacionalização da UFERSA prevista no PDI e considerando a política a ser implantada pela CAPES, a Gestão instigada pela PROPPG deverá submeter aos órgãos colegiados competentes a criação de um programa de internacionalização institucional. Destaca-se neste contexto, que a Assessoria de Relações Institucionais (ARI), unidade de assessoria ligada a reitoria terá papel importante nesse processo.



Gráfico 12 – Número de projetos de cooperação internacional - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

d) Índice de internacionalização de produção científica - IIPCient

Este índice indica o percentual de internacionalização das publicações.

$$IIPCient = \frac{PTCient}{TPTC} \times 100$$

Considerando que os indicadores do FORPLAD no novo formato estão sendo apresentados pela primeira vez, a Unidade está deixando de informar os dados referentes ao exercício de 2012, por entender que, para este indicador, estavam com relativa inconsistência. Desse modo os dados do mesmo são apresentados a partir de 2013. Comparando-se o valor do índice no ano de 2013 ao do exercício em apreciação, verifica-se que houve uma evolução 247,72% no indicador. Já se relacionar os exercícios de 2015 e o de 2016, constata-se que neste último o crescimento é de 106% (Quadro 33 – Gráfico 13). O cálculo do mesmo levou em consideração o número de artigos publicados em língua estrangeira pelos professores dos programas de pós-graduação da Instituição. Este índice demonstra a qualidade dos trabalhos publicados pelos docentes e seus resultados apontam para a necessidade de melhoria do indicador, de maneira a impactar na avaliação dos programas. Neste sentido o Programa de Apoio a Pós-Graduação da UFERSA (PAPG) tem como uma de suas intenções apoiar a tradução de artigos científicos, o que permitirá uma maior agilidade as publicações e conseqüentemente incrementar o índice de publicações internacionais por parte de discentes, dos docentes e de servidores técnicos pesquisadores. Além disto, serão concentrados esforços para a formação de grupos de pesquisas com pesquisadores internacionais visando à mobilidade docente e discente de forma a internacionalizar a pesquisa produzida e seus resultados, em função do desenvolvimento de pesquisas colaborativas.



Gráfico 13 – Índice de internacionalização da produção científica - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

2.3.1.2.3 Indicadores de extensão segundo o FORPLAD

a) Taxa de Alunos com Bolsa de Extensão

Este índice expressa a percentagem de alunos da graduação (matriculados) que possuem bolsa de extensão e é obtido da relação entre o número de alunos da graduação com bolsas de extensão (NAMBEx) e o número de alunos matriculados nos cursos de graduação da Instituição (NAMGr), expresso em percentual.

$$TABEx = \frac{NAMBEx}{NAMGr} \times 100$$

Percebe-se avaliando-se o quadro 33 e o gráfico 14, que a taxa de alunos com bolsas de extensão no período teve um crescimento de 90,41% em relação ao primeiro exercício da série, percentual equivalente a mais 66 alunos detentores de bolsas de extensão na Universidade. Observa-se ainda, que a taxa de alunos bolsistas apresenta tendência de crescimento ao longo do período. Esta tendência estaria associada à edição de editais internos, pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, voltados a estimular ações de extensão considerando a política administrativa implantada pela Universidade, em 2013, na tentativa de melhorar a extensão.

b) Taxa de alunos extensionistas - TAExt

A taxa de alunos extensionistas expressa a percentagem de alunos da graduação que executam ações de extensão. A mesma é obtida do quociente entre o número de alunos executores de ações de extensão (NAEAEEx) e o número de alunos matriculados nos cursos de graduação da Instituição (NAMGr).

$$TAExt = \frac{NAEAEEx}{NAMGr} \times 100$$

Percebe-se observando o quadro 33 e o gráfico 14, que a taxa de alunos extensionistas da UFERSA obtido da série histórica de 2012 a 2016, elevou-se em 272,66%, associada a políticas de estímulo a captação de recursos externos para o desenvolvimento de ações de extensão e ainda, como já relatado, a publicações de editais internos voltados a proporcionar ao corpo de servidores extensionistas o desenvolvimento de ações de extensão. Salienta-se que a adoção dessa política foi facilitada pelo maior aporte de recursos orçamentários repassados à Universidade em função de seu processo de expansão territorial e de cursos.



Gráfico 14 – Taxa de alunos com bolsas de extensão e de alunos extensionistas - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

c) Taxa de volume de recursos financeiros captados por Editais-Similares -

Este índice mede o grau de captação de recursos financeiros em editais similares, por meio de ações extensionistas, sendo resultado da divisão entre o volume de recursos financiados captados em editais-similares para ações de extensão (VRF) e o volume de recursos financiados efetivamente disponibilizados pelos editais-similares (VTRF)

$$TRFE = \frac{VRF}{VTRF} \times 100$$

A taxa de volume de recursos financeiros captados pela Universidade por meio de editais ou similares foi 41% superior a aqueles captados em 2012, influenciados especialmente pela captação de recursos externos objeto de aprovação de editais na modalidade Proext (Quadro 33 – Gráfico 15). Constata-se também que, esses foram menores que os recursos de 2015, ano em que a Unidade teve maior montante de recursos captados por meio dessa modalidade de edital. Também contribuiu para o crescimento do índice a captação de recursos externos captados em editais por servidores técnicos e docentes e repassados para execução pela Fundação de Apoio da Universidade, por meio de convênios ou termos congêneres. Especifica-se, que trata-se de recursos extra orçamentários na sua maioria captados por docentes em empresas privadas ou em empresas de economia mista, bem como de órgãos de fomento.

Esse formato de captação de recursos pela Universidade é importante, pois os recursos provenientes do Tesouro Nacional transferidos pelo MEC às IFES, são na sua grande maioria

destinados a despesas com pessoal e benefícios ficando uma pequena parcela restante para garantia da manutenção e dos investimentos institucional.



Gráfico 15 – Taxa de volume de recursos captados por editais e similares - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

d) Número de servidores membros de ações de extensão

O número de servidores membros de ações de extensão está para o total de docentes e técnicos da Universidade que executam ações de extensão.

O número de servidores da UFERSA, membros de ações de extensão, em 2016, representou um incremento de 415,11% no valor do indicador quando comparado ao primeiro ano da série (Quadro 33 e Gráfico 16). Favoreceu este crescimento, no período, a contratação qualificada de servidores técnicos que passaram a se envolver com atividades de ensino, pesquisa e extensão, junto a docentes da Universidade. Além disto, contribuiu para o crescimento do mesmo às políticas do MEC para fortalecer a extensão nas universidades, cujos editais passaram a fazer com que os docentes percebessem a necessidade de envolvimento de técnicos em seus projetos de extensão.

Este indicador está sendo referenciado pela primeira vez no relatório de gestão e foi construído por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.



Gráfico 16 – Número de servidores membros de ações de extensão - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

e) Número de participantes como “atendidos” em ações de extensão

Este número indica o quantitativo de discentes, técnicos e docentes da comunidade interna e externa que participaram das ações de extensão promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura ao longo de cada exercício.

Os dados indicam que há uma evolução do mesmo ao longo da série, sendo seu crescimento, em 2016, 76,56% superior a aquele definido para o primeiro exercício da série (Quadro 33 – gráfico 17). Tais resultados demonstram que a cada exercício a Instituição envolve maior número de participantes em atividades de extensão. Tem contribuído fortemente para o crescimento desse indicador a realização da Feira de Ciências do Semiárido Potiguar.



Gráfico 17 – Número de participantes com o atendidos em ações de extensão - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

2.3.1.2.4 Indicadores relacionados à assistência estudantil

Os indicadores apresentados a seguir referentes à evasão e retenção foram construídos com a finalidade da Gestão avaliar a execução das ações de assistência aos estudantes da Universidade. Para isto, utilizou-se a mesma metodologia adotada pelo FORPLAD (item 2.3.1.2.1 subitens *d* e *e*), mas restringindo-se a coleta de dados, a apenas o número de alunos que protocolaram intenção de participar do programa PNAES por meio de editais.

a) Número de alunos assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O número de alunos da Universidade assistidos pelo PNAES em 2016 foi igual a 2.539, valor relativo a uma evolução de 42,72% no indicador em relação ao ano de 2012 (Quadro 33 – Gráfico 18). Embora observe-se um crescimento do indicador no primeiro e último exercício da série, percebe-se que os mesmos oscila no período. Esta oscilação está associada à ampliação do número de alunos matriculados no período e, possivelmente, a diferentes perfis socioeconômicos dos alunos que ingressam na UFERSA a cada semestre letivo.

A Administração tem envidado esforços para ampliar a assistência estudantil, no âmbito dos quatro *campi* da Universidade, como já relatado ao ser abordada a execução da ação 4002. Contudo, tem tido limitações em função dos recursos orçamentários disponibilizados para a finalidade, que não correspondem a real demanda apresentada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis quando da abertura dos processos de seleção.

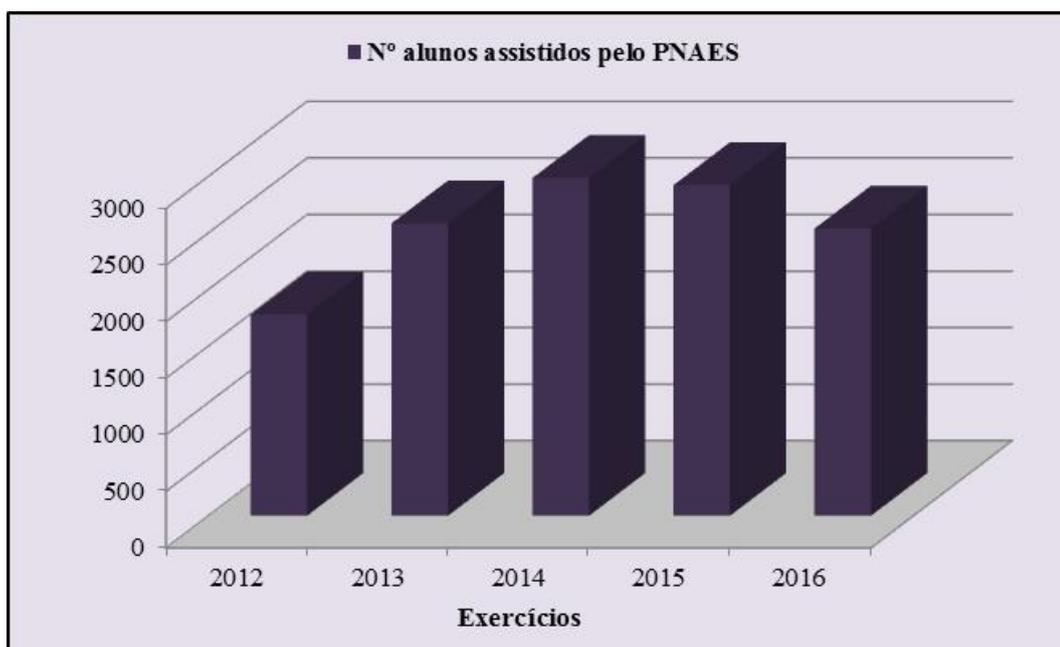


Gráfico 18 – Número de alunos assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

b) Índice de evasão de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Este indicador foi avaliado pela primeira vez no exercício referente a este relatório e seu resultado indica que dos alunos vinculados ao PNAES, apenas 0,57% evadiram-se de seus cursos, o que representa 30 alunos do total de assistidos no Programa. Destaca-se que, a PROAE, considerou

como critério de evasão o cancelamento de matrícula, abandono ou novo vestibular realizado pelo aluno que ao longo do ano recebeu algum tipo de benefício pecuniário do PNAES.

c) Índice de retenção de alunos assistidos em relação ao total de alunos da vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Da mesma forma que o índice de evasão, este índice foi determinado pela primeira vez em 2016 e seguindo os mesmos critérios adotados. Desse modo, foi considerado para obtenção do indicador o total de estudantes que foram reprovados em mais de duas disciplinas ou que tiveram alguma reprovação por falta no semestre letivo, em que foram beneficiados com o PNAES. Adotou-se o critério de reprovação em duas ou mais disciplinas ou reprovação por falta, considerando o que preveem as Normas do Programa Institucional Permanência. O valor obtido do indicador demonstra que 8,41% dos alunos assistidos no Programa tiveram pelo menos uma das reprovações especificadas. Numa visão simplória este número não parece ser significativo, no entanto, como foi determinado pela primeira vez, desde a implantação do PNAES, a Gestão estará avaliando seu comportamento ao longo de um período de cinco anos, a fim de melhor avalia-lo.

d) Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Este indicador é obtido da relação entre o número de alunos atendidos com algum tipo de auxílio e o número total de alunos com direito a auxílios e é expresso em percentual. O $IAAt_{DA}$ tem como fim medir a capacidade da Universidade em atender aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, objetivando promover a permanência do discente no curso e garantir a diplomação em tempo regular.

$$IAAt_{DA} = \frac{AAT}{TA_{DA}} \times 100$$

Os dados obtidos para o índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios estão disposto no quadro 33 e apresentados no gráfico 19. Os mesmos indicam que houve um incremento de 24,14% no indicador quando comparado ao ano de 2012. Indicam ainda, a ocorrência de oscilações ao longo do período, influenciadas pela ampliação no número de vagas e nas matrículas, como consequência da criação de novos cursos de graduação. Merece destacar, que ao longo do período os recursos disponibilizados para a ação de assistência estudantil (4002) foram crescentes.



Gráfico 19 – Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Indicadores de Gestão da UFERSA, segundo o FORPLAD - 2012/2016.

2.3.1.3 Considerações sobre os componentes utilizados para obtenção do cálculo dos indicadores de gestão

a) Custo Corrente sem HU

Quando aos custo corrente sem hospital universitário, verifica um incremento de 50,79% nos valores do custo corrente da Universidade excluía as despesas correntes, em relação ao exercício de 2012 e um incremento de 56,33% nas despesas correntes, que são aquelas que compostas também pelas despesas com aposentadorias, reformas, pensões, sentenças judiciais, despesas com pessoal cedido e despesas com afastamentos do País. Evidencia-se, para fins de análise que a Universidade poderia ter seu custo corrente, em 2016, um pouco superior caso não tivesse permanecido cerca de R\$ 5.219.188 do orçamento contingenciado ao término do exercício, em função das políticas de contenção de gastos imposta pelo Governo Federal. Esclarece-se ainda que, a evolução nas despesas correntes são resultado do aumento de gastos de recursos com aposentadorias, reformas, pensões, sentenças judiciais, despesas com pessoal cedido e despesas com afastamentos do País (Quadro 34 e Gráfico 20).

Quadro 34 – Evolução do custo corrente anual da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Valores em R\$ 1,00						
DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2012/2016 (%)
(=) Custo Corrente	99.130.616,76	127.346.359,42	158.203.914,60	174.749.742,79	195.186.333,66	50,79
Despesas correntes	128.228.747,79	153.231.510,13	192.284.072,32	204.539.805,85	227.622.608,83	56,33
(-) 65% das despesas com Hospitais Universitários ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-
(-) Aposentadorias e reformas	11.571.939,21	18.717.717,52	22.025.731,19	23.508.104,15	24.686.094,01	46,88
(-) Pensões	3.440.861,86	4.587.206,98	4.545.333,82	4.967.129,82	5.896.232,57	58,36
(-) Sentenças Judiciais	13.809.217,16	2.023.789,43	1.038.639,98	1.204.153,08	1.239.560,02	1114,04
(-) Despesas com pessoal cedido docente	-	-	60.486,42	413.180,65	45.571,28	
(-) Despesas com pessoal cedido técnico-administrativo	262.675,69	392.510,69	366.830,52	413.222,09	472.119,31	55,64
(-) Despesas com afastamento do País/Exterior docente	13.437,11	33.573,86	5.726.035,68	110.676,01	94.426,74	14,23
(-) Despesas com afastamento do País/Exterior técnico-administrativo	-	-	317.100,11	-	2.271,24	

Nota: (1) A UFERSA não possui Hospital Universitário

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças Tesouro Gerencial

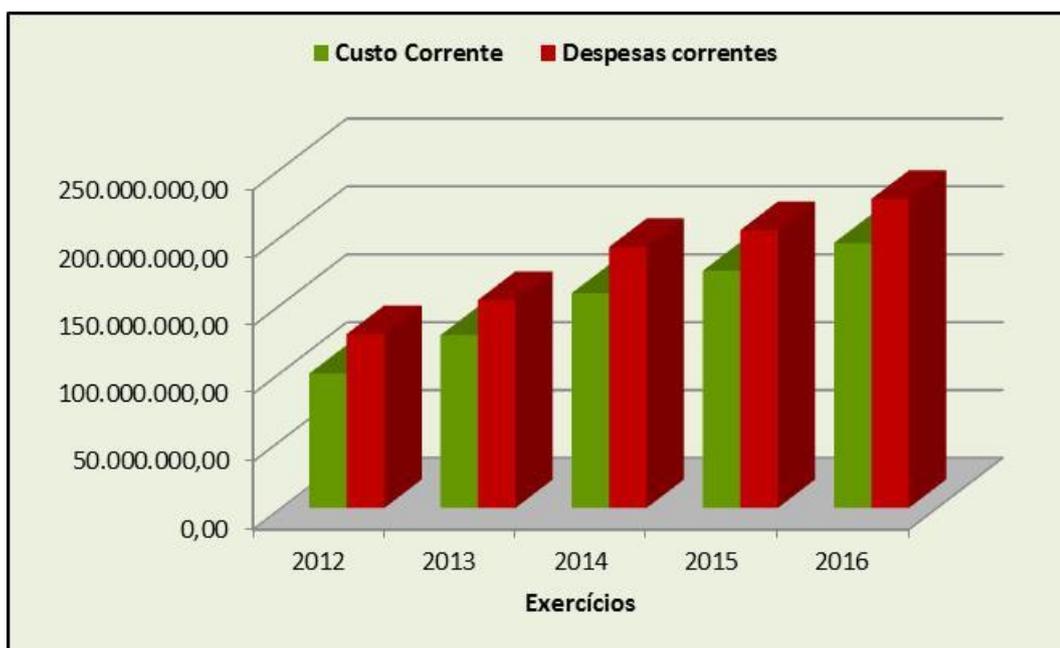


Gráfico 20 - Evolução do custo corrente e despesas correntes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2012/2016.

b) Aluno em tempo integral na graduação

O resultado obtido para o indicador (AGTi) no exercício de 2016 foi 6.930,00, o que representa um acréscimo de 63,81%. Este resultado indica que maior número de alunos está integralizando a matriz pedagógica de seus cursos com base na duração prevista nos projetos pedagógicos dos cursos, uma vez que o conceito de aluno em tempo integral na graduação está para a estimativa do tempo total de permanência dos alunos dos cursos de graduação das IFES, considerando-se assim o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, conforme pode ser observado na memória de cálculos dos indicadores do TCU anexa a este relatório e ainda no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão” – Decisão TCU N° 408/2002 – Plenário. Ressalta-se que, a evolução do indicador pode estar associado ao aumento do número de ingressantes na Instituição motivado pelo aumento do número de vagas ofertadas, que tem ocorrido ao longo de vários exercício, em função da expansão no número de cursos na Universidade e por tanto teria que se avaliar de forma mais minuciosa aspectos com evasão e retenção nos cursos de graduação (Quadro 35 – Anexo D e Gráfico 21).

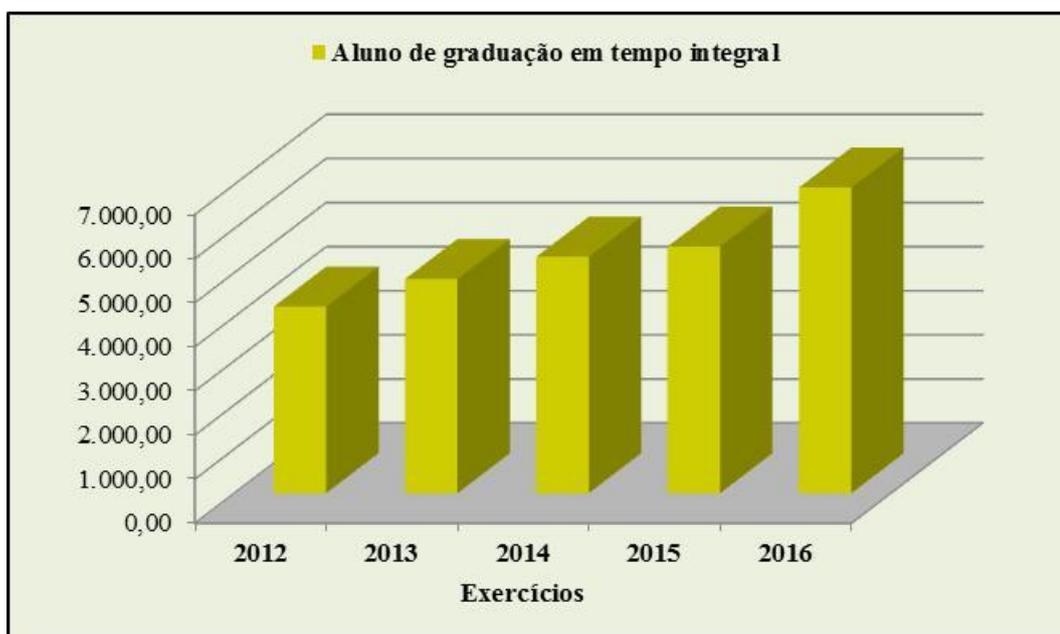


Gráfico 21– Aluno de graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2012/2016.

c) Aluno de graduação equivalente

O número de alunos equivalentes da graduação também é uma informação primária para cálculo dos indicadores do TCU e representa o principal parâmetro utilizado para fins de análise dos custos de manutenção da Universidade nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e de capital disponibilizados para formação de alunos de graduação, considerando-se as diferenças de custos de formação do aluno, por curso. Para obtê-lo o número de estudantes é convertido em número equivalente de estudantes em tempo integral, sendo multiplicado, ainda, pelo peso do curso ao qual pertence o aluno, com o objetivo de considerar as diferenças de custos para formação do aluno, em cada curso, considerando-se o que está previsto nas “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão” – Decisão TCU Nº 408/2002 – Plenário.

No exercício 2016, o número de alunos de graduação equivalentes, para a UFERSA, considerando a soma de todos os cursos foi 13.420,00, indicando uma evolução de 46,62% em comparação ao exercício de 2012 e de 18,3% em relação a ano de 2015 (Quadro 36 – Anexo E e Gráfico 22). Este resultado demonstra que ao longo do período houve um aumento nos investimentos para a formação dos alunos da Universidade, porém demonstra que os investimentos para despesas com alunos foram menores, como consequência da redução nos percentuais de recursos disponibilizados para a IFE, especialmente, pelo fato de que se espera que o aumento dos investimentos com os discentes deve ser uma constante, quando se refere a necessidades de investimentos para ampliação da infraestrutura acadêmica; dos serviços administrativos e assistenciais ofertados à comunidade discente, e por conseguinte garantir a qualidade dos cursos de graduação ofertados.

A exemplo do que é apresentado no quadro seguinte podem-se afirmar que o curso de ciência de computação e informática o foi curso com menor custo por aluno e o de medicina veterinária o com maior custo, ressalvadas as devidas proporcionalidades, já que os cursos têm números de alunos matriculados diferentes, diferente fator de retenção e diferente duração padrão, o que acaba interferindo no cálculo do AGTi

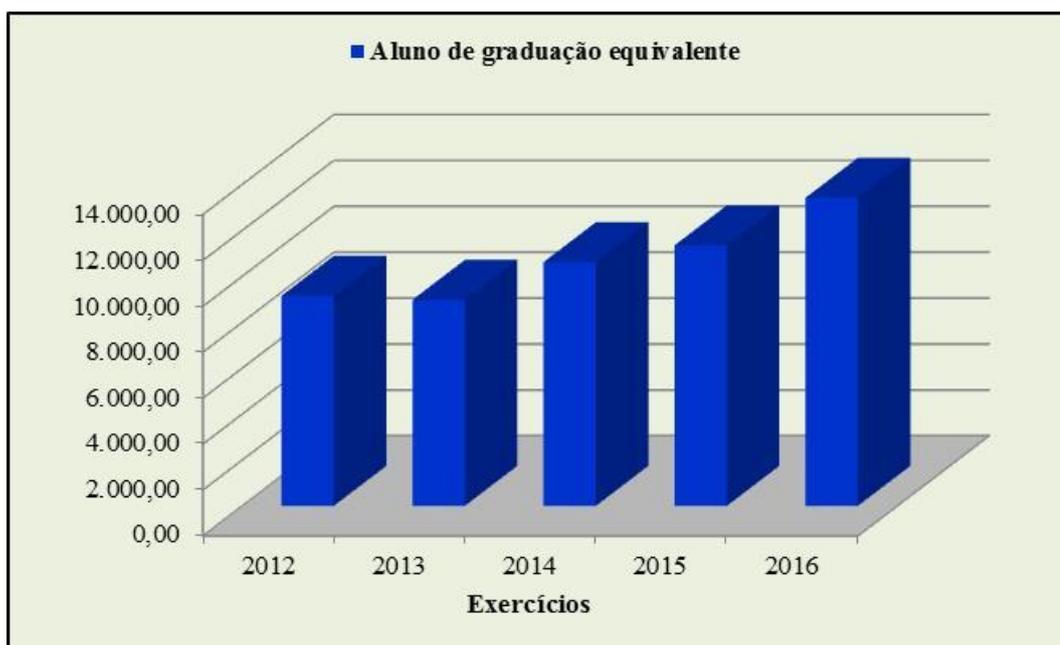


Gráfico 22 – Aluno de graduação equivalente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2011/2015.

d) Professor equivalente

É uma referência ao número de docentes em tempo integral (40 horas ou Dedicção Exclusiva), convertendo-se proporcionalmente os docentes que se enquadram em outros regimes de dedicação, conforme o item 3 do documento intitulado “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão - Decisão N° 408/2002 – Plenário”. No exercício 2016 o número de professores equivalentes da UFERSA foi igual a 626,50, o que representa um crescimento de 4,7% no indicador primário em relação ao ano de 2015 onde o indicador foi igual a 598,50%. Interfere nestes resultados o quantitativo de professores substitutos e visitantes com vínculo com a Universidade no exercício e ainda o número de docentes afastados para capacitação ou cedidos.

e) Funcionário equivalente sem HU

Em analogia ao item anterior o número de funcionários equivalentes é uma referência ao número de funcionários em tempo integral (40 horas ou Dedicção Exclusiva), convertendo-se, proporcionalmente, os funcionários que se enquadram em outros regimes de dedicação, desconsiderando-se os servidores lotados em Hospitais Universitários, conforme o item 4B do documento intitulado “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão” – Decisão TCU N° 408/2002 – Plenário.

Este indicador primário teve uma redução em relação ao exercício anterior, em função da redução do número servidores terceirizados por postos de trabalho, de forma que em 2016 esteve a disposição da UFERSA uma força de trabalho 2,15% menor que em 2015, quando haviam a disposição da administração 857 servidores terceirizados, em funções não previstas no plano de cargos do MEC.

No quadro 37 – anexo F estão compilados os valores obtidos para aluno de graduação equivalente (A_{GE}), além de aluno de graduação (A_G), aluno de graduação em tempo integral (A_{GTI}), entre outros, utilizados para obtenção dos indicadores do TCU de forma a permitir uma visão ampla do conjunto de dados utilizado no cálculo dos indicadores institucionais.

f) Alunos matriculados nos cursos de graduação

Analisando-se os dados do quadro 38 – anexo G e ainda o gráfico 23 verifica-se que, ao longo do período, uma evolução no número de matrículas nos cursos de graduação da Universidade em todos os *campi*, sendo os dados do campus de Pau dos Ferros o mais significativos em relação ao ano de 2012, que elevaram em 295,32%. O comportamento observado para o número de matrículas é consequência da implantação de novos cursos e de forma mais pontual ampliação no número de vagas em alguns cursos.

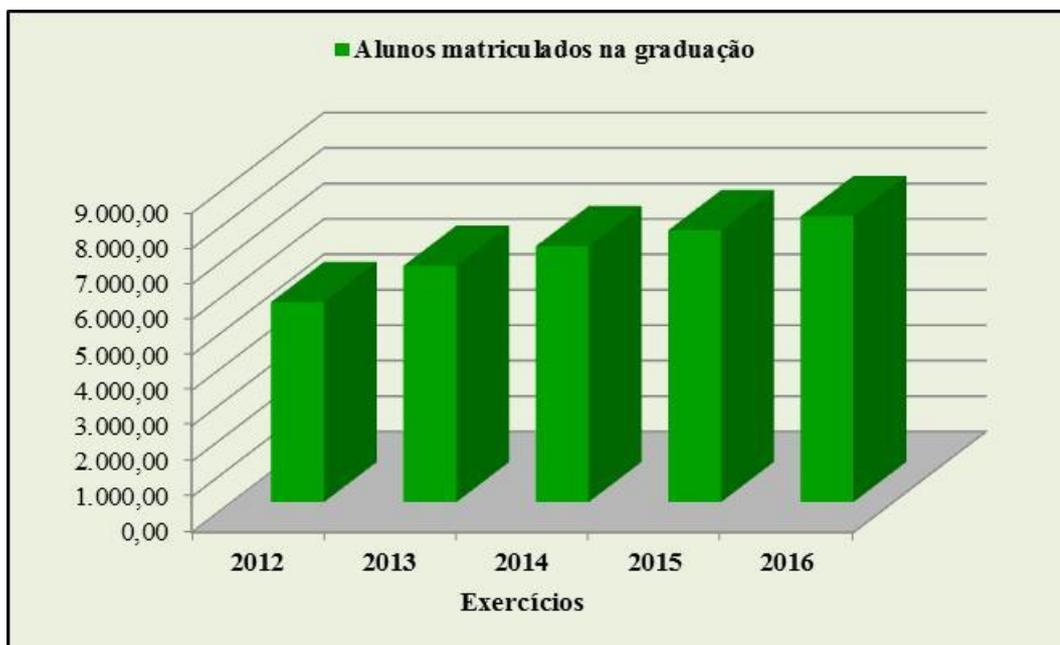


Gráfico 23 – Alunos matriculados em cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2012/2016.

g) Alunos concluintes de cursos de graduação

Os dados de alunos que se diplomam ao longo de cada exercício servem para aferir aspectos como a capacidade da Unidade formar egressos no interstício previsto para a integralização dos componentes curriculares de cada curso e representa sempre um desafio para as IFES, uma vez que fatores como taxas de evasão, taxas de retenção interferem diretamente nestes resultados, associado por exemplo a fatores econômicos e sociais, uma vez que muitas vezes os alunos são selecionados, mas não conseguem acompanhar as disciplinas, por fatores como deficiência no processo de ensino-aprendizagem, condições sociais e moradia. Contudo, mesmo diante das adversidades a UFERSA tem melhorado ano a ano seus índices de formação na graduação. Avaliando-se o quadro seguinte percebe-se um incremento de 115,49% no número de formados quando compara-se os resultados obtidos com os exercício de 2012. Porém, é importante destacar que estes resultados também tem sido influenciados pela consolidação progressiva de novos cursos e de novas vagas, de forma que em termos de número absoluto o total de formados em 2016 foi 1.099 (Quadro 39 – Anexo H e Gráfico 24).



Gráfico 24 – Alunos concluintes de cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2012/2016.

h) Inscrição em processos seletivos e disponibilização de vagas

A UFRSA, a exemplo da maioria das instituições federais de ensino superior, faz a seleção de seus ingressantes por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), processo de seleção que a cada ano vem se consolidando como meio de acesso único ao ensino superior nas instituições públicas. Constata-se que crescimento pela procura dos cursos oferecidos na graduação da UFRSA cresceu 17,72% em relação ao primeiro ano do período em análise. É possível observar ainda, que o número de candidatos que buscam o ingresso nos curso de graduação da Universidade eleva-se entre os anos de 2014 a 2016, sendo o crescimento do número de inscritos no exercício em análise 34,26%. Esta evolução no número de candidatos aos cursos de graduação pode está associado a criação de novos cursos ao longo de todo o período, mas pode ser consequência também da melhoria da relação da Instituição com a sociedade em função da divulgação de suas ações em formato virtual e mesmo por meio de veículos de comunicação de forma gratuita (Quadro 40 – Anexo I e Gráfico 25).

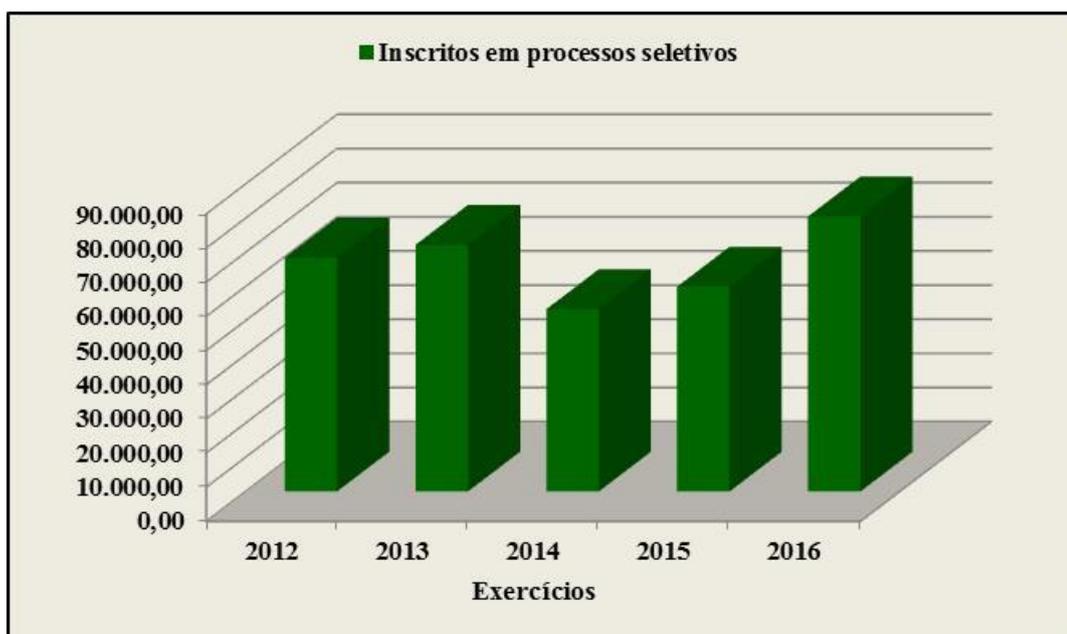


Gráfico 25 - Total de candidatos inscritos nos cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2011/2015.

Quanto às vagas ofertadas para acesso aos cursos de graduação da Universidade no quadro seguinte pode ser observado que o número de vagas disponibilizadas cresce entre os anos de 2012 a 2016, como consequência do aumento do número de novos cursos nos *campi* da UFRSA (Quadro 41 –Anexo J e Gráfico 26). Observando-se o quadro e o gráfico seguinte constata-se que o número de vagas disponibilizadas em 2016 foi 37,06% superior a aquelas ofertadas em 2012. O fator que tem levado ao incremento no número de vagas no período é a criação de novos cursos em função da expansão de cursos no *câmpus* Sede e nos *campi* Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros.



Gráfico 26 - Vagas ofertadas em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.

2.3.1.4 Considerações sobre o ensino de pós-graduação

Em relação aos programas de pós-graduação estão apresentados nos parágrafos seguintes informações sobre matrículas, aluno em tempo integral na pós-graduação e conceito CAPES dos cursos de pós-graduação utilizadas como componentes dos indicadores do TCU.

Os dados integrantes dos quadros 42 – anexo K e 43 permitem que se afirme que no início do período analisado, o que corresponde ao exercício 2012, a UFERSA oferecia 13 programas de pós-graduação entre mestrados e doutorados e que em 2016 totalizavam 17 programas, ampliando assim a oferta de vagas e ofertando mais oportunidades aos seus egressos de graduação. Quanto ao programa de mestrado em irrigação e drenagem e mestrado em ciência do solo este foram extintos, em função da criação do programa “Manejo de solo e água”.

Quadro 43 - Alunos dos programas de pós-graduação *Stricto sensu* (Doutorado) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2011/2015

Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> - Doutorado							
Doutorado em Ciência Animal ^(Aprovados pelo MEC em 2011)							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Teses Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	21	12	1,75	10	19	29	0
2013	24	17	1,41	29	19	48	0
2014	22	15	1,46	49	15	64	03
2015	41	26	1,57	57	17	74	10
2016	41	24	1,51	61	26	87	16
Doutorado em Fitotecnia							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Teses Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	48	09	6,8	68	09	77	11
2013	24	02	12	50	11	61	11
2014	72	12	06	60	13	73	19
2015	71	13	5,46	59	19	78	19
2016	123	17	7,23	68	21	89	19
Doutorado em Manejo de Solo e Água ^(Aprovados pelo MEC em 2012)							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Teses Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	70	20	3,50	0	20	20	0
2013	53	05	10,6	20	11	31	0
2014	52	14	3,50	30	06	36	0
2015	52	14	3,50	34	14	48	04
2016	77	06	12,83	41	07	48	20

Responsável pelas informações: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Os dados são referentes as matrículas de 2016.1 e 2016.2

O quadro seguinte e o gráfico 27 permitem que se observe que as matrículas nos programas de pós-graduação na Universidade cresceram 82,04% em comparação ao ano de 2012, motivado pela abertura de novos programas, aumento da oferta de vagas. Cabe colocar que as atuais medidas adotadas pelo governo Federal em relação a contenção de gastos, deve influenciar diretamente estes números, uma vez que resultam na redução na oferta de bolsas pelos órgãos de fomento, redução no número de editais de fomento à pesquisa, aspectos que levam os programas disponibilizarem menor quantidade de vagas em seus editais.

Quadro 44 - Alunos matriculados nos programas de pós-graduação *Stricto sensu* na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2012 (%)
Mestrado	289	351	348	388	453	162
Doutorado	120	140	173	200	224	241
Total	409	503	521	588	677	182,04

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Os dados são referentes as matriculas de 2016.1 e 2016.2



Gráfico 27 – Alunos matriculados nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.

O número de alunos em tempo integral da pós-graduação é um indicador primário integrante do cálculo do número de alunos em tempo integral da Instituição e é resultante do dobro da média de alunos matriculados na pós-graduação por programa. Em 2016, esse número foi 1.147, o que representa uma evolução de 48% em relação ao ano de 2012 e reflete a ampliação do número das matrículas, especialmente, em função dos três novos programas criados no exercício (Quadro 45 e Gráfico 28).

Quadro 45 - Alunos em tempo integral nos programas de pós-graduação *Stricto sensu* na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2012 (%)
Mestrado	563	703	637	676	779	138,37
Doutorado	212	279	319	382	368	173,60
Total	775	982	956	1.058	1.147	148,00

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Os dados são referentes as matriculas de 2016.1 e 2016.2



Gráfico 28 – Aluno de pós-graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.

Avaliado o período de 2012 a 2016 verifica-se que a Universidade saiu de 12 programas avaliados no primeiro ano da série para 17 em 2016, considerando-se que dois cursos foram extintos na fusão de novo programa. Percebe-se também que destes 17, um curso foi aprovado em 2015 e três foram aprovados em 2016. Se consideramos que o conceito CAPES como já referenciado varia entre 1 e 7. Constata-se que nove cursos no ano de 2016 possuíam conceito 4 ou 5, o que pode indicar que os cursos que estão sendo criados na UFERSA já apresentam padrão de qualidade para evoluírem, especialmente, quando parte desses cursos ainda não tiveram sua primeira avaliação já que a CAPES alterou para quatro anos o período de avaliação dos programas de pós-graduação. Constata-se também que o indicador de qualidade dos cursos de pós-graduação tem se mantido entre entorno de 3,7 ao longo do último quinquênio. A ampliação no número de programas de pós-graduação no período é consequência da política prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional para ampliação do número de programas e melhoria desses conceitos (Quadro 46 e Gráfico 29).

Quadro 46 – Conceito CAPES dos cursos de pós-graduação *Stricto sensu* na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/12 (%)
Doutorado Ciência Animal	4	4	4	4	4	100
Doutorado Fitotecnia	5	5	5	5	5	100
Doutorado Manejo de Solo e Água	4	4	4	4	4	100
Mestrado Nacional Profissional em Administração Pública	-	-	-	-	3	-
Mestrado Ambiente, Tecnologia e Sociedade	3	3	3	3	3	100
Mestrado Ciências Animais	4	4	4	4	4	100
Mestrado Ciência Computação	3	3	3	3	3	100
Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições	-	-	-	-	4	-
Mestrado Ecologia e Conservação	-	3	3	3	3	-
Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais	-	-	-	3	3	-
Mestrado Fitotecnia	5	5	5	5	5	100
Mestrado Manejo de Solo e Água	4	4	4	4	4	100
Mestrado Nacional Profissional Ensino de Física	-	-	4	4	4	-
Mestrado Produção Animal	3	3	3	3	3	100
Mestrado Profissional Matemática	3	3	5	5	5	167
Mestrado Sistemas C. Automação	3	3	3	3	3	100
Mestrado Pós-graduação em Ensino	-	-	-	-	3	-
Média	3,4	3,6	3,8	3,8	3,71	109

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

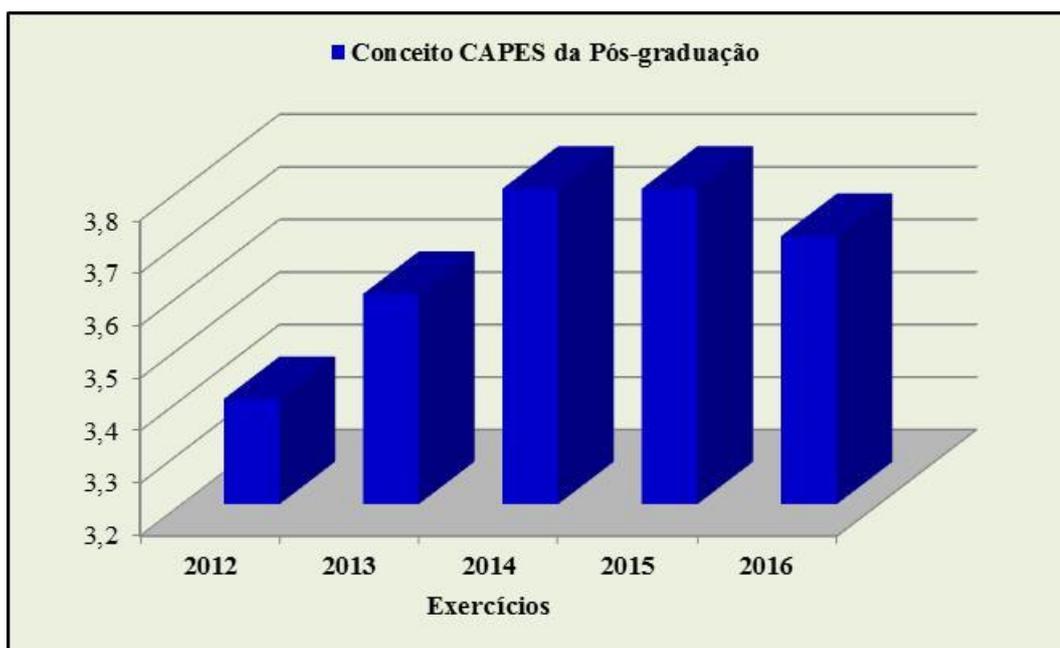


Gráfico 29 – Conceito CAPES para os programas de pós-graduação a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016.

2.3.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A Administração esclarece que não executou projetos ou programas financiados com recursos externos no exercício 2016.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Este item é composto de conteúdo referente à seção de governança da Universidade e tem por finalidade informar sobre a estrutura e as instâncias que compõem a governança da Universidade.

3.1 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança na Universidade Federal Rural do Semi-Árido é exercida pelo Reitor na condição de dirigente máximo, com atribuições definidas em Estatuto e auxiliada por sete pró-reitorias, com atribuições próprias às suas áreas de atuação. A jurisdição superior é exercida pelo Conselho Universitário a quem cabe deliberar a sobre os planos de desenvolvimento da Instituição, sobre seu projeto político pedagógico e tudo aquilo que se refere às políticas de desenvolvimento institucional. A mesma norteia-se pela legislação brasileira relativa ao ensino superior e ainda em normativos internos tais como resoluções, decisões, planos de gestão e manuais de rotinas e procedimentos. As ações de governança da Universidade, de forma complementar, também é exercida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelo Conselho de Curadores, para matérias voltadas a normatizar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e ainda aquelas pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, respectivamente. A Gestão conta ainda com uma Unidade de Auditoria e com vários comitês e comissões de apoio à governança, tais como Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Comissão Própria de Avaliação, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Interna de Supervisão do Pessoal Técnico Administrativo em Educação, Comissão do Plano de Logística Sustentável, dentre outras.

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna (AUDINT) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido foi criada em 06 de março de 2001 e está composta nos termos do Artigo 14, parágrafo único, do Decreto nº 3.591/2000, alterado pelo Decreto nº 4.440/2002. Sua Vinculação é ao Conselho Universitário, órgão superior de deliberação coletiva da Universidade em matéria de administração e política universitária, conforme artigo 45 do Regimento da UFERSA.

Considerando as ações governamentais executados pela UFERSA no exercício de 2016 e o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2016, a AUDINT realizou ações de auditoria junto as unidades administrativas responsáveis pela execução de recursos destinados ao pagamento de pessoal ativo e ao funcionamento das instituições federais de ensino superior, tendo alcançado resultados satisfatórios na aferição dos controles internos nessas áreas, com a minimização dos problemas de gestão/execução, tendo as unidades auditadas desempenho compatível com os ditames normativos e legais, bem como, quando houve necessidade de adequações, foram expedidas recomendações pela Unidade de Auditoria Interna aos gestores da UFERSA, conforme consta nos relatórios de auditoria pertinentes.

Quanto às normas de regulamentação da AUDINT estas estão expressas no Regimento da UFERSA, o qual detalha em seu Artigo 425 a forma de nomeação do auditor chefe e as exigências para o exercício do cargo; O artigo 426 estabelece a forma nomeação, designação, exoneração ou dispensa do chefe da Unidade de Auditoria Interna; No Artigo 427 do Regimento da UFERSA estão descritos os objetivos e as prerrogativas da Unidade de Auditoria Interna; O Artigo 428 detalha a forma de planejamento das atividades de auditorias efetuadas pelo Plano Anual de Auditorias aprovados pelo CONSUNI; e por último o artigo 429 expressa as atribuições da Unidade de Auditoria Interna, conforme publicado no site oficial da UFERSA na aba documentos. Conforme consta na Figura 1 (Organograma da UFERSA) a Unidade de Auditoria Interna está vinculada ao

Consuni, instância máxima para todas as deliberações da Universidade, sendo independente de todas as unidades administrativas da Instituição.

As ações de auditorias são programadas com base no Plano Anual Auditoria Interna (PAINT), elaborado pela equipe que compõe a Unidade e aprovado pelo CONSUNI, e submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União em prazo estabelecido pela legislação vigente. A programação seleciona as áreas onde recairão as ações, no entanto, o processo a ser auditado é selecionado mediante uma matriz de risco aplicada sobre todos os processos daquela área previamente determinada. A matriz de Risco observa os critérios da materialidade, relevância e risco, podendo ser escolhido qualquer processo do campus Mossoró ou dos *campi* Angicos, Caraúbas ou Pau dos Ferros. Nos últimos dois anos ocorreram ações nos três *campi* fora da sede.

A Unidade de Auditoria Interna tem como titular o Auditor Chefe, nomeado obedecendo ao disposto no artigo 15, §5º do Decreto 3.591/2000 combinado com a Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, da lavra da Controladoria-Geral da União (CGU), sendo a designação submetida previamente pelo Reitor da UFERSA a aprovação do Conselho Universitário, bem como, da Controladoria-Geral da União (Art. 426 do Regimento da UFERSA). O artigo 426 do Regimento da UFERSA estabelece a forma nomeação, designação, exoneração ou dispensa do chefe da Unidade de Auditoria Interna. A equipe da Unidade de Auditoria é composta por dois Auditores, um contador e um estagiário, conforme quadro 47.

Quadro 47 - Equipe Técnica da Unidade de Auditoria Interna

NOME	FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
André Luís Américo Moreira	Bacharel em Direito / Especialista em Direito Público.	Auditor Chefe
Marília de Lima Pinheiro Gâdelha	Bacharel em Direito / Especialista em Direito e Processo Tributário e Direito do Trabalho.	Auditora
Antônio Gilberto Martins da Costa	Bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas / Mestre em Administração.	Contador
Bruno Rodrigues Cabral	Bacharel em Ciências Contábeis / Especialista em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria.	Auditor
Lorena Pinheiro	Acadêmica de Ciências Contábeis	Estagiária

O servidor André Luís Américo Moreira encontra-se afastado temporariamente de suas funções para cursar mestrado e a servidora Marília de Lima Pinheiro Gâdelha afastada por motivo de licença gestante.

Os Relatórios de Auditoria são encaminhados ao Reitor da UFERSA com cópia ao dirigente da unidade auditada, entre outros papéis produzidos ou colecionadas no decorrer da execução ou monitoramento dos trabalhos. Cabe elucidar que após sua expedição, os relatórios de auditoria contendo eventualmente recomendações são digitalizados e encaminhados ao Reitor com cópia ao dirigente da unidade auditada por intermédio de memorando eletrônico da lavra do chefe da Unidade de Auditoria Interna via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, oportunidade em que se realiza no próprio sistema informatizado supracitado o controle da certificação de que a alta gerência tomou conhecimento do relatório de auditoria e das eventuais recomendações consignadas neste pela unidade de Auditoria Interna. Nos casos em que são verificados situações consideradas de riscos elevados pela não implementação das recomendações da auditoria interna, é solicitado audiência com o Reitor e pró-reitores, caso necessário, e o fato é comunicado diretamente ao dirigente responsável, documentando-se em ata os compromissos assumidos.

Quanto a estrutura organizacional da AUDINT, a Administração informa que após vários questionamentos dos órgãos de controle referentes à composição do quadro de servidores da unidade foi redefinida com a disponibilização de vagas para servidores, dado o processo de expansão de cursos e do Programa de Reestruturação das Universidades e a mesma foi dotada de auditores de carreira saindo de um servidor técnico administrativo para três auditores de carreira

e mais um contador e de forma complementar conta ainda com uma estagiária, o que permitiu a AUDINT potencializar sua capacidade de operacionalização em consonância com seu PAINTE.

Nos quadros 48 e 49 (Quadro 49– anexo L) acham-se apresentadas resumidamente as ações realizadas pela AUDINT ao longo do exercício 2016, bem como as recomendações decorrentes dessas ações, atendendo o que recomenda os normativos.

Quadro 48 - Descrição das ações de auditoria interna realizadas pela UFRSA

Número do Relatório de Auditoria	Área auditada	Objetivo	Período de execução	RH e materiais empregados
RA Nº 01/2016	Gestão de bens e serviços	Referente a suposto descumprimento de norma de execução de contrato de terceirização.	Abril a maio de 2016	01 servidor – material de expediente e equipamento de informática.
RA Nº 02/2016	Gestão de suprimentos de bens e serviços	Auditoria sobre serviços terceirizados	Abril a junho de 2016	02 servidores – material de expediente e equipamento de informática.
RA Nº 03/2016	Gestão de suprimentos de bens e serviços	Auditoria sobre serviços terceirizados	Abril a julho de 2016	02 servidores – material de expediente e equipamento de informática.
RA Nº 04/2016	Controles de Gestão	Identificação, mensuração e Avaliação dos Controles Internos Administrativos da UFRSA sobre os Departamentos Acadêmicos.	Março a setembro de 2016	01 servidor – material de expediente e equipamento de informática.
RA Nº 05/2016	Gestão de RH	Analisar a tramitação e gestão dos PAD's e Sindicâncias da UFRSA que tramitaram de janeiro a junho de 2016.	Junho a setembro de 2016	01 servidor – material de expediente, equipamento de informática, diárias e transporte.
RA Nº 06/2016	Gestão Orçamentária e Financeira	Avaliar a regularidade das contratações execuções de obras pela UFRSA de modo a verificar o cumprimento da legislação e normativos vigentes acerca da formalização, execução e fiscalização dos contratos de obras da construção dos laboratórios de engenharia.	Junho a outubro de 2016	02 servidores – material de expediente, equipamento de informática, diárias e transporte.
RA Nº 07/2016	Gestão de obras públicas	Avaliar a regularidade das contratações execuções de obras pela UFRSA de modo a verificar o cumprimento da legislação e normativos vigentes acerca da formalização, execução e fiscalização dos contratos de obras das construções das Estações de Tratamento de Esgotos dos Campi de Caraúbas e Pau dos Ferros, e a obra de climatização do Expocenter.	Junho a outubro de 2016	02 servidores – material de expediente, equipamento de informática, diárias e transporte.

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILICÍTOS ADMINISTRATIVOS

Como já relatado em relatórios anteriores a Unidade não conta com Órgão de Correição em sua estrutura de governança. Quando há a necessidade de apurar algum tipo de ato considerado impróprio procede-se com a instauração de processos de sindicância, Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou mesmo com o Termo Administrativo Circunstanciado. Os processos oriundos de sindicância e PAD, são registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, em conformidade com a Portaria CGU nº 1.043/2007, de 24/07/2007. As informações referentes a esses processos são inseridas inicialmente no Sistema a partir do momento em que o processo é aberto e posteriormente quando finalizados os trabalhos das comissões as informações complementares são colocadas no mesmo de forma a mantê-lo atualizado, salvo em situações que requerem maior análise por parte da Gestão, que os encaminham para avaliação por parte da Procuradoria Federal que mantém um procurador nas dependências da Instituição.

Considerando a necessidade apontada pelo TCU para que seja consignadas no relatório de gestão procedimentos estabelecidas com base na portaria Portaria CGU nº 1.043/2007, informa-se que durante o exercício 2016, de forma muito pontual, os servidores responsáveis pelas implementações junto ao sistema CGU-PAD tiveram problemas com disponibilidade de senhas, e por isso os procedimentos a serem inseridos no sistema não atenderam o que estabelece a referida Portaria. Além disso que, foram inseridos no CGU-PAD seis procedimentos, sendo quatro processos administrativos disciplinares (PAD) e três sindicâncias. As sindicâncias referiram-se: a apurar possível dano ao erário por sumiço de material; apurar conduta de servidor sobre atividade com equipamento da Universidade na cidade de Mossoró; e apurar possível conduta de servidor por alegar tráfico de influência por um de seus pares. Já quanto aos PADs os mesmos tiveram com o finalidade: apurar possível dano ao erário e responsabilidades em decorrência de fatos apontas em solicitação de auditoria; revisar fatos apontados em processo de sindicância; apurar eventual conduta de servidor relativa a possível crime de injúria; e apurar conduta de servidor possivelmente associada a assédio moral e preconceito em ambiente de trabalho. O quadro seguinte representa o extrato do relatório.

Quadro 50 – Dados do relatório anual dos procedimentos junto ao sistema CGU-PAD

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Universidade Federal Rural do Semi-Árido		
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		4
Total de Sindicâncias		3
Total de Procedimentos		7

Fonte: Sistema CGU-PAG

3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os riscos normalmente são categorizados como sendo dos tipos ambiental, social, econômico, tecnológico, entre outros, mas podem ser enquadrados em outras categorias dependendo da atividade fim da organização. Em função de motivos diversos estes têm aumentado gradativamente, fato que tem motivado as organizações a desenvolverem ações na tentativa de gerenciá-las de modo a garantir que cumpram com seus planos de metas. Dessa forma, o gerenciamento dos riscos está para melhoria da eficiência e eficácia da organização e consequentemente para a melhoria da qualidade da organização.

No caso da UFERSA, a administração informa que o processo de análises de riscos ainda encontra-se em sua fase inicial e a construção de um plano de sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e a governança, conforme prever a Instrução Normativa Nº 1/2016 de 10/05/2016 deverá ser finalizada ao longo do exercício em 2017. No entanto, a Pró-Reitoria de Planejamento na tentativa dar início ao processo classificou alguns riscos relacionados às atividades da Instituição observando o PDI, independentemente de sua natureza (Internos ou Externos). Assim, foram definidos os seguintes riscos a serem trabalhados: riscos de gestão acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão), riscos de gestão de pessoal, riscos de recursos financeiros, riscos de recursos de infraestrutura, riscos de gestão de processos e modelos de gestão, que serão subcategorizados ao longo do exercício de 2017. Tais riscos quando subcategorizados e trabalhados deverão garantir à Gestão condições para melhorar a relação da Universidade com a sociedade, melhorar a relação da Universidade com a comunidade interna, melhorar os índices de arrecadação de receitas, diminuir os riscos organizacionais, ampliar as ações de tecnologia da informação e melhorar a qualidade do serviço acadêmico prestado.

Para melhoria dos controles e utilização desses riscos serão construídas planilhas que possibilitem qualitativa e quantitativamente avaliá-los quanto à existência ou não de um tipo de controle, a fim de identificar ferramentas para monitoramento. Esta planilha deveria contemplar informações sobre: fatores que contribuem para o risco, risco/consequência, impacto, probabilidade, tipo, classe e atividade de controle.

Da análise realizada, observando-se o que está para o Plano de Desenvolvimento Institucional e as atividades acadêmicas e administrativas, em geral, consegue-se identificar como fatores de risco a serem trabalhados na UFERSA: riscos relacionados à reputação da instituição independente de estarem associados a aspectos externos ou internos, tais como ocorrências ligadas à insegurança nos *campi*, ações desenvolvidas pelos alunos sem o devido conhecimento das unidades acadêmicas responsáveis, danos ao patrimônio e a imagem da Universidade; riscos relacionados aos estudantes como consequência da ampliação considerável no número de vagas, uma vez que esta implica em maior aporte de recursos, ampliação de infraestrutura, maior necessidade de apoio social, psicológico e de saúde; riscos relacionados a servidores, pois as novas contratações passam a implicar muitas vezes na necessidade de maior número de capacitações e de qualificações, redimensionamento do quadro servidores; riscos relativos à infraestrutura, associados a grande demanda por novos espaços para desenvolvimento das atividades fins e meio, representados pela necessidade de ampliação da infraestrutura administrativa e acadêmica seja no que se refere à mobília, a equipamentos, a espaço físico ou mesmo necessidade de adequar as instalações às legislações referentes à segurança predial, acessibilidade e normas de saúde pública.

Finalmente, não poderia deixar de se abordar neste tópico a existência de fatores de riscos relacionados aos recursos financeiros, sendo a capacidade da Universidade planejar e executar suas atividades de acordo com o orçamento previsto na LOA, talvez o maior desafio da gestão, pois a redução nos repasses anuais de recursos para as despesas correntes e de investimentos leva a administração a revisar contratos, redimensionar serviços, alterar cronograma de obras para

readequação das despesas, a fim de não causar descontinuidade ou interferir nas atividades acadêmicas e administrativas.

Embora a Instituição ainda não tenha identificado todo o conjunto de riscos a que está sujeita, ao longo do ano de 2016, à medida que apontou os riscos especificados no parágrafo anterior, elencou também alguns aspectos a serem considerados para mitigá-los. Desse modo, quanto aos riscos relacionados ao nome da Universidade destacou-se a necessidade de adotar medidas para evitar a realização de festas, uso de bebidas alcoólicas nas dependências da Instituição, melhorar as diretrizes de vivências nas residências universitárias, ampliar os serviços de instalação de câmaras, desenvolvimento de atividades voltadas a conscientizar o estudante a zelar pelo bem público e melhorar o sistema de vigilância. Quanto a aspectos mitigatórios relacionados aos estudantes verificou-se a necessidade de ampliar o número de salas de aulas, disponibilizar do salão de estudos por 24:00h, flexibilizar a jornada de trabalho as acadêmicas (Graduação, Extensão, Pesquisa, Assistência ao estudante) e ampliar o número de refeições no restaurante universitário.

Já os riscos relacionados a servidores, estes estão associados a questões como alta rotatividade, inexistência de processos mapeados e de forma muito particular os baixos salários pagos aos servidores, em comparação ao de outras categorias similares em outros órgãos. Na tentativa de mitigá-las a Universidade tem intensificado os cursos de capacitação e adotado políticas para garantir a capacitação e qualificação. Está previsto no PDI ações para realizar o redimensionamento de servidores e o mapeamento dos processos. Também pode ser colocado nessa categoria de riscos questões como absenteísmo por licença para tratamento de saúde, inadequação de espaços físicos, entre outros a serem identificados.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

Este item contém informações pertinentes a estrutura de pessoal, o demonstrativo das despesas com pessoal, gestão de riscos relacionados ao pessoal e contratação de pessoal de apoio e de estagiários. Além disso, informam as despesas com pessoal pela Unidade.

4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

4.1.1.1 Composição da força de trabalho da Unidade

O demonstrativo da força de trabalho utilizada pela Universidade no exercício 2016, está apresentado no quadro 51 e correspondeu, ao término do exercício, a uma lotação de 1.305 servidores, abrangendo servidores efetivos, cargos em comissão e contratos temporários, estes últimos correspondem a professores temporários, contratados como professores substitutos ou como professores visitantes. Ingressaram no exercício 138 servidores e deixaram a Universidade 89. As novas contratações são resultantes da criação de novos cursos e consequente necessidade do aumento da força de trabalho. Quanto aos egressos o número está principalmente para aquelas contratações temporárias de docentes por motivos de afastamentos para qualificação ou licença saúde e licença maternidade, que ao retornarem as suas funções levam a Gestão a encerrar seus contratos. Além disso também está associado a processos de redistribuição.

Quadro 51 – Composição da força de trabalho da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	1.181	60	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1.181	60	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculadas ao órgão	-	1.176	60	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	2	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	93	78	67
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	31	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	1.305	138	89

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoa - PROGEPE

4.1.1.2 Distribuição da lotação efetiva

A distribuição da lotação efetiva da Unidade está apresentada no quadro 52. Tomando como referência a data de 31/12/2016, ao término do exercício haviam 725 servidores desenvolvendo atividades na área fim da UFERSA e 580 na área meio. Estes números representam uma relação de 25% de servidores vinculados a área fim a mais do que aqueles da área meio, demonstrando que o número de servidores da área meio precisa melhorar, de forma a garantir a qualidade das atividades para oferecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação e o desenvolvimento da extensão com mais qualidade, como tem sido colocado em relatórios anteriores.

Quadro 52 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	549	632
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	549	632
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	544	632
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	93
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	31	
4. Total de Servidores (1+2+3)	580	725

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE

4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade

A estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da Instituição está detalhada no quadro 53. Os quantitativos são os mesmos apresentados para o ano de 2015, em termos de lotações autorizadas. Este número inclui as funções comissionadas para coordenador de curso e a mobilização entre ingressantes e egressos reflete situações vinculadas ao término de mandato de coordenadores e o rearranjo dado as unidades estratégicas da Universidade em função de uma nova Gestão para o período de 2016 - 2020. Destaca-se que, os cargos em comissão e de funções gratificadas acham-se distribuídos nas várias unidades do campus Sede e ainda em unidades dos *campi* avançados.

A Gestão ressalta que estes quantitativos são insuficientes para atender toda a estrutura administrativa da Universidade o que compromete a força em muito a capacidade de trabalho de unidades estratégicas.

Quadro 53 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	36	36	25	25
1.1.Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Cargos de Direção	36	36	25	25
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	32	32	25	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	97	84	22	27
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	97	84	22	27
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso	48	48	23	21
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	181	168	70	73

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE

4.1.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Universidade segundo a faixa etária

Quanto a idade, verifica-se que o maior número de servidores da Universidade encontram-se com idade na faixa etária de 31 e 40 anos. Este resultado é consequência das contratações recentes realizadas pela unidade que permitiu a renovação de seu efetivo de servidores, dada as políticas governamentais voltadas a expansão das universidades.

Quadro 54 - Quantidade de servidores da unidade jurisdicionada por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	308	516	201	99	57
1.3. Servidores com Contratos Temporários	51	30	5	03	4
Total (1.1+1.2+1.3)	359	546	206	101	61

Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH

4.1.1.5 Detalhamento do quadro de pessoal da Universidade segundo o grau de escolaridade

Verifica-se que o maior número de servidores da Universidade possuem nível de escolaridade no nível 9 (Doutorado/Pós Doutorado). Este resultado é consequência das políticas de qualificação e capacitação de servidores adotadas pela instituição e ainda pelo fato de que muitos docentes contratos recentemente já possuíam titulação em nível de doutorado.

Quadro 55 – Detalhamento do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	-	1	17	15	41	140	243	319	405
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	41	22	19	11
Total (1.1+1.2+1.3+1.4)	0	1	17	15	41	181	265	338	416

LEGENDA

Nível de Escolaridade

- 1 - Analfabeto;
- 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
- 3 - Primeiro grau incompleto;
- 4 - Primeiro grau;
- 5 - Segundo grau ou técnico;
- 6 - Superior;
- 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;
- 8 - Mestrado;
- 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;
- 10 – Não classificada.

Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH

4.1.1.6 Classificação do quadro de pessoal da Universidade em relação ao tempo de aposentadoria

O quadro abaixo contém informações sobre servidores aposentados no exercício, processos de aposentadoria iniciadas no exercício e de servidores que já possuem algum tipo de direito a aposentadoria.

Quadro 56 - Composição do quadro de servidores em relação à aposentadoria - Situação apurada em 31/12/2016

Regime de proventos Regime de aposentadoria	Quantidade				
	Servidores aposentados até 31/12	Aposentadorias iniciadas no exercício de referência	Servidores com tempo para aposentadoria 25 - 30	Servidores com tempo para aposentadoria 30 - 35	Servidores com tempo para aposentadoria 35
1.1 Voluntária	99	4	-	-	-
1.2 Compulsória	2	0	-	-	-
1.3 Invalidez	44	4	-	-	-
1.4 Outras	0	0	-	-	-
2. Proporcional					
2.1 Voluntária	64	0	-	-	-
2.2 Compulsória	2	0	-	-	-
2.3 Invalidez	2	0	-	-	-
2.4 Outras	0	0	-	-	-
3. Totais (1+2)	213	4	6	53	37

* Os dados contemplam servidores com tempo para se aposentar nas faixas de 25 a 30 anos, 30 a 35 anos e mais

Fonte: Progepe

4.1.1.7 Análise crítica

A Administração esclarece que no período de 2012 a 2016 foram concedidos alguns cargos em comissão e de funções gratificadas, para a UFERSA, como consequência da reestruturação e do processo de expansão da Universidade. Contudo, admite que o número disponibilizado ainda não atende as necessidades administrativas. No exercício 2016, o Conselho Máximo da Universidade fez alterações no Estatuto e está para promover alterações no Regimento, o que poderá resultar em uma nova estrutura organizacional, já iniciada com as alterações estatutárias e que poderão demandar em novas necessidades na estrutura de cargos de direção e de funções gratificadas. Além disso, novos cursos foram criados o que certamente demandarão em necessidades de novas funções gratificadas para coordenadores de cursos.

4.1.2 Política de capacitação de pessoal;

Visando garantir o processo de capacitação e qualificação de pessoal, têm sido desenvolvidas ações anuais por meio do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento (Decisão CONSUNI/UFERSA N° 066/2008 com alterações da Decisão CONSUNI/UFERSA n° 016/2012), o Programa de Recepção dos Servidores da UFERSA (Resolução CONSUNI/UFERSA n° 005/2016), Disponibilização de Vagas Institucionais para Servidores Efetivos da UFERSA em Programas de Pós-Graduação (Resolução CONSUNI/UFERSA N° 007/2015) e do Plano Anual de Capacitação dos Servidores da UFERSA.

As ações são programadas com base em informações coletadas por meio dos instrumentos, a saber: Diagnóstico Anual das Necessidades de Capacitação, preenchido pelos servidores e gestores de Unidades; avaliações dos eventos ao longo da execução do Plano Anual anterior; e análise da grade de Ações da Matriz, de demandas formalizadas, da situação institucional e de experiências

anteriores, por meio dos Gestores da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal e Pró-Reitora de Gestão de Pessoas.

Assim, o Plano de Capacitação apresenta, anualmente, uma programação prévia de eventos, a qual é analisada e, se necessário, readequada com vistas a atender as necessidades institucionais e orçamentárias.

Para capacitação de servidores, busca-se, prioritariamente, a realização de cursos vinculados às atividades de um conjunto abrangente de servidores. Contudo, de forma a melhorar a política de capacitação de servidores, durante o exercício 2016, o Plano Anual de Capacitação foi direcionado para atender as ações mais intensivas e com amplitude nos quatro campi da Instituição, por meio da oferta de cursos e eventos, nos quais foram abordadas questões como: assédio moral no ambiente de trabalho, atendimento no serviço público, tesouro gerencial, orçamento e formação de preços em obras públicas com o novo SINAPI, gestão e fiscalização de contratos administrativos, entre outros. Ademais, em 2016, foi estimulada a participação de servidores técnico-administrativos em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu baseando-se em critérios previstos no estatuto do servidor.

Quanto ao corpo de servidores docentes, especificamente, além de oportunizar a realização de capacitações do tipo pós-doutoramento, a UFERSA, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), em parceria com as unidades acadêmicas, estimula o processo de qualificação. Todavia, os processos de afastamentos para qualificação são condicionados à existência de docentes efetivos aptos a substituir o servidor a ser qualificado ou, quando possível, à contratação de professor substituto, nos termos da Lei nº 8.745/1993.

Destarte, destaca-se que, objetivando a capacitação contínua dos servidores, a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal da PROGEPE tem previsto, a cada exercício, a realização de cursos para capacitação de servidores e a promoção de ações para garantir a qualificação de servidores em nível de mestrado e doutorado.

4.1.3 Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades relacionadas a pessoal

No que se refere à acumulação indevida de cargos, funções e empregos, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) tem procedido, previamente à assinatura dos atos de admissão, com a solicitação de preenchimento da “Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas”, na qual o servidor a ser admitido declara possuir ou não algum outro tipo de vínculo empregatício. Em caso de acumulação legal ou de não acumulação, após a admissão, a mencionada declaração passa a compor o assentamento funcional do servidor. Quando observado vínculo que possa gerar acumulação ilícita, a PROGEPE realiza as providências cabíveis, inicialmente com a notificação de ciência do candidato.

Destaca-se ainda, que em cumprimento à Portaria Normativa MPOG nº 02/2011, de 08 de novembro de 2011, a PROGEPE solicita anualmente, aos servidores do quadro, a apresentação do Termo de Responsabilidade quanto à informação da existência de ocupação de outro vínculo. No caso de acumulação de cargos, empregos públicos, pensões ou funções, o servidor, o empregado e o beneficiário de pensão devem fornecer os comprovantes de rendimentos (contracheque) de todos os demais vínculos, especificamente nos meses de abril e outubro ou quando da ocorrência de alterações. Desse modo, tal procedimento oportuniza a identificação de acumulação indevida de cargos.

Não obstante, a Unidade de Auditoria Interna e a Controladoria-Geral da União realizam auditorias periódicas na área de pessoal, com a finalidade de detectar possíveis acumulações de cargos, funções e empregos públicos.

4.1.4 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

Quanto aos indicadores gerenciais relativos à gestão de pessoas, urge esclarecer que a UFERSA não possui mecanismo sistematizado para o gerenciamento de indicadores de recursos humanos que possam aferir ou acompanhar questões como: absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Contudo, o sistema de controle de ponto utilizado na instituição auxilia o processo decisório inerente às questões, como no caso de absenteísmo.

No que concerne aos acidentes de trabalho, a instituição possui uma equipe de segurança do trabalho, a qual realiza atividades de prevenção, bem como atua no acompanhamento e nas providências necessárias quando da ocorrência de acidente de trabalho.

Em relação à capacitação formal e não formal, anualmente são emitidos relatórios que compilam informações quanto ao desenvolvimento das atividades e, por conseguinte, dos servidores abrangidos pelas ações de capacitação. Assim, a cada exercício são desenvolvidas análises, com vistas a promover a melhoria dos processos e das ações promovidas.

Ademais, sobre a avaliação de desempenho funcional, tem-se que, com base no Programa de Gestão de Desempenho Humano dos Servidores Técnico-Administrativos da UFERSA (GDHUFERSA), são realizadas avaliações periódicas, as quais contemplam indicadores de desempenho definidos com base em escalas de conceitos, a saber: ótimo (sempre ultrapassa os padrões), bom (às vezes ultrapassa os padrões), regular (satisfaz os padrões), fraco (às vezes abaixo dos padrões) e ruim (sempre abaixo dos padrões). Durante o processo de avaliação funcional, as avaliações são preenchidas pela chefia imediata, subordinados, pares e pelo próprio servidor, visando avaliar as diversas percepções acerca das habilidades relevantes de um mesmo profissional.

Destarte, a PROGEPE está trabalhando na implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), o qual permitirá o gerenciamento adequado de um conjunto de indicadores gerenciais inerente à gestão de pessoas. Desse modo, por estar em fase de implantação, o mencionado sistema não encontra-se em completa funcionalidade.

4.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Merece destaque, analisando-se o quadro seguinte, a variação nas despesas com servidores de carreira pertencentes ao quadro servidores efetivos da Instituição, relacionadas a vencimentos e vantagens fixas, que teve um acréscimo de 15,8% e as despesas com indenizações que foram 82,44% superiores a aquelas de 2015. Também merece ressaltar as despesas com indenizações (auxílio alimentação, auxílio pré-escolar e percapta a saúde, as despesas com servidores com contratos temporários (substitutos e visitantes) que elevou-se em 103%, em relação ao exercício anterior. Estas variações estão associadas a novas contratações e a reajustes de servidores. Nesse quadro, verifica-se que as despesas com adicionais pagos a servidores representam um acréscimo de 537,28% em relação ao exercício de 2015. Este fato merece ser destacado, uma vez que quando identificado o expressivo aumento nos valores de despesas com adicionais, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas foi instigada a informar o motivo do aumento considerável das despesas com adicionais pagos a servidores e, constatou que a elevação da mesma representou um problema com a construção das informações dos dados no exercício anterior.

Quadro 52–Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	128.145.596,20	2.958.429,44	9.652.506,26	46.525.611,05	10.838.795,47	1.162.392,57	131.112,28	401.925,58	12.981.630,28	212.810.399,13
	2015	110.646.440,80	2.356.474,95	11.108.519,79	7.300.628,28	5.940.709,23	2.318.588,24	112.310,78	84.059,71	13.490.382,13	153.358.113,91
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	-	156.605,64	13.307,28	4.222,69	12.400,00	-	-	-	-	186.535,61
	2015	-	181.263,00	15.105,25	5.035,08	-	-	-	-	-	201.403,33
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	65.002,42	5.586,77	1.765,17	5.496,00	-	-	-	-	77.850,36
	2015	-	63.546,12	5.295,51	1.765,17	-	-	-	-	-	70.606,80
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	271.669,26	-	32.005,90	80.960,42	14.258,00	9.711,35	-	4.755,82	28.152,12	441.512,87
	2015	323.649,16	-	38.674,53	96.659,70	19.596,40	-	-	-	28.152,12	506.731,91
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	4.115.664,31	-	352.080,83	141.589,08	689.036,86	-	-	-	-	5.298.371,08
	2015	3.102.664,99	-	258.032,46	54.459,09	339.475,96	-	-	-	-	3.754.632,50

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

4.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

A área de gestão de pessoal em uma organização, seja ela pública ou privada é sempre muito complexa e em função disto proporciona vários riscos a Gestão, sejam de caráter operacional, de qualificação da força de trabalho ou de outras naturezas. Na UFERSA, tem se mostrado como um risco continuado para a gestão de pessoal, os índices de rotatividade de servidores como consequência de processos de redistribuição, aprovação em novos concursos e mesmo de pedidos de remoção ou de relotação. Em 2017, a Gestão visando identificar os riscos a que está sujeita a Universidade estará definindo metodologias para implantação de um Plano de Gestão de Riscos, em atendimento a legislação federal e dessa forma definir critérios e medidas para mitiga-los.

4.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIO

4.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (Regular)

Os quadros a seguir contêm as informações referentes a contratação de serviços de limpeza, higiene, vigilância ostensiva, manutenção predial e condução de veículos no ano de 2016 pela Unidade. Os quadros estão apresentados por campus para facilitar a sua visualização. Esses contratos têm sido estabelecidos de acordo com a necessidade de manutenção de serviços essenciais para funcionamento dos diferentes *campi*, de modo a suprir os serviços resultantes da ampliação de número de cursos da UFERSA. Tratam-se de cargos ou de funções extintas do plano de cargos do Ministério da Educação. No exercício 2016 a Unidade teve dificuldade em cumprir o disposto na Portaria nº 67/2016 do MPOG, que limitou a realização de despesas com locação de mão-de-obra, bem como na natureza de Apoio Administrativo, em função do processo de expansão. Com a implantação dos novos *campi* e a aprovação de novos cursos, faz-se necessário a construção de novas instalações para abrigar esse crescimento e oferecer as condições adequadas para o atingimento das metas relativas à oferta de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, os serviços básicos de limpeza, vigilância, e condução de veículos também devem acompanhar o crescimento da universidade, de modo a ofertar ambientes limpos e seguros para a comunidade. Na contrariando o crescimento da Universidade o corte de recursos orçamentários tem gerado grandes dificuldades na gestão da unidade, resultando em desatendimento em alguns setores administrativos.

Quadro 58 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Angicos

Unidade Contratante					
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-árido - Câmpus Angicos					UG/Gestão: 154703/15252
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados
			Início	Fim	
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	09.171.533/0001-00	20/01/2012	11/12/2016	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2016	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	01.219.144/0001-04	12/12/2016	12/12/2017	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2013	VIGILÂNCIA	11.330.880/0001-80	24/11/2013	23/11/2017	ENSINO FUNDAMENTAL
2015	CONDUÇÃO DE VEÍCULOS	09.388.076/0001-00	17/08/2015	16/02/2017	ENSINO FUNDAMENTAL
				

Situação do Contrato: Ativo normal (A), Ativo prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Quadro 59 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Caraúbas

Unidade Contratante					
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-árido - Câmpus CARAÚBAS					UG/Gestão: 154862/15252
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados
			Início	Fim	
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	07.324.645/0001-29	15/04/2013	14/10/2016	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2016	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	01.219.144/0001-04	15/10/2016	15/10/2017	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2015	VIGILÂNCIA	11.937.230/0001-06	01/10/2015	30/09/2017	ENSINO FUNDAMENTAL
2015	CONDUÇÃO DE VEÍCULOS	13.312.604/0001-15	31/07/2015	30/07/2017	ENSINO FUNDAMENTAL
				

Situação do Contrato: Ativo normal (A), Ativo prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Quadro 60 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Mossoró

Unidade Contratante					
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-árido – Câmpus Mossoró					UG/Gestão: 153033/15252
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados
			Início	Fim	
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	07.324.645/0001-29	20/08/2012	19/02/2017	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2013	VIGILÂNCIA	11.330.880/0001-80	24/05/2013	23/05/2017	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2016	MANUTENÇÃO PREDIAL	18.010.115/0001-22	04/10/2016	04/10/2017	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2015	MANUTENÇÃO PREDIAL	07.324.645/0001-29	21/02/2015	03/10/2016	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2015	CONDUÇÃO DE VEÍCULOS	09.388.076/0001-00	17/08/2015	16/02/2017	ENSINO FUNDAMENTAL

Situação do Contrato: Ativo normal (A), Ativo prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração – PROAD.....

Quadro 61 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade – Câmpus Pau dos Ferros

Unidade Contratante					
Nome: Universidade Federal Rural do Semi-árido – Câmpus Pau dos Ferros					UG/Gestão: 154863/15252
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados
			Início	Fim	
2016	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	01.219.144/0001-04	10/10/2016	10/10/2017	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2016	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	02.773.312/0001-63	12/07/2016	09/10/2016	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	09.171.533/0001-00	09/04/2013	08/07/2016	ENSINO FUNDAMENTAL/ ENSINO MÉDIO
2013	VIGILÂNCIA	11.330.880/0001-80	21/05/2013	20/05/2017	ENSINO FUNDAMENTAL
2015	CONDUÇÃO DE VEÍCULOS	13.312.604/0001-15	31/07/2015	30/07/2017	ENSINO FUNDAMENTAL

Situação do Contrato: Ativo normal (A), Ativo prorrogado (P) ou Encerrado (E)

Fonte: Pró-Reitoria de Administração – PROAD

4.4.2 Contratação de estagiários

O quantitativo de estagiários da UFERSA e a despesa com os mesmos, até 31/12/2016, estão demonstrados no quadro 62, por nível de escolaridade. A contratação desses fundamenta-se no que estabelece a Lei 11.788/2008, que trata da contratação de estudantes e tem como pano de fundo proporcionar a estudantes de diversos níveis do ensino, experiências que possam complementar sua formação na área de suas atividades de curso e ocorre por processo de seleção, após identificadas as necessidades e existência de vagas pela Divisão de Desenvolvimento de Pessoal. Ademais, as atividades descritas pela unidade demandante são avaliadas quanto à possibilidade de desempenho por estagiários, além de ser verificada a existência de convênios com outras instituições de ensino para essa finalidade.

Quadro 62 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	76	76	84	76	501.024,30
1.1 Área Fim	17	19	19	18	
1.2 Área Meio	59	57	65	58	
2. Nível Médio	34	38	37	32	159.066,67
2.1 Área Fim	29	33	32	28	
2.2 Área Meio	05	05	05	04	
3. Total (1+2)	110	114	121	108	660.090,97

Valores estipulados de acordo com o número de estagiários ativos no último dia de cada trimestre.

Análise Crítica – A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas continua a receber solicitações das diversas unidades acadêmicas e administrativas da Universidade, com interesse em receber estagiários que possam contribuir com as demandas de trabalho, oportunizando a troca de experiências que se alinham aos conhecimentos adquiridos na Academia. No entanto, recentemente foi lançada a portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão N°28 de 16 de fevereiro de 2016, que limita as despesas a serem empenhadas com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, de acordo com o anexo I, que lista a contratação de estagiários como uma destas despesas a serem contidas. Desta forma, vislumbra-se que no exercício de 2017 existirão dificuldades para continuar a atender as demandas de estagiários da Universidade.

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE

4.5 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES COM BASE EM PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

No exercício em apreciação a UFERSA não realizou contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.6 GESTÃO DO PATRIMONIO E INFRAESTRUTURA

4.6.1 Gestão de frota de veículos

A gestão da frota de veículos da UFERSA é feita com base no que estabelece a Portaria UFERSA/GAB nº 107/2009, nas determinações contidas no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 e na Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais.

A frota de veículos da Universidade é gerenciada com o propósito de ofertar as condições básicas para a realização das atividades relativas ao ensino, pesquisa e extensão, prestando o necessário apoio para o deslocamento dos servidores docentes e técnicos administrativos, bem como de discentes e colaboradores.

A frota conta com 81 automóveis de pequeno porte, ônibus e motocicletas classificados como veículos de serviços comuns (Grupo IV) e um veículo de transporte institucional, totalizando 82 veículos, conforme apresentado no (Quadro 63).

Anualmente o setor responsável pela gestão da frota de veículos informa a necessidade de alienar veículos, utilizando-se de critérios como: estado de conservação, custos com manutenção e disponibilidade financeira para novas aquisições.

A manutenção da frota de veículos automotivos tem sido realizada com o intuito de permitir que a Instituição tenha uma frota mínima para atendimento de suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, assim como as atividades de apoio. Forma a complementar as necessidades institucionais, a Unidade mantém um contrato de locação de veículos que é utilizado em situações especiais como em viagens em finais de semana, a fim de garantir o cumprimento da escala de folga dos motoristas, bem como para as viagens programadas para horários noturnos ou nos casos de indisponibilidade de veículo/motorista para atendimento de demandas não programadas ou para atender viagens emergenciais.

Para controlar e assegurar a prestação de serviços de transporte, a Pró-Reitoria de Administração, por meio do Diretoria de Transportes, conta com um *software* próprio, que realiza o controle das solicitações de transporte por unidade de custo, bem como a disponibilidade de veículos permitindo o acompanhamento dos custos e quilometragem rodada, com o objetivo de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Quadro 63 - Frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada

CATEGORIA	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUILOMETRAGEM RODADA NO ANO	IDADE MÉDIA DA FROTA
GRUPO I - VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO	-	-	-
GRUPO II - VEÍCULOS ESPECIAIS	-	-	-
GRUPO III - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	01	23.570	3 anos
GRUPO IV - VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS	81	1.648.096	6anos
GRUPO V - VEÍCULOS DE SERVIÇOS ESPECIAIS	-	-	-
TOTAL	82	1.671.666	5,96

Fonte: Diretoria de Transportes da Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Para a manutenção da frota a Universidade utilizou despesas correspondentes a R\$ 1.201.656,23 com combustíveis e lubrificantes, manutenção preventiva/corretiva da frota,

seguros e licenciamentos, conforme apresentado no Quadro 64 e gráfico 30. Os custos despendidos com combustíveis foram realizados através da contratação de empresa para o gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis e lubrificantes através da gestão de abastecimento por meio do uso de cartões. A manutenção da frota da UFERSA também é realizada por meio de contratação de empresa especializada na administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva automotiva em geral, por meio de rede de oficinas e centros automotivos credenciados.

Quadro 64 - Custos associados à manutenção da frota de veículos automotores de propriedade da UFERSA.

Tipo de despesa	DESPESA NO EXERCÍCIO (em R\$ 1,00)
Combustíveis e lubrificantes	R\$ 837.815,34
Manutenção corretiva e preventiva	R\$ 270.279,71
Licenciamentos	R\$ 19.626,21
Seguro veicular	R\$ 73.934,97
TOTAL	R\$ 1.201.656,23

Fonte: Diretoria de Transportes da Pró-Reitoria de Administração – PROAD

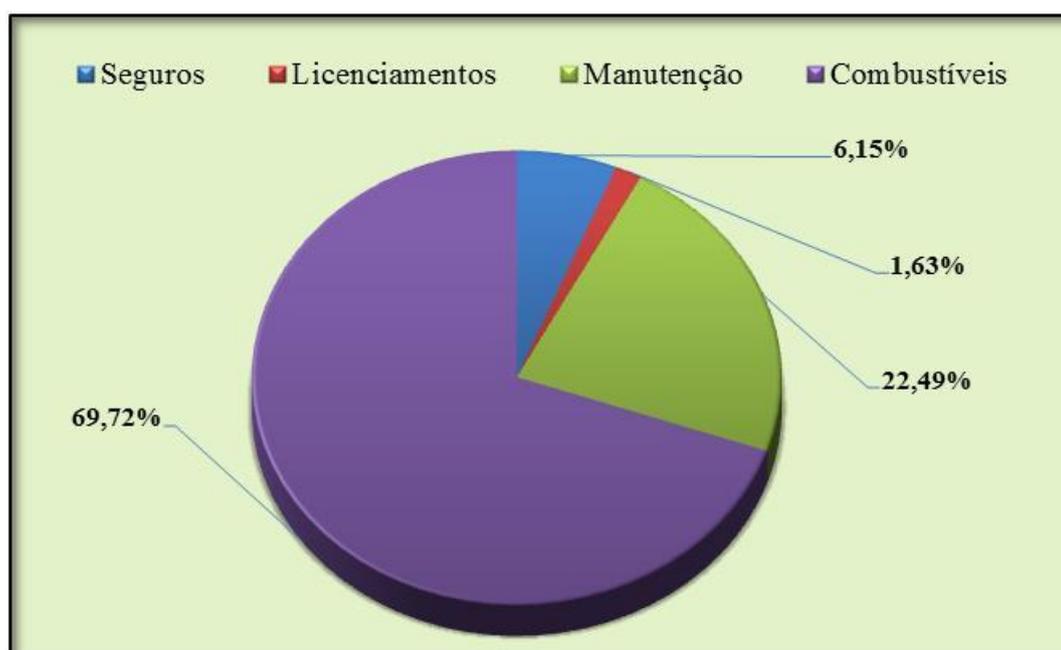


Gráfico 30 – Custos associados à manutenção da frota de veículos da UFERSA

4.6.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

A Universidade realiza a gestão da sua frota de veículos buscando identificar os ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis a cada exercício com base nas orientações contidas na Instrução Normativa SLTI nº 03, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais. Quando o setor responsável pela manutenção e utilização de veículos identifica situações em que um determinado veículo não atende mais as necessidades institucionais pelo tempo de utilização, avarias e custos elevados com manutenção, informa à Pró-Reitoria de Administração acerca da situação, que após analisar a situação designa comissão para avaliação e classificação dos veículos a serem destinados à alienação ou outras

formas de desfazimento, considerando o que estabelece o Decreto 99.658/1990. No ano de 2016 não houve registro de alienação para a frota de veículos da Universidade.

4.7 GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIÃO

Os imóveis da Unidade utilizados para atividades meio e fim estão localizados em quatro cidades do estado do Rio Grande do Norte, onde estão instalados os *campi* da Universidade, a saber Mossoró, Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros, conforme quadro 65.

Quadro 65 - Distribuição geográfica dos imóveis da UFERSA

IMÓVEIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL DO TERRENO
Campus Leste	Av. Francisco Mota, nº 572, Bairro Presidente Costa e Silva, na cidade de Mossoró-RN	1.396,36ha
Campus Oeste	Av. Francisco Mota, nº 572, Bairro Presidente Costa e Silva. Mossoró-RN	108,33ha
Residência Universitária (Angicos)	Tv. Raimundo Miguel da Cunha, 38, Alto da Alegria. Angicos/RN.	4,96ha
Campus Caraúbas	RN 233, KM 01, Sítio Nova Esperança II - Caraúbas/RN	31,70ha
Residência Universitária (Caraúbas)	RN 233, KM 01, Sítio Nova Esperança II - Caraúbas/RN	2,80ha
Campus Pau dos Ferros	BR 226, KM 405, Bairro: São Geraldo – Pau dos Ferros/RN	9,190ha

A Unidade esclarece que não possui imóveis residenciais próprios, mas possui a cessão da área do campus de Angicos sob sua responsabilidade, e que, mantém atualizado o registro de todos os seus imóveis no Sistema de Registros dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet) (Quadro 66).

Quadro 66 - Imóvel da União sob responsabilidade da Unidade

IMÓVEIS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA
Campus Angicos	Rua Gamaliel Martins Bezerra, s/n. Alto da Alegria – Angicos/RN	1.602,00ha

4.7.1 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Durante o exercício de 2016, a Unidade manteve contratos de concessão de uso de espaço público de imóveis sob sua responsabilidade, celebrados com pessoas físicas e com pessoas jurídicas, conforme dados que seguem no quadro 67 – anexo M. Os recursos arrecadados em função dos contratos de cessão onerosa dos espaços físicos, a exemplo das demais arrecadações, de receitas pela UFERSA são recolhidos por meio de GRU para a conta única da União (250) e, sempre que possível são utilizados na aquisição de bens e serviços de modo a somar recursos para garantir o funcionamento da Universidade. Estes recursos são recebidos como segundo

Conta 621200000 – Classifica de Receita – 13100111 (aluguéis e arrendamentos) – Código de GRU – 28802-0.

A Instituição atualmente tem sete espaços físicos cedidos a entidades públicas. Cinco deles são cedidas a entidades da administração pública federal e dois a administração pública do estado do Rio Grande do Norte. Estes espaços físicos tiveram sua cessão aprovada com base em Decisões aprovadas pelo Conselho Máximo da Universidade em exercícios anteriores, conforme pode ser verificado analisando-se o quadro seguinte. Tais cessões não representaram benefícios pecuniários a UFERSA, mas representam uma ação do Conselho Universitário para o desenvolvimento da cidade de Mossoró, pois permitiu que entidades públicas federais e estaduais pudessem edificar suas sedes próprias na cidade de Mossoró, promovendo desenvolvimento econômico e social para a cidade, podendo inclusive virem a ser ambientes de estágios para discentes de diferentes cursos de graduação da Instituição.

Quadro 68 – Espaços físicos cedidos pela UFERSA com base em Decisões do Conselho Universitário

IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CARACTERÍSTICAS DA CESSÃO		
		ENDEREÇO	NOME/RAZÃO SOCIAL	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE (JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA)	DECISÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CTA/ESAM Nº 17/2004	INSTALAÇÃO DA SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN.	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 40.000M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, À MARGEM DA RUA JORGE COELHO DE ANDRADE.
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO	DECISÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CTA/ESAM Nº 40/2006	INSTALAÇÃO DA SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 7.500M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, SITUADO À MARGEM DA R JORGE COELHO DE ANDRADE.
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO	DECISÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CTA/ESAM Nº 17/2004	INSTALAÇÃO DA SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DESEMB. SILVÉRIO SOARES - TRT 21ª VARA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN.	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 20.000M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, À MARGEM DA RUA JORGE COELHO DE ANDRADE.
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	DECISÃO CTA/UFERSA Nº 63/2006	INSTALAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO FÓRUM DR SILVEIRA MARTINS DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 20.000M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, SITUADO À MARGEM DA R. JORGE COELHO DE ANDRADE.
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	DECISÃO CONSUNI/UFERSA 053/2009	CONSTRUÇÃO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MOSSORÓ	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 20.000M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN.
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 139/2013.	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 133.300M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN.
AV. FRANCISCO MOTA 572 - MOSSORÓ/RN	MPF - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE	DECISÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CTA/ESAM Nº 17/2004	INSTALAÇÃO DA SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MOSSORÓ	FRAÇÃO DE TERRENO MEDINDO 15.000M ² DO CAMPUS LESTE DA UFERSA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN, À MARGEM DA RUA JORGE COELHO DE ANDRADE.

4.7.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

A Unidade manteve durante o ano de 2016 um contrato para locação de dois galpões, com objetivo de garantir as condições ideais para estocagem de móveis e equipamentos adquiridos para funcionamento de laboratórios, salas de aulas e ambientes administrativos diversos. Tais equipamentos foram adquiridos para funcionamento de cursos de graduação da Universidade ainda em fase de implantação, cujas instalações ainda estão em construção. Contudo, vale destacar que a locação destes imóveis será extinta já nos primeiros meses do exercício 2017, em função da conclusão da reforma para ampliação do espaço utilizado pela Universidade para armazenamento dos bens nas instalações da Ufersa no câmpus Mossoró.

Além destes imóveis, a Universidade mantém um contrato de locação de um prédio para funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do curso de Direito ofertado no campus Mossoró. Tal contratação se justifica pelo fato de que até então a Instituição dispôs de recursos orçamentários suficientes para realização do processo licitatório para construção de instalações próprias e definitivas para o funcionamento do NPJ. Os valores anuais com a locação dos imóveis estão apresentados no quadro 69.

Quanto ao repasse de informações acerca de despesas realizadas com reformas, transformações e manutenções realizadas nos imóveis locados no exercício, a Unidade informa que não realizou despesas com beneficiamento desta natureza nos mesmos.

Quadro 69 - Informações sobre imóveis locados de terceiros

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL	DESTINAÇÃO DO USO DO IMÓVEL	VIGÊNCIA DO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	VALOR ANUAL DO CONTRATO
Locação de 2 (dois) imóveis, vizinhos, ambos localizados na Rua Raimundo Firmino, N.º 149 e 150, no Alto de São Manoel, Mossoró/RN.	GUARDA E ARMAZENAMENTO DE MOBÍLIA DA UFRSA – CAMPUS MOSSORÓ/RN	03/11/2014 A 28/02/2017	F E FAGUNDES ALBUQUERQUE ME (08.128.472/0001-36)	R\$ 60.000,00
Locação de imóvel situado na Avenida Jorge Coelho de Andrade, nº 278, Costa e Silva, CEP: 59.603-020, Mossoró/RN.	INSTALAÇÃO DA PRÁTICA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO DA UFRSA – CAMPUS MOSSORÓ/RN	01/09/2015 A 31/08/2017	JUXTA LEGEM CENTRO DE ESTUDOS E ATIVIDADES CIENTÍFICAS LTDA - ME (05.075.803/0001-29)	R\$ 66.000,00

Fonte: Pró-Reitoria de Administração - PROAD

4.8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da Universidade e visa quantificar e qualificar a área de TI, para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

A Ufersa, por meio do seu Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), aprovou e publicou o seu primeiro PDTI no ano de 2012 e está em seu segundo documento que tem vigência de 2015 a 2019. Atualmente este documento está alinhado com as demandas do PDI e contempla as metas e ações a serem realizados dentro do seu período de vigência de acordo com as seguintes categorias: infraestrutura, serviços, segurança, sistemas de informação e gestão de pessoas de TI.

Este documento também relata as diretrizes para a gestão de riscos a que estão expostos esses serviços. De maneira a manter o alinhamento ao PDI, está previsto para o ano de 2017 uma revisão no PDTI, a fim de adequar as demandas à disponibilidade de recursos para o seu cumprimento.

Durante o exercício em avaliação foram trabalhadas oito metas do PDTI, apresentadas a seguir.

Meta 13: Inventariar 95% dos hardwares da instituição

Meta 31: Normatizar o uso dos recursos e serviços de TI

Meta 42: Mapear os processos administrativos da SUTIC

Meta 44: Identificar as normas de controle prioritário de segurança da informação

Meta 58: Migrar sistema de transporte para SIPAC

Meta 61: Implantar módulo de infraestrutura do SIPAC

Meta 63: Implantar módulo de pesquisa do SIGAA

Meta 65: implantar módulos do SIGRH

As ações voltadas à tecnologia são de responsabilidade do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação. O mesmo reuniu-se uma única vez ao longo do exercício e nessa reunião foi discutida a aprovação do relatório de resultados de metas alcançadas do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação no ano de 2015 e ainda a aprovação de respostas ao questionário iGovTI 2016. A ata dessa reunião ainda não havia sido aprovada em 31/12/2017.

Quanto ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), este foi criado para auxiliar a gestão institucional nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo da TI. O mesmo é composto por membros designados pela Gestão e está representado todas as áreas relevantes para o negócio da Universidade, e compreende representantes da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). Em janeiro de 2016 foi publicado o Decreto 8.638/2016, que institui o Comitê de Governança Digital no Governo Federal, acoplando em sua estrutura as atribuições do CGTI e também Governança Digital da Instituição. A partir daí, passou-se a trabalhar na mudança do CGTI para o CGD da Ufersa, que será definida em 2017.

4.8.1 Principais sistemas de informação

Quanto a relacionar os principais sistemas de TI da UFERSA, esclarece-se que a mesma possui em seu portfólio os sistemas de informação desenvolvidos pela UFRN, denominados SIGs, bem como outros sistemas menores desenvolvidos internamente, apresentados no quadro seguinte.

Quadro 70 - Sistemas de TI gerenciados pela SUTIC – Exercício 2016

Sistema	Objetivo	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável pelo negócio
SIGAA	Gestão das atividades acadêmicas	Matrículas, gestão de aulas, notas, acompanhamento estudantil da graduação e pós-graduação, biblioteca, bolsas, monitoria, estágio.	Marcos Tullyo Campos	Rodrigo Codes Joana Darc Veras Jean Berg Keina Cristina Vânia Porto Rodrigo Sérgio
SIPAC	Gestão das atividades administrativas	Almoxarifado, patrimônio, orçamento, projetos, compras, licitação, manutenção predial.	Jonathan Darlan Conegundes	Anakléa Melo Álvaro Macêdo
SIGRH	Gestão das atividades de pessoal	Frequência, cadastro de pessoal, férias, capacitação, progressão, folha de pagamento.	Luiz Cláudio Nogueira	Keliane Oliveira
Transportes	Gestão de frotas e reserva de veículos	Reserva de veículo com motorista, acompanhamento de viagens, gestão e manutenção de frota, controle de diárias de motoristas.	Nichollas Rennah Almeida	Jorge Luiz Hermes Luiz
Periódicos	Gestão de periódicos institucionais	Submissão e edição de artigos às revistas científicas	Nichollas Rennah Almeida	Jean Berg Vander Mendonça
Chamados de TI	Gestão de chamados de TI e portfolio e TI	Abertura e acompanhamento de chamados de TI, acesso remoto, portfolio de software e hardware.	Igor Saraiva Brasil	Nichollas Rennah Almeida
Ensino à Distância	Gestão de atividades acadêmicas de EaD	Aulas virtuais, notas e faltas, exercícios e provas online.	Ulisses de Melo Furtado	Valdenize Lopes do Nascimento
Gestão de Projetos	Gestão de projetos institucionais (PDI, PDTI, PLS...)	Cadastro e acompanhamento de projetos, pessoal e recursos.	Nichollas Rennah Almeida	Álvaro Macêdo
UFERSApp	Aplicativo móvel para alunos	Notícias, notas, faltas, cardápio RU.	Alexandre Ádames	Thiago Marques
Planejamento estratégico	Gestão de planejamento estratégico institucionais	Elaboração de planejamento e acompanhamento de metas e indicadores.	Nichollas Rennah Almeida	Álvaro Macêdo

4.8.2 Gestão de pessoal de TI

A SUTIC é composta de quatro subunidades em que estão distribuídos 14 analistas de tecnologia da informação, 9 técnicos de tecnologia da informação, 4 técnicos de laboratórios, um assistente em administração, um secretário executivo, 3 técnicos de rede terceirizados e 6 estagiários.

Para capacitação de pessoal vinculado a ações de TI foram realizados em 2016 cursos da Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Pesquisa, com os cursos Administração de Sistemas Linux: Serviços para internet (1 participante) e Gerência de Redes de Computadores (1 participante). Iniciou-se também cursos EAD para aprimoramento das técnicas do pessoal de

desenvolvimento de sistemas. Os cursos concluídos foram: Desenvolvimento para plataforma IOS, Jasper Reports, Java e JSF.

4.8.3 Gerenciamento de serviços

Os serviços de TI da Ufersa foram publicados por meio de catálogo de serviços disponível em <http://sutic.ufersa.edu.br/catalogodeservicos/> e são compostos de 44 serviços classificados da seguinte forma: Serviços e suporte de Hardware e Software, Infraestrutura de TIC, Sistemas Computacionais, Segurança da Informação e Consultoria e Capacitação. Todos os serviços são descritos com os atributos discricionais, prioridade, solicitantes autorizados a solicitar o serviço, prazo de entrega, método de solicitação e pré-requisitos necessários. Os serviços são revisados anualmente e reclassificados com prazos atualizados de acordo com a força de trabalho e a demanda do setor.

4.8.4 Relação de projetos de TI

Os projetos de TI são oriundos dos documentos PDTI e PDI, bem como de necessidades extraordinárias. Todo o acompanhamento do projeto é realizado utilizando o sistema de chamados, bem como o sistema de gestão de projetos. O acompanhamento dos projetos pode ser acessados pelo site: <https://sutic.ufersa.edu.br/projetos>. Os principais projetos trabalhados em 2016 estão dispostos no quadro 71.

Quadro 71 - Relação dos projetos de Tecnologia da Informação

Descrição	Resultados	Alinhamento	Prazo
Módulo de Pesquisa do SIGAA	Módulo implantado com responsabilidade da PROPPG.	Meta 2.12.6 do PDI vigente	CONCLUÍDO OUT/2016
Módulo de Estágio do SIGAA	Módulo implantado com responsabilidade da PROGRAD	Meta 2.9.2 do PDI vigente	CONCLUÍDO DEZ/2016
Módulo de monitoria do SIGAA	Módulo implantado com responsabilidade da PROGRAD	Meta M60 do PDTI vigente	CONCLUÍDO AGO/2016
Módulo de Atividades Complementares	Módulo em desenvolvimento	Demanda não planejada	FEV/2017
Módulo de Avaliação funcional do SIGH	Módulo implantado com responsabilidade da PROGEPE.	Meta M65 do PDTI e 1.3.1 do PDI vigentes	CONCLUÍDO SET/2016
Módulo de Plano de Saúde do SIGH	Módulo implantado com responsabilidade da PROGEPE.	Meta M65 do PDTI e 1.3.1 do PDI vigentes	CONCLUÍDO DEZ/2016
Exportador do Censo no SIGAA	Funcionalidade em implantação.	Demanda não planejada	FEV/2017
Aplicativo UFERSAPP	Aplicativo desenvolvido e publicado para Android.	Demanda não planejada	CONCLUÍDO DEZ/2016
Portal de Dados Abertos da Ufersa	Portal desenvolvido e disponibilizado.	Demanda não planejada	CONCLUÍDO DEZ/2016
Comunidade Acadêmica Federada - CAFe	Credenciamento e homologação concluídos.	Meta M32 do PDTI vigente	CONCLUÍDO DEZ/2016
Implantação do Filesender	Iniciou-se a implantação depois do café.	Meta M32 do PDTI vigente	FEV/2017
Implantação do Fone@RNP	Adquiriu-se um appliance para realizar as chamadas pelo Fone@RNP	Meta M22 do PDTI vigente	MAI/2017
Implantação do Acesso Remoto CAPES	Iniciou-se a implantação depois do CAFe, para substituir o acesso via proxy.	Meta M32 do PDTI vigente	FEV/2017
WEBCONF RNP	Iniciou-se a implantação depois do CAFe.	Meta M32 do PDTI vigente	ABR/2007
Implantação do Eduroam	Iniciou-se a implantação depois do CAFe.	Meta M32 do PDTI vigente	MAI/2007
Mapeamento dos processos da SUTIC	Iniciou-se o mapeamentos de processos conhecidos na SUTIC pelo setor de serviços.	Meta 5.1.1 do PDI e M42 do PDTI vigentes	DEZ/2017
Inventariar os hardwares da Ufersa e catalogar no sistema	Iniciou-se o levantamento de configuração de todos os hardwares da Ufersa.	Meta M13 do PDTI vigente	DEZ/2017
Implantar a Política de Segurança da Informação	A POSIC não foi aprovada no CONSUNI nos mesmos moldes que foi aprovada no CGTI, precisando retornar para realizar alterações.	Meta 4.4.1 do PDI e M46 do PDTI vigentes	DEZ/2017

4.8.5 Despesas com tecnologia da informação

Em relação aos sistemas de informação que são utilizados pela Ufersa, todos eles são mantidos pela equipe própria de servidores da instituição, não necessitando contrato de manutenção com nenhuma outra empresa. A única dependência que existia era com a UFRN pela manutenção dos Sistemas SIGs, que a partir de 2017 passará a ser mantido totalmente pela UFRSA.

O quadro 72 contém o demonstrativo das despesas realizadas com tecnologia da informação durante o exercício 2016.

Quadro 72 – Despesas realizados com Tecnologia da Informação

NATUREZA DESPESA DETALHADA		23	25	28
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.006,60	3.972,30	3.972,30
33903908	MANUTENCAO DE SOFTWARE	51.246,60	-	-
33903911	LOCACAO DE SOFTWARES	79.244,12	72.627,84	72.627,84
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	22.859,82	14.065,97	14.065,97
33903956	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	206.415,50	139.523,00	139.523,00
33903957	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	19.633,96	19.633,96	19.633,96
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	70.964,05	54.390,13	54.390,13
33903997	COMUNICACAO DE DADOS	1.087.393,22	367.493,10	367.493,10
33913947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	215.400,00	152.512,28	152.512,28
44903993	AQUISICAO DE SOFTWARE	21.450,05	21.450,05	21.450,05
44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.720.698,99	558.538,50	558.538,50
		6.504.312,91	1.404.207,13	1.404.207,13

4.8.6 Ações de mitigação de dependência tecnológica

De maneira a mitigar riscos relacionados a dependência tecnológica a Unidade no exercício 2016 desenvolveu as seguintes ações:

- Realização de cursos de capacitação dos servidores para transferência de tecnologia dos sistemas de informação adquiridos da UFRN;
- Renegociação do termo de cooperação técnica com a UFRN para dispensar o suporte técnico aos SIGs (Sistemas de informação), restando apenas a cessão da atualização de código dos sistemas, quando houverem;
- Migração gradual de sistemas legados independentes para os SIGs por meio de criação de módulos, substituindo por completo o uso de outros sistemas extra SIG;
- Adesão a serviços oferecidos por órgãos do Governo, como por exemplo, Rede Nacional de pesquisa (RNP); e
- Adesão a soluções de software livre para sistemas multiplataforma, como por exemplo, Servidores Linux e a plataforma de gerenciamento de sites no Wordpress.

4.9 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Trata-se de um item relacionado à áreas especiais da gestão e te por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na atuação da UFERSA, relativa especialmente a aquisição de bens e serviços.

4.9.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Para trabalhar as questões voltadas a garantia da sustentabilidade ambiental a Universidade adotou para o período de 2014 a 2017 um Plano de Logística Sustentável (PLS) e de maneira progressiva tem adotado medidas para aprimorar a gestão do uso de recursos renováveis e de critérios de sustentabilidade. O acompanhamento e monitoramento do PLS é

feito por comissão constituída por meio de portaria do Gestor e com base na IN SLTI/MPOG nº 10/2012.

O referido PLS encontra-se disponível no sítio da Universidade (www.UFERSA.edu.br) no item documentos, enquanto a composição da comissão gestora encontra-se disponível no item comissões da aba denominada “institucional” desse portal. As implementações realizadas com base neste Plano, permitiu que a UFERSA adotasse critérios para separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores; orientasse a Pró-Reitoria de Administração a realizar contratações observando parâmetros estabelecidos no Decreto nº 5.940/2006 e também o que prevê o Decreto nº 7.746/2012.

Destaca-se que, a Unidade não faz parte da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Informa ainda, que os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados no link <http://reitoria.UFERSA.edu.br/comissoes/pls/>.

O PLS abrange sete grupos distintos de ações, que compreendem: materiais de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e licitações sustentáveis, deslocamento de pessoal. Dentre as metas previstas para no PLS 24 (42,86%) foram executadas integralmente, 16 (28,57%) foram realizadas parcialmente e 16 (28,57%) ainda não foram realizadas (Quadro 73).

Quadro 73 – Demonstrativo da execução das ações do PLS - UFERSA

Ação	Ações realizadas	Ações parcialmente realizadas	Ações não realizadas
Materiais de consumo	3	3	0
Energia elétrica	2	5	6
Água e esgoto	4	4	2
Coleta seletiva	4	0	0
Qualidade de vida no trabalho	6	2	2
Contratações sustentáveis	5	1	4
Deslocamento de pessoal	0	1	2
TOTAL	24	16	16

4.9.2 Análise crítica

A Unidade entende que seu PLS é um plano bem elaborado e, de significativa abrangência, porém ainda não tem conseguido dar ao mesmo a garantia de sua ampla aplicação, em função de disponibilidade de pessoal e, muitas vezes, dificuldades em realizar aquisições com critérios de sustentabilidade, pois ainda são poucas as empresas adaptadas aos padrões de sustentabilidade ambiental.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este item é composto de conteúdo referente à forma como os cidadãos dispõem de acesso às informações de seu interesse e de relacionamento com a Universidade, que em linhas gerais representa a forma como a Instituição relaciona-se socialmente com a comunidade.

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Como canal de acesso aos cidadãos a Instituição utiliza, para efeitos de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria Institucional e a Assessoria de Comunicação Institucional (ASSECOM). Este ano está sendo colocado como um canal de acesso a informação, também, Plano de Dados Abertos (PDA) da UFERSA.

O SIC, que funciona em consonância com a Lei de Acesso a Informação (LAI) - Lei 12.527/2011, representa um dos canais de transparência para interação com a comunidade e sociedade, por meio da qual é possível ao interessado solicitar informações e dados registrados em documentos oficiais da Universidade.

No exercício 2016 foram registrados no SIC/UFERSA, 115 solicitações, que foram atendidas com base no estabelecido na LAI. Destas, cinco tiveram recursos ao chefe hierárquico, conforme observa-se no quadro a seguir.

Quadro 74 – Demonstrativo do número de pedidos e recursos junto ao SIC/UFERSA - 2016

Pedidos	Recurso ao chefe hierárquico	Recursos à autoridade máxima	Recursos à CGU	Recursos à CMRI
15	5	0	0	0

Fonte: Relatórios de Recursos e Reclamações UFERSA - Controladoria Geral da União

Outro canal de participação social iniciado em 2016 consiste na abertura do Plano de Dados Abertos (PDA) da UFERSA. O mesmo tem caráter ostensivo e permite que o usuário tenha acesso a dados por meio da Política Pública dos Dados Abertos, conforme dispõe a LAI, a Instrução Normativa SLTI nº 4/2012 e o Decreto nº 6.666/2008, bem como os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, entre outros normativos que abordam o tema de transparência. Dessa forma a UFERSA tem favorecido o acesso à informação na promoção de transparência ativa, para o controle social, para o empoderamento do cidadão e para a melhoria da eficiência dos serviços públicos

Quanto à Ouvidoria, unidade por meio da qual o cidadão pode realizar denúncias, reclamações e sugestões e mesmo elogios, no exercício de 2016, atendeu a 282 (presencial, e-mail e processos) chamados oriundos de discentes, docentes, técnico-administrativos e da comunidade externa, sendo a solicitação de informações a principal categoria de pedido formalizado. No quadro seguinte estão representados as categorias de chamadas realizadas junto à Ouvidoria. A exemplo do SIC a Ouvidoria tem um ramal telefônico próprio para comunicação com o cidadão e utiliza sistemas de tecnologia da informação próprios para acesso a solicitação de informações. A Ouvidoria utiliza o módulo Ouvidoria/SIGAA. Atualmente a ouvidoria conta em seu quadro de servidores com dois técnico-administrativos e dois bolsistas.

O quadro seguinte contem o quantitativo de chamadas realizadas junto à Ouvidoria ao longo dos últimos cinco anos.

Quadro 75 - Categorias de chamadas realizadas junto à Ouvidoria

CATEGORIA	2013	2014	2015	2016*	Total
Denúncia	36	68	54	68	226
Reclamação	108	92	97	109	406
Crítica	17	29	20	5	71
Dúvida	42	3	9	1	55
Solicitação	0	0	0	74	74
Informação	74	185	116	19	394
Sugestão	1	4	8	1	14
Elogio	1	7	9	5	22
Total	279	388	313	282	1262

Outro aspecto a ser considerado quanto ao relacionamento institucional com a sociedade, é o papel desempenhado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Assecom), órgão vinculado a Reitoria, responsável por planejar e coordenar e intermediar as políticas e as ações de comunicação e marketing da Ufersa, com comunidade acadêmica, a sociedade e a imprensa, permitindo o acesso à informação em tempo quase que real, por meio do acesso ao sítio www.ufersa.edu.br. Tais informações estão relacionadas a resultados de projetos de pesquisas, programas, serviços e acontecimentos realizados pela Ufersa, sejam internos ou externos. É ainda dever da Assecom acompanhar os conteúdos veiculados na mídia referente à Instituição. Atualmente o setor conta com servidores jornalistas, técnicos administrativos, operadores de câmera e de áudio e a colaboração de estagiários. É por meio desse serviço que a Ufersa torna mais rápida e acessível as suas notícias em texto, foto, áudio e vídeo, propiciando maior informação e transparência às ações desenvolvidas.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Unidade entende a Carta de Serviço ao Cidadão como um documento de construção contínua e no exercício 2016 disponibilizou a segunda versão da mesma. A disponibilização da Carta atende o que recomenda o parágrafo 4º, artigo 11 do Decreto 6.932/2009. Para análise e utilização desta deve-se acessar a aba serviços no sítio da Universidade (www.ufersa.edu.br).

A Carta de serviço ao Cidadão está composta de informações relacionadas aos cursos de graduação, aos cursos de pós-graduação, aos serviços de informação ao cidadão, a ouvidoria institucional, além de permitir ao cidadão acesso a informações sobre criação, missão e objetivos institucionais.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Quanto ao grau de satisfação dos usuários de seus serviços, a Ufersa tem como principal meio de aferição a pesquisa realizada anualmente pela Comissão Própria de Avaliação, que busca identificar junto à comunidade de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos, quais são, na visão destes segmentos, os pontos fortes e deficiências da Instituição em relação aos serviços prestados, organização e infraestrutura institucional.

Anualmente a Ufersa emite o relatório anual da Comissão Própria de Avaliação, que é elaborado com base em “Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições”, publicado pelo MEC e que tem como base as Dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que trata de 10 dimensões a serem avaliadas nas IFES. A Comissão utilizou para desenvolvimento da avaliação processos de divulgação do tipo: convite de participação na avaliação por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

(SIGAA) para docentes e discentes; convite de participação na avaliação por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) para técnicos; e inclusão do incentivo à participação da avaliação no ponto de pauta de reuniões departamentais e dos *campi* universitários.

Os resultados das Dimensões do SINAES na UFERSA expressam uma maior adesão dos três segmentos em relação às classificações “suficiente”, “bom” e “excelente”, visto que, as dimensões políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal; organização e gestão da instituição e infraestrutura física apresentaram valores no intervalo de 61,89% a 80,69%, nestas classificações, no segmento docente. Já para o segmento dos técnicos foram aproximadamente de 80,00% nas dimensões responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade e políticas de pessoal. Também para os discentes as dimensões políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade e infraestrutura física apresentaram valores entre 68,05% e 71,23%. No caso das dimensões missão e plano de desenvolvimento institucional e planejamento e avaliação, a classificação “neutra”, ou seja, os segmentos não souberam opinar, teve valores entre 37,44% e 46,08%. Os resultados expostos no relatório foram considerados pela Comissão como sendo de uma avaliação positiva da instituição, já que a soma das classificações “suficiente”, “bom” e “excelente” representam a maior porcentagem em todas as dimensões.

Embora as atividades da Comissão Própria de Avaliação sejam parâmetros para avaliação institucional, os outros mecanismos mais diretos precisam ser criados de modo a permitir uma avaliação continuada do grau de satisfação dos usuários. Com o intuito de ampliar a aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, pretende-se no exercício 2017, avaliar situações que afetam direta ou indiretamente o funcionamento da UFERSA, enquanto, organização, e que podem estar interferindo no grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Neste sentido, poderão ser avaliados o ambiente como espaço de trabalho para o servidor e discentes, qualidade dos cursos de capacitação, relação chefia/servidor, a disponibilidade de infraestrutura laboral para as atividades administrativas e acadêmicas, bem como avaliar o quantitativo de acessos ao portal da UFERSA. Para este fim, serão elaborados formulários que permitam aos participantes aferirem notas correspondentes ao seu grau de satisfação com a Instituição, que em seguida serão analisados considerando a maioria das respostas dos participantes, a fim de que se obtenha uma representação significativa da opinião de todos sobre a Instituição.

Este processo, em conjunto com a análise de risco deverá apontar diferentes necessidades de intervenção da Gestão para a resolução de problemas como acessibilidade, ações de capacitação, ações para acompanhamento do planejamento estratégico e ações de atendimento a discentes, de maneira a identificar o grau de satisfação da comunidade e da sociedade usuária dos serviços vinculados ao negócio da Universidade.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARENCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Como já tratado em outros relatórios de gestão da unidade, as informações produzidas pela UFERSA são publicadas em jornais de grande circulação ou em Diário Oficial da União, dependendo da natureza do ato e o que determina a legislação vigente, quando é o caso. Além disto, atos da administração como Portarias, Ordens de Serviços, Decisões, Resoluções, Relatórios de Gestão e Editais são publicados no sítio institucional (www.ufersa.edu.br) independente de terem sido publicados em outro meio, sempre com o intuito de dar maior transparência à Gestão, e permitir que o cidadão tenha livre acesso às informações. A Instituição dispõe ainda do Serviço de Informação ao Cidadão, como um dos canais de acesso à informação, onde os interessados podem solicitar as informações que entenderem pertinentes e que

porventura não estejam disponibilizadas no site. Em todos os casos a Unidade verifica previamente a legalidade da disponibilização dos dados no site e ao cidadão, com base na legislação.

De modo a atender os normativos que tratam da elaboração do relatório de gestão destaca-se que os relatórios de Gestão da Ufersa podem ser acessados no sítio www.ufersa.edu.br na aba documentos ou pelo link: <https://documentos.ufersa.edu.br/>. Nesta aba, onde se acessam documentos oficiais da Ufersa e identifica-se o item *relatório de gestão*, no qual estão disponibilizados os relatórios de auditoria de gestão e acórdãos do TCU.

Também pode ser citado como meio para ampliar os mecanismos de transparência das informações institucionais a Assecom, já que a assessoria faz ampla divulgação das informações e conhecimento gerado na Ufersa.

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Ao longo de vários exercícios, a Unidade visando atender ao que estabelece a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto Presidencial nº 5.296/2004, quanto às normas e critérios para a promoção da acessibilidade nos órgãos da administração pública, tem adotado medidas de implementação progressiva de ações de acessibilidade e de inclusão social. Para isto conta com uma Coordenação de Ações Afirmativas Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), que desenvolve ações para tornar a Universidade um espaço inclusivo e acessível a todos. As ações implementadas visam melhorar a acessibilidade arquitetônica, aquisição de equipamentos e materiais para atendimento a discentes e servidores com deficiências ou necessidades específicas, realização de cursos, seminários, capacitações, produção de vídeos em Libras. Além disso, o portal da Universidade foi modificado permitindo acessibilidade. Nesse período construiu-se áreas de calçadas para acessos a antigos prédios e todos os novos prédios já contemplam esse item; os prédios novos quando são com dois pavimentos são dotados de plataforma para portadores de necessidades especiais físicas; foram construídos locais de acesso para cadeirantes em vários pontos das calçadas; definiu-se vagas em estacionamento para portadores de necessidades especiais; e ações complementares de conscientização são realizadas anualmente pela CAADIS.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O item desempenho financeiro e informações contábeis visa demonstrar o desempenho financeiro e as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras da Universidade.

6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os recursos orçamentários destinados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido são para execução de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e as demais atividades, representadas como atividades meio, são definidos, a cada exercício, na Lei Orçamentária Anual. Seus valores são estabelecidos por meio de uma matriz de distribuição orçamentária, denominada matriz Andifes, composta pelo orçamento de custeio e de investimento, institucionalizada e aperfeiçoada por meio do Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010.

A matriz ANDIFES é composta por um conjunto de parâmetros que levam em consideração dados primários de ensino, pesquisa e extensão como: o número de matrículas e a quantidade de discentes ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período; a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; a produção institucionalizada do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente; o número de registro e comercialização de patentes; a relação entre o número de discentes e o número de docentes na graduação e na pós-graduação; os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como os conceitos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; e a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento. Além disso, a matriz se fundamenta em dois vetores. Um referente à participação da Instituição no total de discentes equivalentes da rede de universidades federais e o segundo referente à eficiência e qualidade acadêmico-científica, que afere por meio de indicadores de qualidade as atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas nas IFES e a posição relativa da UFERSA em comparação com as demais IFES integrantes da rede de universidades federais. Esses recursos alocados por intermédio da Matriz Andifes asseguram o funcionamento e a manutenção da Universidade, incluindo a reposição e atualização de equipamentos.

Quando se trata de processos de expansão das atividades, incluídas aqui aquelas atividades previstas no PDI ou mesmo de ações projetadas pelo MEC, seja pela criação de novos cursos ou mesmo de novas unidades, recursos extra são negociados com o Ministério, para dá suporte e consolidar as novas demandas. Para tanto, os valores e o cronograma dos investimentos, passam a compor os orçamentos anuais da UFERSA, após aprovação pelo Congresso Nacional. Este procedimento permite que as atividades de expansão e reestruturação ocorram sem riscos de sofrer descontinuidade e sem prejuízo às atividades institucionais de rotina e dos serviços prestados a sociedade, embora possam sofrer contingenciamento ao longo de sua execução.

Além dos recursos assegurados na Lei Orçamentária Anual, a Gestão da UFERSA incentiva os docentes a submeterem propostas de projetos a editais publicados pelas agências nacionais de fomento, a fim de complementar ações individuais de ensino, pesquisa e extensão. Outra forma de obtenção de recursos financeiros para fortalecer ainda mais sua política de captação de recursos para ensino, pesquisa e extensão pela Instituição, são aqueles oriundos de receitas próprias, que são melhor especificados no subitem seguinte.

No exercício 2016 o Governo Federal contingenciou parte dos recursos orçamentário liberando inicialmente cotas de limite em 1/18 avos até a aprovação da LOA, aspecto que levou a Pró-Reitoria de Planejamento e a Pró-Reitoria de Administração, juntamente com a administração

central adotar medidas como a renegociação de contratos, redimensionamento dos serviços contratados e reprogramação das metas institucionais, de forma que as realizações de despesas de custeio e de capital mantivessem a compatibilidade com os recursos orçamentários disponíveis. Ressaltando-se que foram priorizadas, por exemplo, despesas com estagiários, bolsistas e prestadores de serviços terceirizados. Para isso, as Receitas Próprias foram fontes importantes para o alcance destes propósitos.

Procedimento similar foi adotado para a alocação de créditos do Tesouro aos coordenadores de ações orçamentárias em função desse contingenciamento imposto pelo Governo Federal, tendo sido prioritariamente adotado o critério de utilização de recursos de capital, considerando que a UFERSA já havia redimensionado a forma de gastos com custeio de capital, exceto para a ação de Assistência Estudantil em que deu-se prioridade a utilização de despesas com custeio de modo a evitar descontinuidade dos programas de assistência aos discentes com auxílios diversos e bolsas.

As dificuldades encontradas pela administração no sentido de garantir a sustentabilidade financeira da UFERSA são recorrentes e resultam de fatores relativos a contingenciamento, desarticulação entre liberação de limites para empenho como repasse financeiro, aspectos que levam a Gestão a envidar esforços para negociar com fornecedores, bem como alguns coordenadores de ações orçamentárias a reprogramação de suas metas na tentativa de atender da melhor maneira possível as atividades planejadas para o exercício, de modo a atender aos anseios da comunidade e mesmo as demandas próprias da Gestão.

6.3 POLÍTICAS, INSTRUMENTOS E FONTES DE RECURSOS PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Universidade utiliza como instrumentos para financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão os recursos de créditos ordinários aprovados na LOA, que são destinados ao atendimento dessas atividades e de atividades complementares realizadas para garantir sua efetivação das tríade: ensino-pesquisa-extensão. As ações estão associadas à manutenção da infraestrutura, à manutenção de atividades administrativas, processamento de dados, melhoria do acervo e do atendimento aos usuários da biblioteca, excetuando-se o grande montante de recursos que são disponibilizados ao ensino de graduação que compreende grande parte do total dos créditos originários na LOA. Para as ações de pesquisa e extensão, em 2016, foram distribuídos recursos da ordem de R\$ 873.215,24 e R\$ 830.498,79, respectivamente, que possibilitaram a realização ou participação em eventos científicos e culturais, pagamento de publicações, auxílios financeiros a estudantes, entre outros. Salienta-se, que estão sendo colocados apenas aqueles que efetivamente foram utilizados em ações diretas de pesquisa e extensão, uma vez que de indiretamente foram utilizados recursos bem superiores que refletem na melhoria dessas atividades e que são objeto de ações orçamentárias diversas.

Os recursos diretamente arrecadados pela Unidade, por meio de recolhimentos à conta única da União, são objeto de diferentes naturezas de receitas e são utilizados sob avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento em finalidades distintas mas sempre voltadas a assegurar a qualidade das atividades que constituem a missão da Universidade. Esses recursos captados de arrecadação própria foram decorrentes de aluguéis, receita de produção vegetal e animal, comercialização de livros, serviços tecnológicos, administrativos e educacionais, taxa de inscrição em concurso público, além da alienação de bens semoventes. A arrecadação própria de 2016 está demonstrada no quadro 50.

Na tentativa de estimular fontes alternativas de captação de recursos, a Instituição por meio de suas pró-reitorias acadêmicas estimula, como colocado no item anterior, os docentes a submeterem propostas de projetos a editais de ensino, pesquisa e extensão, a órgãos de fomento como maneira a proporcionar o desenvolvimento científico e tecnológico com ações de modernização da infraestrutura laboratorial no que se refere a equipamentos e espaço físico e

mesmo visando a ampliação de parcerias. Soma-se a essas ações de estímulos à captação de recursos, o número de projetos desenvolvidos com base na Lei 8.958/94, que são executados pela Fundação de Apoio da UFERSA e que em 2016 foram da ordem de R\$ 4.850.797,08. Também como instrumento de estímulo as políticas de ensino, pesquisa e extensão a Gestão, utiliza recursos oriundos de receitas como concessão de bens imobiliários, recebimentos de taxas, receitas de concursos e receitas resultantes de atividades da fundação de apoio e receitas recebidas de outros órgãos, que não os especificados no item anterior. Assim, a UFERSA tem obtido recursos adicionais de investimento e custeio direcionados, principalmente, ao desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa e de ações de extensão. O Quadro 76 apresenta o demonstrativo de receitas próprias da UFERSA para ano de 2016.

Quadro 76 - Demonstrativo de receitas próprias da UFERSA para ano de 2016

Natureza da Receita	RECEITAS	VALORES ARRECADADOS (R\$)
13100111	Aluguéis e arrendamentos	140.708,58
14000011	Receita agropecuária	94.859,20
16100111	Serviços administrativos e comerciais	389.228,72
16100211	Inscrições em concursos e processos seletivos	126.220,00
16100411	Serviços de informação e tecnologia	79.140,00
22130011	Alienação de bens móveis/Utensílios	750,00
Total		830.906,50

Fonte: DIORC - PROPLAN

6.4 DEMONSTRAÇÃO DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS E DOS RESULTADOS

Os recursos de arrecadação própria da Unidade foram utilizados basicamente em ações que visam garantir a oferta com qualidade do ensino, pesquisa e extensão, tidas como atividades de apoio e manutenção. Assim foram utilizados em obras, serviços e aquisição de equipamentos. Uma outra parte foi repassada para a Fundação de Apoio por meio de convênios para execução de projetos institucionais.

6.5 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Nesse item a administração informa como a Instituição adota os critérios contidos nas NBCT 16.9 e 16.10, que aferem aos procedimentos concernentes a depreciação e avaliação de bens móveis e imóveis no setor público. Em relação à NBC 16.9, registra a depreciação dos bens móveis de acordo com a Macrofunção STN 020330 e a NBC T 16.10, para avaliação da gestão imobiliária. A depreciação de bens imóveis é registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Para isto aplica anualmente teste de recuperabilidade e depreciação dos bens cadastrados no sistema de controle patrimonial, garantindo que todos os bens da Unidade ao término de cada exercício sejam depreciados. A UFERSA esta tomando as devidas providências para proceder a amortização dos bens registrados no sistema de controle patrimonial.

A metodologia utilizada para cálculo da depreciação pela Universidade é o *método das quotas constantes*. As taxas utilizadas para cálculo, bem como, a estimativa da vida útil econômica do ativo, são as que constam na Macrofunção 020330 do Manual Siafi disponível na página da Secretaria da Receita Federal – STN.

De acordo com previsto na NBC T 16.10 que trata dos procedimentos de avaliação e mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público a Unidade adota como procedimentos para avaliação e mensuração dos seus ativos e passivos:

- a) Disponibilidades: são avaliadas pelo seu valor original, não havendo disponibilidade em moeda estrangeira;
- b) Créditos e Dívidas: são avaliadas pelo seu valor original, não havendo obrigações em moeda estrangeira na data do último balanço patrimonial;
- c) Estoque: são mensurados ou avaliados pelo seu valor de aquisição ou fabricação;
- d) Imobilizado: os bens móveis passaram por comissão que realizou o teste de recuperabilidade dos bens adquiridos antes de 31 de dezembro de 2009. Os bens imóveis passaram por reavaliação realizada por comissão interna em dezembro já no exercício 2016.
- e) Intangível: são avaliados pelo valor de aquisição ou produção.

Informa-se que a adoção dos procedimentos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10 teve impacto no resultado do exercício tanto de forma aumentativa (reavaliação de bens imóveis e teste de recuperabilidade de bens móveis) como de forma diminutiva (depreciação e teste de recuperabilidade de bens imóveis), o que reflete mais fielmente a composição patrimonial da Instituição.

6.6 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O objetivo desse item é informar sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos da Universidade com suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, além de custos atividades administrativas e unidades acadêmicas.

Quanto ao mesmo esclarece-se que o produto gerado como resultado do conjunto de suas atividades meio e fim, são seus egressos e informa que não utiliza sistemas de aferição de custos com a produção dos mesmos, ao mesmo tempo que ressalta que, está previsto a implantação de um sistema de informações de custos, pela Secretária do Tesouro Nacional, com o fim de aferir os custos das universidades com seus alunos, mas que ainda não se tem previsão de quando mesmo será implantado.

No entanto, o que pode ser colocado em relação a avaliação dos custos com a formação de seus egressos é a metodologia utilizada pelo TCU que utiliza todas as despesas correntes executadas pela Instituição a cada exercício, incluindo também aquelas não relacionadas com alunos como as de caráter administrativo, o que pode estar aumentando de forma significativa o custo com alunos. No exercício, conforme pode ser verificado no quadro referente aos indicadores do TCU o custo corrente/aluno equivalente da UFERSA correspondeu a R\$ 13.025,27.

6.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As informações sobre as demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, encontram-se disponíveis no anexos (Anexos N, O, P, Q e R).

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ORGÃO DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

As recomendações objeto de ações do Tribunal de Contas da União referentes a atos de gestão são recebidas pelo gabinete da reitoria e após análise são encaminhadas para providências pelas unidades de interesse para avaliação e adoção de medidas para atender as determinações.

O Tribunal de Contas da União emitiu durante o exercício de 2016 três comunicações contendo determinações à UFERSA. As justificativas apresentadas para o cumprimento ou não destas determinações estão dispostas no quadro 72 – anexo S. Quanto a informar sobre as formas de que dispõe para o efetivo acompanhamento das deliberações do TCU, as mesmas estão apresentados após as informações referentes ao Órgão de Controle Interno.

7.2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

As recomendações exaradas pela Controladoria Regional do Ministério da transparência no Rio Grande do Norte – CGU/RN são recebidas pelo gabinete do Reitor e de acordo com a área auditada são encaminhadas pelo chefe de gabinete para serem atendidas pelas unidades objeto do teor da auditoria.

A Controladoria Geral da União no Rio Grande do Norte emitiu durante o exercício de 2016 sete recomendações à UFERSA e para todas elas a Gestão buscou dar a solução, embora em alguns casos mais complexos ainda não sejam consideradas 100% implementadas.

No quadro 73 – anexo T estão disponibilizadas as recomendações do Órgão de Controle Interno recebidas e ainda as providências adotadas pela Administração para saná-las.

O acompanhamento das recomendações do Órgão de Controle Interno e Externo são realizadas pelo Gabinete da Reitoria em conjunto com a Unidade de Auditoria Interna. A UFERSA não dispõe até o momento de sistema informatizado para acompanhamento de recomendações desses órgãos. O controle do recebimento de solicitações de auditorias, recebimentos de relatórios de auditorias e implementações das recomendações objeto das mesmas são de responsabilidade do gabinete da reitoria, que ao recebê-las as encaminham às unidades responsáveis pela implementação, quando é o caso. Após elaborada as respostas, esclarecimentos e informações a serem enviadas, as unidades as devolvem ao gabinete para providências junto aos órgãos de controle.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR DANOS AO ERÁRIO

A Gestão informa que no exercício de 2016 não foram detectadas ações que motivassem a adoção de medidas internas para caracterização ou elisão de dano ao erário. Da mesma forma, esclarece que não houve abertura de processos para tomadas de contas especiais no âmbito da Instituição. Esclarece ainda que não possui documento formalizado tratando do assunto e que não possui em seus arquivos qualquer processo envolvendo tomadas de contas especiais.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Para assegurar o pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, obras e prestações de serviços de acordo com a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, em cumprimento ao que estabelece o Art. 5º da Lei 8.666/93, a Unidade utiliza a data de liquidação

da fatura ou do documento equivalente, como referência para ordenar a sequência dos pagamentos, respeitadas as fontes diferenciadas de recursos, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei.

Em relação ao pagamento das despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, conforme estabelece o § 3º do Art. 5º da Lei 8.666/93, a Unidade declara que tem tido dificuldade de atender, uma vez que os repasses de financeiro (limite de saque) por parte da mantenedora (MEC) tem ocorrido, em média, apenas com periodicidade mensal.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Durante o exercício 2016 a Unidade não procedeu com análises de desonerações de contratos, em virtude de despacho de relator do TCU (Processo TC 013.515/2013-6) e recomendação a Secretaria de Logística e Tecnologia para expedição orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

7.6 INFORMAÇÃO SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Universidade não possui contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda para vinculação de informações sobre suas finalidade, missão ou de resultado de ações de gestão.

7.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM DISPOSTO NO ARTIGO 3º DO DECRETO 5.626/2005

A Gestão esclarece que em observação ao que recomenda o Decreto nº 5.626/2005, a medida em que foi adequando os Projetos Pedagógicos de Cursos a Pró-Reitoria de Graduação foi orientando os colegiados de cursos a fazerem constar dos mesmos a previsão da disciplina de libras. (Quadro 74 – Anexo U) Ressalta que, apesar de constar dos PPCs de quase todos os cursos a disciplina de libras, até a presente dada não houve necessidade de pessoal qualificado para esse fim, visando atender a alguma demanda. Destaca que tem dois cursos no campus avançado de Caraúbas voltado exclusivamente para a formação de egressos com habilidades em libras- letras e libras-ínglês.

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

Quanto ao item outras informações relevantes da gestão, a Unidade apresenta como ponto importante para a administração da no exercício 2016 o fato de ter implantado sua primeira usina de energia solar fotovoltaica, o que permitirá o uso de princípios de sustentabilidade ambiental, economicidade e o desenvolvimento de pesquisas científicas de geração e de distribuição de energia renovável.

A aquisição da usina fotovoltaica é resultado da ação de alunos de graduação, de um grupo de docentes e da própria gestão da UFERSA, que permitiu a instituição concorresse ao Prêmio Ideia/Desafio da sustentabilidade lançado pelo MEC no ano de 2014, tendo sido classificada em segundo lugar. Como resultado da classificação foram repassados pelo Ministério R\$ 1.000.000,00 no exercício de 2016, momento a partir do qual foram adotadas medidas para a aquisição da usina,

que foi inaugurada em janeiro de 2017. A mesma é composta de 580 painéis numa área de 933 metros quadrados e desde outubro de 2016 que vem gerando cerca 20 mil quilowatts hora a cada mês de energia limpa para a Universidade, o que representa até 7% do consumo de energia no campus Sede da UFERSA e uma economia média de R\$ 7 mil por mês no custeio institucional.

Considerando a relevância da ação iniciada com a conquista do prêmio ideia, a Gestão da Universidade, para o exercício 2017 utilizando recursos de emenda parlamentar repassada ao término do exercício em avaliação, disponibilizou recursos equivalentes a R\$ 943.000,00 para a aquisição de uma nova usina, que em funcionamento pleno deverá dobrando a capacidade de produção de energia renovável, que ao longo de um ano poderá proporcionar uma economia de cerca de R\$ 168.000,00 nas despesas com energia.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 02 – Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSOS		DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSOS		PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS
Ensino		<p>O macroprocesso de Ensino está para a graduação e pós-graduação. O ensino de graduação está para a modalidade presencial e à distância (EAD). O Ensino de graduação tem como finalidade a formação de egressos aptos a desempenharem atividades para a resolução de problemas da região semiárida, mas também de problemas de âmbito geral. O conjunto de ações desenvolvidas para efetivação desse macroprocesso (modalidade presencial e à distância) é normatizado por resoluções e por dispositivos constantes do Regimento da Universidade. Quanto ao Ensino de pós-graduação, este objetiva a qualificação de egressos do ensino superior, docentes e pesquisadores e a exemplo do ensino de graduação também tem normativos próprios. Estes normativos estão para tratar questões referentes a projetos de criação de cursos, aprovação de calendários letivos, abertura de vagas para ingressos, realização de matrículas, auxílios financeiros, seleção, produtividade docente, editais, oferta de bolsas, diplomação, entre outros, que num mesmo bojo fortalecessem a qualidade do ensino ofertado.</p>		<p>MEC/CAPES MEC/SESu MEC/SECADI CNPq Ministério das Cidades Ministério D. Agrário</p>
INSUMOS	FORNECEDORES	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
<p>Considerando os insumos como o conjunto de elementos para que se produza um serviço ou produto os insumos para a UFERSA estão representados pelo conjunto de servidores de atividades fins e atividades meio; os conselhos superiores da universidade; acervo bibliográfico; servidores terceirizados; bibliotecas; laboratórios; materiais e</p>	<p>Empresas contratadas para aquisição de matérias de consumo e permanentes; empresas terceirizadas; empresa de energia; empresa de telefonia.</p>	<p>Formação nos níveis de graduação e de pós-graduação; elaboração de ementas e programas de disciplina; elaboração do calendário letivo; emissão de certificados e diplomas; validação de diplomas; relatórios de avaliação de cursos de pós-graduação. De forma pontual e em relação ao exercício de 2016 o produto gerado pela Universidade foi a formação de 1.099 egressos de graduação e 164</p>	<p>Alunos de graduação e de pós-graduação; egresso do ensino médio; instituições, sociedade e comunidade acadêmica.</p>	<p>Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselho Universitário; Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Colegiado de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação; Núcleos Docentes Estruturantes; Coordenações de Cursos;</p>

equipamentos diversos.		egressos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> . Além disto, foram geradas teses e dissertações, trabalhos de conclusão de cursos. Ressalta-se que, estas atividades estão associadas à produção de outros produtos como a emissão de certificados e diplomas. Também foram atualizadas resoluções referentes a: revalidação de diplomas, elenco de componentes curriculares optativos para os cursos de 2º ciclo ligados ao curso de Ciência e Tecnologia, critérios de ingresso nos cursos de 2º ciclo vinculados ao curso de Ciência e Tecnologia, forma de seleção para ocupação de vagas em componentes optativos nos cursos de Ciência e Tecnologia e ainda Foram atualizados vários projetos pedagógicos de curso de graduação. Quanto ao ensino de pós-graduação foram emitidas portarias estabelecendo procedimentos, publicados cerca de 22 editais voltados a atividades de seleção da pós-graduação, bolsas, entre outros; e implantados três novos programas de pós-graduação.		
MACROPROCESSOS		DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS	
Pesquisa		O macroprocesso de Pesquisa está para a produção e difusão de tecnologias e inovações resultantes dos processos científicos vinculados as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação. A Pesquisa resulta de projetos com financiamento interno e externo, cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação (PROPPG), aprovados por órgãos de fomento ou no âmbito dos departamentos acadêmicos.	MEC/CAPES CNPq MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTERIO D. AGRÁRIO EMBRAPA EMATER-RN BNB	

INSUMOS	FORNECEDORES	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
<p>Considerando os insumos como o conjunto de elementos para que se produza um serviço ou produto os insumos para a UFERSA estão representados pelo conjunto de servidores de atividades fins e atividades meio; os conselhos superiores da universidade; acervo bibliográfico; servidores terceirizados; celebração de convênios ou contratação de órgãos de fomento ou empresas para financiamento de projetos de pesquisa de docentes; biblioteca; laboratórios; materiais e equipamentos diversos.</p>	<p>Órgãos de fomento a pesquisa (CNPq, CAPES, BNB), MDA, MAPA, ANP, Petrobras, Empresas privadas</p>	<p>Para orientar e estimular o desenvolvimento das pesquisas são financiadas pesquisas por meio de editais internos bianuais, além de ser estimulada a participação de docentes em editais externos de financiamento; é realizada anualmente a semana de ensino pesquisa e extensão de modo a garantir a divulgação da pesquisa produzida e a difusão do conhecimento; promoção de eventos científicos e concessão de auxílios a docentes e discentes; disponibilização de recursos para pagamento de publicação de artigos científicos; adesão a editais voltados à criação de novas estruturas de pesquisa e à melhoria da infraestrutura dos laboratórios existentes e ainda de consolidação de programas de pós-graduação. Os projetos de pesquisa envolvem a comunidade de docentes, técnicos e discentes e abrangem diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo: ciências animais, ciências vegetais ciências humanas e tecnologia. Tem sido política institucional estimular a publicação dos resultados destas pesquisas em periódicos especializados e orientar quando da geração de produtos de inovação tecnológica, que os envolvidos façam os registros de patentes. No exercício 2016 foram aprovados 12 projetos de pesquisa</p>	<p>Docentes e discentes da UFERSA e a sociedade.</p>	<p>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação; Programas de Pós-graduação; Colegiado de Cursos de Pós-Graduação; Comissão Interna de Iniciação Científica; Núcleo de Inovação Tecnológica; Pró-Reitoria de Planejamento.</p>

		<p>financiados pela UFERSA e vários projetos com recursos captados de órgãos de fomento a pesquisa. Foi realizada a semana de ensino, pesquisa e extensão da universidade e foram publicados mais de 394 artigos em periódicos nacionais e internacionais. Além disso, foi estimulada a capacitação e qualificação de vários docentes visando o desenvolvimento da internacionalização da pós-graduação da Universidade e ainda foram realizadas a concessão de 196 bolsas de iniciação científica. Também foram aprovados três novos programas de pós-graduação.</p>		
MACROPROCESSOS		DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSOS		PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS
EXTENSÃO		<p>A Extensão representa o terceiro macroprocesso finalístico da Universidade e mantém uma vinculação muito forte como os outros dois macroprocessos institucionais, pois seu fortalecimento é resultante das ações implementadas e articuladas com o ensino e a pesquisa. As ações de extensão têm sido pautadas em processos articulados com as atividades culturais e científicas e buscam envolver os discentes e servidores da Instituição em um mesmo contexto de comunidade e de sociedade. O desenvolvimento da extensão ocorre por meio de projetos e programas continuados e ainda pela realização de cursos e eventos.</p>		MEC/SECADI CNPq
INSUMOS	FORNECEDORES	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
<p>Considerando os insumos como o conjunto de elementos para que se produza um serviço ou produto os insumos para a UFERSA estão representados pelo conjunto de servidores de atividades fins e atividades meio; os conselhos superiores da</p>	<p>CAPES/MEC, SEBRAE, SANTANDER, MDA e MAPA</p>	<p>Financiamento e apoio à execução de projetos e programas de extensão e realização de eventos e de cursos. Relatório anual de atividades de extensão, contendo informações sobre a participação de discentes, docentes e técnico-administrativos em atividades e</p>	<p>Docentes, discentes, técnicos e sociedade.</p>	<p>Pró-Reitoria de Extensão – PROEC</p>

<p>universidade; acervo bibliográfico; servidores terceirizados; celebração de convênios ou contratação de órgãos de fomento ou empresas para financiamento de projetos de extensão; biblioteca; laboratórios; materiais e equipamentos diversos.</p>		<p>projetos de extensão; cadastramento e acompanhamento dos Projetos de extensão; convênios termos de cooperação; concessão de auxílio financeiro a discentes participantes de atividades de extensão; produção técnica. As atividades de extensão em 2016 estiveram representadas pela execução de 34 Projetos financiados; realização de 17 eventos foram financiados com base em editais internos); desenvolvimento de 294 ações de extensão (contando com projetos, programas, eventos e cursos).</p>		
---	--	---	--	--

ANEXO B

Quadro 27 – Despesas por grupo e elemento de despesa – total

Unidade Orçamentária: Universidade Federal Rural do Semi-Árido			Código UO 26264		UGO:26264			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
		186.483.354,85	171.478.541,55	186.483.354,85	171.478.541,55	-	-	186.483.354,85
Nome do elemento de despesa								
1º elemento de despesa (11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil)	123.192.805,15	113.963.833,21	123.192.805,15	113.963.833,21	-	-	123.192.805,15	113.963.833,21
2º elemento de despesa (13 – Obrigações Patronais; 01 – Aposentadorias do RPPS)	24.934.546,38	23.508.104,15	24.934.546,38	23.508.104,15	-	-	24.934.546,38	23.508.104,15
3º elemento de despesa (01 - Aposentadorias do RPPS; 13 - Obrigações Patronais)	24.686.094,01	23.129.464,95	24.686.094,01	23.129.464,95	-	-	24.686.094,01	23.129.464,95
Demais elementos do grupo	13.669.909,31	10.877.139,24	13.669.909,31	10.877.139,24	-	-	13.669.909,31	10.877.139,24
2. Juros e Encargos da Dívida	-	--	-	-	-	-	-	
Nome do elemento de despesa								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	53.307.914,39	40.261.351,24	41.139.253,98	40.261.351,24	12.168.660,41	7.200.086,94	40.455.022,31	31.731.964,39
Nome do elemento de despesa								
1º elemento de despesa (39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoal Jurídica)	13.038.322,57	12.286.317,58	10.369.333,81	12.286.317,58	4.610.681,43	4.154.801,16	10.369.333,81	9.170.105,81
2º elemento de despesa (37 – Locação de Mão-de-obra)	11.577.942,99	10.342.092,35	8.427.641,14	10.342.092,35	1.208.609,18	1.095.298,11	8.299.645,76	7.150.443,92
3º elemento de despesa (46 – Auxílio-Alimentação)	6.483.633,67	5.088.413,59	6.483.633,67	5.088.413,59	0,00	0,00	6.483.633,67	5.088.413,59
Demais elementos do grupo	22.208.015,16	12.544.527,72	15.858.645,36	12.544.527,72	6.349.369,80	1.949.987,67	15.302.409,07	10.323.001,07

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	26.846.576,64	17.530.365,15	4.448.200,35	5.645.240,55	22.398.376,29	11.885.124,60	4.384.128,85	4.874.340,50
Nome do elemento de despesa								
1º elemento de despesa: (52 – Equipamentos e Material Permanente; 51 – Obras e Instalações)	14.725.851,72	12.300.974,33	3.663.870,35	3.391.236,78	11.061.981,37	8.909.737,55	3.599.798,85	2.980.792,35
2º elemento de despesa: (51 – Obras e Instalações; 52 – Equipamentos e Material Permanente)	12.099.132,87	4.257.658,58	762.737,95	1.282.271,53	11.336.394,92	2.975.387,05	762.737,95	921.815,91
3º elemento de despesa: (39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)	21.592,05	971.732,24	21.592,05	971.732,24			21.592,05	971.732,24
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Contabilidade e Finanças/PROPLAN- Tesouro Gerencial

ANEXO C

INDICADORES DO TCU 2016				
Orientações sobre o preenchimento:				
Preencher de acordo com o código de cores a seguir				
Preenchimento pela PROPLAN				
Preenchimento pela PROGRAD				
Preenchimento pela PROPPG				
Preenchimento pela PROGEPE				
1 - Custo Corrente				
Custo Corrente				
Despesas com todas as UGs (SIAFI 3.30.00.00)			+	227.622.608,83
Aposentadorias e Reformas do órgão (SIAFI 3.31.90.01)			-	24.686.094,01
Pensões do órgão (SIAFI 3.31.90.03)			-	5.896.232,57
Sentenças Judiciais do órgão (SIAFI 3.31.90.91)			-	1.239.560,02
Despesas com Pessoal Cedido - docente			-	0,00
Despesas com Pessoal Cedido - técnico-administrativo			-	472.119,31
Despesa com afastamento País/Exterior - docente			-	0,00
Despesa com afastamento País/Exterior - técnico			-	0,00
CUSTO CORRENTE			=	195.328.602,92
2.1 - Número de Alunos				
Número de Alunos da Graduação - AG				
Campus Angicos				
	Curso	(2015.2)	(2016.1)	Anual (média)
1	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	504	537	520,50
2	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	240	246	243,00
3	COMPUTACAO E INFORMATICA	121	133	127,00
4	ENGENHARIA CIVIL	60	82	71,00
5	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	26	34	30,00
6	SISTEMAS DE INFORMACAO	125	131	128,00
Campus Caraúbas				
7	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	462	477	469,50
8	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	203	227	215,00
9	ENGENHARIA CIVIL	50	72	61,00
10	ENGENHARIA ELETRICA	26	31	28,50
11	ENGENHARIA MECANICA	17	28	22,50
12	LICENCIATURA EM LETRAS/INGLES	93	125	109,00
13	LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS	61	76	68,50
Campus Mossoró				
14	ADMINISTRACAO	363	376	369,50
15	AGRONOMIA	376	370	373,00
16	BIOTECNOLOGIA	145	156	150,50
17	CIENCIA DA COMPUTACAO	177	189	183,00
18	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	1175	1157	1166,00
19	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	587	577	582,00
20	CIENCIAS CONTABEIS	315	317	316,00
21	DIREITO	396	389	392,50
22	ECOLOGIA	103	105	104,00
23	ENGENHARIA AGRICOLA E AMBIENTAL	102	113	107,50
24	ENGENHARIA CIVIL	125	120	122,50

25	ENGENHARIA DE ENERGIA	66	79	72,50
26	ENGENHARIA DE PESCA	134	136	135,00
27	ENGENHARIA DE PETROLEO	29	29	29,00
28	ENGENHARIA DE PRODUCAO	90	91	90,50
29	ENGENHARIA FLORESTAL	149	163	156,00
30	ENGENHARIA MECANICA	115	115	115,00
31	ENGENHARIA QUIMICA	78	87	82,50
32	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO NO CAMPO	233	216	224,50
33	MEDICINA	0	40	20,00
34	MEDICINA VETERINARIA	250	265	257,50
35	ZOOTECNIA	119	119	119,00

Campus Pau dos Ferros

36	ARQUITETURA E URBANISMO	40	74	57,00
37	CIENCIA DA COMPUTACAO	3	7	5,00
38	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	370	313	341,50
39	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	228	274	251,00
40	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	30	3	16,50
41	ENGENHARIA CIVIL	3	52	27,50
42	ENGENHARIA DE SOFTWARE	0	0	0,00
43	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80	138	109,00

AG

8069

Número de Alunos da Pós-Graduação - APG

	Curso	2016.1	2016.2	Anual (média)
1	Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade	28	28	28
2	Mestrado em Ciência Animal	33	42	37,5
3	Mestrado em Ciência da Computação	41	60	50,5
4	Mestrado Profissional em Administração Pública	0	15	7,5
5	Mestrado em Ecologia e Conservação	15	27	21
6	Mestrado em Fitotecnia	35	44	39,5
7	Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições	0	13	6,5
8	Mestrado em Manejo de Solo e Água	29	30	29,5
9	Mestrado em Produção Animal	14	15	14,5
10	Mestrado Sistemas em Comunicação e Automação	26	28	27
11	Mestrado em Ensino - POSENSINO	28	28	28
12	Mestrado em Física - PROFIS	20	21	20,5
13	Mestrado em Rede Nacional-PROFMAT	37	51	44
14	Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais	33	38	35,5
15	Doutorado em Ciência Animal	73	72	72,5
16	Doutorado em Fitotecnia	66	84	75
17	Doutorado em Manejo de Solo e Água	36	37	36,5
APG				573,5

2.2 - Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral - AGTI

Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral - AGTI

Curso	NDI - número diplomados (2015.2 + 2016.1)	DPC - duração padrão do curso	Fator de Retenção	NI - número de ingressantes (2015.2 + 2016.1)	AGTI Curso
-------	---	-------------------------------	-------------------	---	------------

Campus Angicos							
1	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	69	3	0,082	200	322	
2	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	19	3	0,082	101	123	
3	COMPUTACAO E INFORMATICA	14	4	0,133	51	100	
4	ENGENHARIA CIVIL	19	5	0,082	49	140	
5	ENGENHARIA DE PRODUCAO	2	5	0,082	13	25	
6	SISTEMAS DE INFORMACAO	5	4	0,133	52	70	
Campus Caraubas							
7	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	52	3	0,082	201	281	
8	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	14	3	0,082	110	117	
9	ENGENHARIA CIVIL	19	5	0,082	43	133	
10	ENGENHARIA DE ELETRICA	6	5	0,082	16	45	
11	ENGENHARIA MECANICA	9	5	0,082	15	56	
12	LICENCIATURA EM LETRAS/INGLES	0	4	0,100	83	83	
13	LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS	0	4	0,100	47	47	
Campus Mossoró							
14	ADMINISTRACAO	32	4	0,100	137	246	
15	AGRONOMIA	42	5	0,050	127	327	
16	BIOTECNOLOGIA	34	4	0,125	72	191	
17	CIENCIA DA COMPUTACAO	8	4	0,133	72	100	
18	CIENCIAS CONTABEIS NOTURNO	32	4	0,120	109	220	
19	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	219	3	0,082	425	865	
20	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	70	3	0,082	215	336	
21	DIREITO NOTURNO	59	5	0,120	117	403	
22	ECOLOGIA	16	4	0,125	52	108	
23	ENGENHARIA AGRICOLA E AMBIENTAL	6	5	0,082	55	94	
24	ENGENHARIA CIVIL	59	5	0,082	60	320	
25	ENGENHARIA DE ENERGIA	29	5	0,082	40	171	
26	ENGENHARIA FLORESTAL	5	5	0,082	56	91	
27	ENGENHARIA MECANICA	43	5	0,082	59	253	
28	ENGENHARIA DE PESCA	8	5	0,082	50	96	
29	ENGENHARIA DE PETROLEO	11	5	0,082	16	66	
30	ENGENHARIA DE PRODUCAO	56	5	0,082	43	287	
31	ENGENHARIA QUIMICA	30	5	0,082	46	182	
32	INTERDISCIPLINAR EM EDUCACAO NO CAMPO	0	4	0,001	91	91	
33	MEDICINA	0	5	0,065	40	50	
34	MEDICINA VETERINARIA	34	5	0,050	66	219	
35	ZOOTECNIA	12	5	0,050	56	118	
Campus Pau dos Ferros							
36	ARQUITETURA E URBANISMO	0	4	0,120	80	80	
37	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	52	3	0,082	1	131	
38	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	14	3	0,082	169	162	
39	ENGENHARIA DA COMPUTACAO	0	5	0,120	6	7,5	
40	ENGENHARIA AMBIENTAL E	0	5	0,120	3	4	

	SANITÁRIA					
41	ENGENHARIA CIVIL	0	5	0,120	39	49
42	ENGENHARIA DE SOFTWARE	0	5	0,120	0	0
43	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	3	0,082	160	120
AGTI					3.443	6.927
* NDI OBTIDO COM DIPLOMADOS DE 2015.2 E 2016.1						
2.3 Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral - APGTI						
APGTI =						1.147
2.4 Número de Alunos em Tempo Integral - ATI						
ATI =						8.074

2.5 -	Aluno Equivalente de Graduação - AGE			
	Curso	AGTI Curso	Peso do Grupo do Curso	AGE do Curso
Campus Angicos				
1	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (ANGICOS)	322	2	644
2	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (ANGICOS)	123	2	246
3	COMPUTACAO E INFORMATICA	100	1,5	151
4	ENGENHARIA CIVIL	140	2	281
5	ENGENHARIA DE PRODUCAO	25	2	49
6	SISTEMAS DE INFORMACAO	70	1,5	104
Campus Caraubas				
7	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (CARAUBAS)	281	2	561
8	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (CARAUBAS)	117	2	235
9	ENGENHARIA CIVIL	133	2	266
10	ENGENHARIA ELETRICA	45	2	90
11	ENGENHARIA MECANICA	56	2	112
12	LICENCIATURA EM LETRAS/INGLES	83	1	83
13	LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS	47	1	47
Campus Mossoró				
14	ADMINISTRACAO	246	1	246
15	AGRONOMIA	327	2	654
16	BIOTECNOLOGIA	191	2	382
17	CIENCIA DA COMPUTACAO	100	2	200
18	CIENCIAS CONTABEIS	220	1	220
19	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (MOSSORO)	865	2	1.731
20	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (MOSSORO)	336	2	672
21	DIREITO	403	1	403
22	ECOLOGIA	108	2	216
23	ENGENHARIA AGRICOLA E AMBIENTAL	94	2	187
24	ENGENHARIA CIVIL	320	2	641
25	ENGENHARIA DE ENERGIA	171	2	341

26	ENGENHARIA DE PESCA	91	2	182	
27	ENGENHARIA DE PETROLEO	253	2	505	
28	ENGENHARIA DE PRODUCAO	96	2	192	
29	ENGENHARIA FLORESTAL	91	2	182	
30	ENGENHARIA MECANICA	287	2	573	
31	ENGENHARIA QUIMICA	182	2	365	
32	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO	91	1	91	
33	MEDICINA	50	4,5	225	
34	MEDICINA VETERINARIA	219	4,5	983	
35	ZOOTECNIA	118	4,5	531	
Campus Pau dos Ferros					
36	ARQUITETURA E URBANISMO	80	1,5	120	
37	CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL	131	2	261	
38	CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO	162	2	323	
39	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	131	2	261	
40	ENGENHARIA CIVIL	49	2	98	
41	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	7,5	2	15	
42	ENGENHARIA DE SOFTWARE	0	2	0	
43	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	120	1,5	180	
AGE				13.849	
2..6	Aluno Equivalente - AE				
AE =				14.996	
3.	NÚMERO DE PROFESSORES EQUIVALENTES				
Regime Dedicção	Professor Efetivo (+)	Prof. Substituto e Visitante (+)	Afastados (capac, mand, cedido) (-)	Total	Professor Equivalente
Regime 20 horas	17	4	0	21	10,5
Regime 40 horas	2	79	0	81	81
Dedicção Exclusiva	613	9	87	535	535
NÚMERO DE PROFESSORES EQUIVALENTES				627	
DADOS ATÉ 31/12/2016					
4.	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES				
Regime Dedicção	Técnico-Adminis-trativos (+)	Terceirizados (limpeza, vigil, etc) (+)	Afastados (capac, mand, cedido) (-)	Total	Funcionário Equivalente
Regime 20 horas	6	0	1	5	2,5
Regime 30 horas	10	0	0	10	7,5

Regime 40 horas	528	313	12	829	829
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES					839,00

Nota: dados de 31/12/2016

CONCEITO CAPES PARA PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO		
	Curso	Conceito
1	Doutorado Ciência Animal	4
2	Doutorado Fitotecnia	5
3	Doutorado Manejo de Solo e Água	4
4	Mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais	3
5	Mestrado Ciência Animais	4
6	Mestrado Ciência da Computação	3
7	Mestrado em Cognição e Instituições	4
8	Mestrado em ambiente tecnologia e sociedade	3
9	Mestrado em Ecologia e Conservação	3
10	Mestrado Fitotecnia	5
11	Mestrado Manejo de Solo e Água	4
12	Mestrado Produção Animal	3
13	Mestrado Profissional em Administração Pública	3
14	Mestrado Profissional em ensino de Física	4
15	Mestrado Profissional em Matemática	5
16	Mestrado Sistemas Comunicação e Automação	3
17	Programa de Pós-graduação em Ensino	3
Conceito CAPES da IFES		3,71
Nota: usar os conceitos da última avaliação		

QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE	
Qualificação	Número⁽¹⁾
Doutores	405
Mestres	157
Especialização	34
Graduados	41
Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD	4,09

Nota: considerado os efetivos + substitutos + visitantes - afastados ou cedidos, em 31/12/2016

7 - NÚMERO DE DIPLOMADOS E INGRESSANTES NA GRADUAÇÃO			
	Curso	Duração de 6 anos	
		NDI - número diplomados (2015.2 e 2016.1)	NI - Ingressos em (2010.1 e 2010.2)
1	MEDICINA	-	-
	SUBTOTAL 1	0	0
	Curso	Duração de 5 anos	
		NDI - número diplomados (2015.2 e 2016.1)	NI - Ingressos em (2011.1 e 2011.2)

2	AGRONOMIA (MOSSORÓ)	42	126
3	ARQUITETURA E URBANISMO (PAU DOS FERROS)	0	0
4	DIREITO NOTURNO (MOSSORÓ)	59	87
5	ENGENHARIA AGRICOLA E AMBIENTAL (MOSSORÓ)	6	0
6	ENGENHARIA DE PESCA (MOSSORÓ)	8	51
7	ENGENHARIA FLORESTAL (MOSSORÓ)	5	51
8	LICENCIATURA EM LETRAS/INGLES (CARAUBAS)	0	0
9	LICENCIATURA EM LETRAS/LIBRAS (CARAUBAS)	0	0
10	MEDICINA VETERINARIA (MOSSORÓ)	34	64
11	ZOOTECNIA (MOSSORÓ)	12	51
SUBTOTAL 2		166	430
Curso		Duração de 4 anos	
		NDI -número diplomados (2015.2 e 2016.1)	NI - Ingressos em (2012.1 e 2012.2)
12	ADMINISTRAÇÃO (NOTURNO)	32	99
13	BIOTECNOLOGIA	34	50
14	CIENCIA DA COMPUTAÇÃO (NOTURNO)	8	57
15	CIENCIAS CONTABEIS (NOTURNO)	32	102
16	COMPUTACAO E INFORMATICA (NOTURNO)	14	50
17	ECOLOGIA	16	52
18	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO	0	0
19	SISTEMAS DE INFORMACAO	5	52
subtotal 3		141	462
Curso		Duração de 3 anos	
		NDI -número diplomados (2015.2 e 2016.1))	NI - Ingressos em (2013.1 e 2013.2)
20	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (ANGICOS)	69	201
21	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (CARAUBAS)	52	200
22	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (MOSSORÓ)	219	430
23	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA INTEGRAL (PAU DOS FERROS)	52	204
24	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (ANGICOS)	19	101
25	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (CARAUBAS)	14	100
26	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (MOSSORÓ)	70	113
27	BACHARELADO EM CIENCIA E TECNOLOGIA NOTURNO (PAU DOS FERROS)	14	101
28	BACHARELADO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOTURNO (PAU DOS FERROS)	0	0
subtotal 4		509	1450
Curso		Duração de 2 anos	
		NDI -número diplomados (2015.2 e 2016.1))	NI - Ingressos em (2014.1 e 2014.2)

29	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	0	0
30	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO (PAU DOS FERROS)	0	0
31	ENGENHARIA CIVIL (ANGICOS)	19	21
32	ENGENHARIA CIVIL (CARAÚBAS)	19	23
33	ENGENHARIA CIVIL (MOSSORÓ)	59	59
34	ENGENHARIA CIVIL (PAU DOS FERROS)	0	0
35	ENGENHARIA DE ENERGIA (MOSSORÓ)	29	25
36	ENGENHARIA DE PETROLEO (MOSSORÓ)	11	7
37	ENGENHARIA DE PRODUCAO (ANGICOS)	2	17
38	ENGENHARIA DE PRODUCAO (MOSSORÓ)	56	51
39	ENGENHARIA DE SOFTWARE (PAU DOS FERROS)	0	0
40	ENGENHARIA ELETRICA (CARAUBAS)	6	11
41	ENGENHARIA MECANICA (CARAUBAS)	9	10
42	ENGENHARIA MECANICA (MOSSORO)	43	30
43	ENGENHARIA QUIMICA (MOSSORÓ)	30	37
subtotal 5		283	291
TOTAL		1.099	2.633
Deve prevalecer a duração do curso na instituição			
INDICADORES DE DESEMPENHO - EXERCÍCIO 2016			
I	Custo Corrente / Aluno Equivalente	13.025,27	
II	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,89	
III	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente	9,62	
IV	Funcionário Equivalente / Professor Equivalente	1,34	
V	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,86	
VI	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,07	
VII	Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	3,71	
VIII	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,09	
IX	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) (100%)	41,7	

ANEXO D

Quadro 35 - Aluno de graduação em tempo integral na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/12 (%)
Câmpus Angicos						
Ciência e tecnologia integral	237,11	268,06	279,79	273,56	322	135,80
Ciência e tecnologia noturno	124,92	167,35	125,67	123,92	123	98,46
Computação e informática	50	50	51	72,65	100	200,00
Engenharia civil	21,25	48,75	67,85	179,76	140	658,82
Engenharia de produção	-	-	21,25	17,5	25	-
Sistemas de informação	52	51	58,06	72,18	70	134,62
Total Angicos	485,28	585,16	603,62	739,57	780	160,73
Câmpus Caraúbas						
Ciência e tecnologia integral	150	150	214,9	246,35	281	187,33
Ciência e tecnologia noturno	75	75,75	132,41	94,72	117	156,00
Engenharia civil	-	-	26,25	38,75	133	-
Engenharia elétrica	-	1,25	13,75	15	45	-
Engenharia mecânica	-	3,75	12,5	13,75	56	-
Licenciatura letras-inglês	-	-	81	83	83	-
Licenciatura letras-libras	-	00-	40	43	47	-
Total Caraúbas	225	230,75	520,81	534,57	762	338,67
Câmpus Mossoró						
Administração	272,4	260,6	271	264,4	246	90,31
Agronomia	457,75	431,25	446,75	325,25	327	71,44
Biotecnologia	758,78	701,14	102	102	191	25,17
Ciência da computação	234,88	278,32	100,36	93,3	100	42,57
Ciências contábeis	50	124,5	192	178,16	220	440,00
Ciência e tecnologia integral	99,36	108,42	615,77	657,19	865	870,57
Ciência e tecnologia noturno	102	125,8	281,82	273,82	336	329,41
Direito	126,25	128,75	140	221,95	403	319,21
Ecologia	52	102,5	100	121	108	207,69
Engenharia agrícola e ambiental	128,2	166,93	69,16	99,12	94	73,32
Engenharia civil	77,5	166,52	290,07	312,12	320	412,90
Engenharia de energia	63,69	115,29	106,13	52,89	171	268,49
Engenharia florestal	32,5	67,5	70	79,16	91	280,00
Engenharia mecânica	134,06	145,7	243,88	207,26	253	188,72
Engenharia de pesca	121,99	166,5	133,22	141,13	96	78,69
Engenharia de petróleo	28,75	21,25	71,15	43,28	66	229,57
Engenharia de produção	96,97	160,66	176,07	173,98	287	295,97
Engenharia química	53,75	129,04	171,05	182,28	182	338,60
Interdisciplinar em educação no campo	-	60	121	121	91	-
Medicina	-	-	-	-	50	-
Medicina veterinária	226,1	236,15	211,05	226,43	219	96,86
Zootecnia	179,1	117,98	97,93	96,35	118	65,88
Total Mossoró	3.296,03	3.814,80	4.010,41	3.972,07	4.834,00	146,66
Câmpus Pau dos Ferros						

Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	80	-
Ciência e tecnologia integral	149,25	150,75	150	223,88	131	87,77
Ciência e tecnologia noturno	75	75,75	76,5	101,46	162	216,00
Engenharia civil	-	-	-	17,5	49	-
Engenharia da computação	-	-	-	3	8	-
Engenharia ambiental e sanitária	-	-	-	-	4	-
Engenharia de software	-	-	-	-	0	-
Tecnologia da informação	-	-	-	-	120	-
Total Pau dos Ferros	224,25	226,5	226,5	345,84	554	247,05
Total	4.230,56	4.857,21	5.361,34	5.592,05	6.930,00	163,81
Fonte: Pró-Reitoria de Graduação						

ANEXO E

Quadro 36 - Aluno de graduação equivalente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - 2011/2015

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/12 (%)
Câmpus Angicos						
Ciência e tecnologia integral	474,22	536,12	559,58	547,12	644	135,80
Ciência e tecnologia noturno	249,84	334,7	251,34	247,85	264	105,67
Computação e informática	75	75	51	108,98	151	201,33
Engenharia civil	42,5	97,5	135,7	359,52	281	661,18
Engenharia de produção	-	-	42,5	35	49	-
Sistemas de informação	97,5	76,5	87,09	108,27	104	106,67
Total Angicos	939,06	1119,82	1127,21	1406,74	1493	158,99
Câmpus Caraúbas						
Ciência e tecnologia integral	300	300	429,79	492,7	561	187,00
Ciência e tecnologia noturno	150	151	264,82	189,44	235	156,67
Engenharia civil	-	-	52,5	75,5	262	-
Engenharia elétrica	-	2,5	27,5	30	90	-
Engenharia mecânica	-	7,5	25	27,5	112	-
Licenciatura letras-inglês	-	-	81	83	83	-
Licenciatura letras-libras	-	-	40	43	47	-
Total Caraúbas	450	461	920,61	941,14	1390	308,89
Câmpus Mossoró						
Administração	272,4	260,6	271	264,4	246	90,31
Agronomia	915,5	862,5	893,5	650,5	654	71,44
Biotecnologia	125	125,8	204	204	382	305,60
Ciência da computação	198,72	216,84	150,54	186,6	200	100,64
Ciências contábeis	1.517,56	249	288	178,16	220	14,50
Ciência e tecnologia integral	469,76	216,84	1.231,55	1.314,37	1731	368,49
Ciência e tecnologia noturno	102	556,64	563,64	547,63	672	658,82
Direito	252,5	257,5	140	443,9	403	159,60
Ecologia	104	205	200	242	216	207,69
Engenharia agrícola e ambiental	256,4	333,86	138,32	198,24	187	72,93
Engenharia civil	155	333,04	580,14	624,24	641	413,55
Engenharia de energia	127,38	230,58	212,26	105,78	341	267,70

Engenharia florestal	243,98	333	140	158,32	132	54,10
Engenharia mecânica	57,5	42,5	487,76	414,52	573	996,52
Engenharia de pesca	193,94	321,32	266,44	282,26	182	93,84
Engenharia de petróleo	125	135	142,3	86,56	505	404,00
Engenharia de produção	268,12	291,4	352,14	347,96	192	71,61
Engenharia química	107,5	258,08	342,1	364,56	365	339,53
Interdisciplinar em educação no campo	-	120	121	242	91	-
Medicina					225	-
Medicina veterinária	1.017,45	1062,68	949,73	1.018,91	983	96,61
Zootecnia	805,95	530,91	440,66	433,58	531	65,88
Total Mossoró	7.315,66	6.943,09	8.115,08	8.308,49	9.672,00	132,21
Câmpus Pau dos Ferros						
Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	177	-
Ciência e tecnologia integral	298,5	301,5	300	447,77	231	77,39
Ciência e tecnologia noturno	150	151,5	153	202,92	160	106,67
Engenharia ambiental e sanitária	-	-	-	-	261	-
Engenharia civil	-	-	-	35	323	-
Engenharia computação	-	-	-	6	15	-
Engenharia de software	-	-	-	-	8	-
Tecnologia da informação	-	-	-	-	98	-
Total Pau dos Ferros	448,5	453	453	691,69	1.273	283,83
Total	9.153,22	8.976,91	10.615,90	11.348,06	13.849	151,30
Fonte: Pró-Reitoria de Graduação						

ANEXO F

Quadro 37 - Aluno de Graduação (AG), Aluno de Graduação Equivalente (AGE) e Aluno de Graduação em Tempo Integral (AGTI), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido em 2016

Cursos	Número de diplomados (Ndi) 2015.2 + 2016.1	Duração Padrão (Dpc)	Fator de retenção	Número de ingressantes 2015.2 + 2016.1	Peso do grupo	AGTI	AGE	AG
Câmpus Angicos								
Ciência e tecnologia integral	69	3	0,082	200	2	322	644	520,5
Ciência e tecnologia noturno	19	3	0,082	101	2	123	246	243
Computação e informática	14	4	0,1325	51	1,5	100	151	127
Engenharia civil	19	5	0,082	49	2	140	281	71
Engenharia de produção	2	5	0,082	13	2	25	49	30
Sistemas de informação	5	4	0,133	52	1,5	70	104	128
Total Angicos	128	-	-	466	-	780	1475	1119,5
Câmpus Caraúbas								
Ciência e tecnologia integral	52	3	0,082	201	2	281	561	469,5
Ciência e tecnologia noturno	14	3	0,082	110	2	117	235	215
Engenharia civil	19	5	0,082	43	2	133	266	61
Engenharia elétrica	6	5	0,082	16	2	45	90	28,5
Engenharia mecânica	9	5	0,082	15	2	56	112	22,5
Licenciatura letras-inglês	-	4	0,1000	83	1	83	83	109
Licenciatura letras-libras	-	4	0,1000	47	1	47	47	68,5
Total Caraúbas	100	-	-	515	-	762	1394	974
Câmpus Mossoró								
Administração	32	4	0,1	137	1	246	246	369,5
Agronomia	42	5	0,05	127	2	327	654	373
Biotecnologia	34	4	0,125	72	2	191	382	150,5
Ciência da computação	8	4	0,133	72	2	100	200	183
Ciências contábeis	32	4	0,12	109	1	220	220	1166
Ciência e tecnologia integral	219	3	0,082	425	2	865	1.731	582
Ciência e tecnologia noturno	70	3	0,082	215	2	336	672	316

Direito	59	5	0,12	117	1	403	403	392,5
Ecologia	16	4	0,125	52	2	108	216	104
Engenharia agrícola e ambiental	6	5	0,082	55	2	94	187	107,5
Engenharia civil	59	5	0,082	60	2	320	641	122,5
Engenharia de energia	29	5	0,082	40	2	171	341	72,5
Engenharia florestal	5	5	0,082	56	2	91	182	156
Engenharia mecânica	43	5	0,082	59	2	253	573	115
Engenharia de pesca	8	5	0,082	50	2	96	182	135
Engenharia de petróleo	11	5	0,082	16	2	66	505	29
Engenharia de produção	56	5	0,082	43	2	287	192	90,5
Engenharia química	30	5	0,082	46	2	182	365	82,5
Interdisciplinar em educação no campo	-	4	0,1000	91	1	91	91	224,5
Medicina	-	6	0,065	40	4,5	50	225	20
Medicina veterinária	34	5	0,065	66	4,5	219	983	257,5
Zootecnia	12	5	0,065	56	4,5	118	531	119
Total Mossoró	805	-	-	2004	-	4834	9722	5168
Câmpus Pau dos Ferros								
Arquitetura e urbanismo	-	4	0,12	80	1,5	80	120	57
Ciência e tecnologia integral	52	3	0,082	1	2	131	261	341,5
Ciência e tecnologia noturno	14	3	0,082	169	2	162	324	251
Engenharia ambiental e sanitária	-	5	0,082	3	2	4	8	16,5
Engenharia civil	-	5	0,082	39	2	49	98	27,5
Engenharia da computação	-	5	0,082	6	2	7,5	15	5
Engenharia de software	-	5	0,082	-	2	-	-	-
Tecnologia da informação	-	4	0,1325	160	1,5	120	180	109
Total Pau dos Ferros	66	-	-	458	-	553,5	1006	807,5
Total	1.099	-	-	3.443	-	6.930	13.849	8.069
Fonte: Pró-Reitoria de Graduação - Os dados são referentes as matrículas de 2015.2 e 2016.1								

ANEXO G

Quadro 38 – Quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/12 %
Câmpus Angicos						
Ciência e tecnologia integral	393	444,5	453,5	483	520,5	132,44
Ciência e tecnologia noturno	235,5	226,5	235,5	237,5	243	103,18
Computação e informática	71	97,5	107,5	116,5	127	178,87
Engenharia civil	8,5	49,5	57,5	58	71	835,29
Engenharia de produção	-	-	8,5	21	30	-
Sistemas de informação	71,5	92,5	113	120	128	179,02
Total Angicos	779,5	910,5	975,5	1036	1119,5	143,62
Câmpus Caraúbas						
Ciência e tecnologia integral	255,5	372,5	432,5	450	469,5	183,76
Ciência e tecnologia noturno	161	200,5	194,5	196	215	133,54
Engenharia civil	-	-	14,5	129,5	60	-
Engenharia elétrica	-	0,5	10	15,5	28,5	-
Engenharia mecânica	-	1,5	10,5	15,5	22,5	-
Licenciatura letras-inglês	-	-	50	-	109	-
Licenciatura letras-libras	-	-	26	139,5	68,5	-
Total Caraúbas	416,5	575	738	946	973	233,61
Câmpus Mossoró						
Administração	390	402,5	378	372,5	369,5	94,74
Agronomia	456,5	436	389	379	373	81,71
Biotecnologia	127	137	145	142	150,5	118,50
Ciência da computação	180,5	197,5	190	187	183	101,39
Ciências contábeis	1.005,50	1100,5	278	294	316	31,43
Ciência e tecnologia integral	536	590,5	1159	1.163	1166	217,54
Ciência e tecnologia noturno	229,5	275	583,5	585	582	253,59
Direito	190,5	261	330	356	392,5	206,04
Ecologia	120	136	114,5	104,5	104	86,67
Engenharia agrícola e ambiental	53,5	74,5	102	160,5	107,5	200,93
Engenharia civil	77	121	123	124	122,5	159,09
Engenharia de energia	48,5	56	58	61	72,5	149,48
Engenharia florestal	158,5	147	119,5	134,5	156	98,42
Engenharia mecânica	14	35,5	100	99	115	821,43
Engenharia de pesca	73	85,5	137,5	136	135	184,93
Engenharia de petróleo	68,5	97	31,5	27,5	29	42,34
Engenharia de produção	79	105,5	89,5	93,5	90,5	114,56
Engenharia química	51,5	85	68,5	74,5	82,5	160,19
Interdisciplinar em educação no campo	-	30	134,5	177	224,5	-
Medicina	-	-	-	-	20	-
Medicina veterinária	273	266	264	251,5	257,5	94,32
Zootecnia	113,5	115,5	123,5	122	119	104,85

Total Mossoró	4.245,50	4.754,50	4.918,50	5.044,00	5.168,00	121,73
Câmpus Pau dos Ferros						
Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	57	-
Ciência computação	-	-	-	-	5	-
Ciência e tecnologia integral	136	287,5	398,5	439	341,5	251,10
Ciência e tecnologia noturno	67	139	187	191	251	374,63
Engenharia ambiental e sanitária	-	-	-	-	16,5	-
Engenharia civil	-	-	-	7	27,5	-
Engenharia da computação	-	-	-	1,5	-	-
Engenharia de software	-	-	-	-	-	-
Tecnologia da informação	-	-	-	-	109	-
Total Pau dos Ferros	203	426,5	585,5	638,5	802,5	395,32
Total Geral	5.644,50	6.666,50	7.217,50	7.664,50	8.069,00	142,85

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação

Os dados são referentes as matrículas de 2015.2 e 2016.1

ANEXO H

Quadro 39 – Alunos concluintes de cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2012 (%)
Câmpus Angicos						
Ciência e tecnologia integral	34	47	52	48	69	202,94
Ciência e tecnologia noturno	20	37	20	19	19	95,00
Computação e informática	-	-	0	5	14	-
Engenharia civil	-	-	10	36	19	-
Engenharia de produção	-	-	-	-	2	-
Sistemas de informação	-	-	2	6	5	-
Total Angicos	54	84	84	114	128	237,04
Câmpus Caraúbas						
Ciência e tecnologia integral	-	-	26	38	52	-
Ciência e tecnologia noturno	-	-	23	7	14	-
Engenharia civil	-	-	0	-	19	-
Engenharia elétrica	-	-	0	-	6	-
Engenharia mecânica	-	-	0	-	9	-
Licenciatura letras-inglês	-	-	-	-	-	-
Licenciatura letras-libras	-	-	-	-	-	-
Total Caraúbas	-	-	49	45	100	-
Câmpus Mossoró						
Administração	46	44	45	41	32	69,57
Agronomia	76	70	72	41	42	55,26
Biotecnologia	-	21	14	14	34	-
Ciência da computação	12	14	12	10	8	66,67
Ciências contábeis	179	152	25	17	32	17,88
Ciência e tecnologia integral	31	46	119	141	219	706,45
Ciência e tecnologia noturno	-	10	45	46	70	-

Direito	-	-	0	22	59	-
Ecologia	-	15	14	20	16	-
Engenharia agrícola e ambiental	20	23	1	7	6	30,00
Engenharia civil	-	22	52	57	59	-
Engenharia de energia	9	19	17	4	29	322,22
Engenharia florestal					5	-
Engenharia mecânica	-	0	43	1	43	-
Engenharia de pesca	17	26	17	18	8	47,06
Engenharia de petróleo	-	-	18	8	11	-
Engenharia de produção	-	20	27	28	56	-
Engenharia química	-	19	30	33	30	-
Interdisciplinar em educação no campo	-	-	0	-	-	-
Medicina	-	-	-	-	-	-
Medicina veterinária	38	42	34	39	34	89,47
Zootecnia	28	13	9	8	12	42,86
Total Mossoró	456	556	594	555	805	176,54
Câmpus Pau dos Ferros						
Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	-	-
Ciência computação	-	-	-	-	-	-
Ciência e tecnologia integral	-	-	-	29	52	-
Ciência e tecnologia noturno	-	-	-	10	14	-
Engenharia ambiental e sanitária	-	-	-	-	-	-
Engenharia civil	-	-	-	-	-	-
Engenharia da computação	-	-	-	-	-	-
Engenharia de software	-	-	-	-	-	-
Tecnologia da informação	-	-	-	-	-	-
Total Pau dos Ferros	-	-	-	39	66	-
Total	510	640	727	753	1099	215,49

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação

Os dados são referentes aos diplomados em 2015.2 e 2016.1

ANEXO I

Quadro 40 - Candidatos inscritos em processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2012 (%)
Câmpus Angicos						
Ciência e tecnologia integral	3.119	3302	2719	3039	3172	101,70
Ciência e tecnologia noturno	1.869	2236	1766	1881	1745	93,37
Computação e informática	1.705	1694	1305	1274	1449	84,99
Engenharia civil	-	-	-	12	-	-
Engenharia de produção	-	-	-	9	-	-
Sistemas de informação	1.212	1493	1207	1160	1198	98,84
Total Angicos	7.905,00	8.725,00	6.997,00	7.375,00	7.564,00	95,69
Câmpus Caraubas						
Ciência e tecnologia integral	4.503	4099	2927	2832	2926	64,98
Ciência e tecnologia noturno	2.190	2489	1539	1631	1799	82,15
Engenharia civil	-	-	-	15	-	-

Engenharia elétrica	-	-	-	8	-	-
Engenharia mecânica	-	-	-	10	-	-
Licenciatura letras-inglês	-	-	1164	1423	1812	-
Licenciatura letras-libras	-	-	625	856	1124	-
Total Caraúbas	6.693,00	6.588,00	6.255,00	6.775,00	7.661,00	114,46
Câmpus Mossoró						
Administração	7.303	6793	5139	5648	7335	100,44
Agronomia	5.268	5071	3704	3965	5059	96,03
Biotecnologia	8.333	7552	991	1017	1236	14,83
Ciência da computação	6.238	5638	1309	1376	1654	26,51
Ciências contábeis	1.338	1433	2502	2903	3966	296,41
Ciência e tecnologia integral	2.134	3101	5608	6273	6147	288,05
Ciência e tecnologia noturno	3.909	3729	3753	4445	5014	128,27
Direito	7.304	5950	3065	4951	5988	81,98
Ecologia	2.052	2155	1830	1865	2253	109,80
Engenharia agrícola e ambiental	635	1902	1114	1187	1537	242,05
Engenharia civil	-	-	-	44	-	-
Engenharia de energia	-	-	-	17	-	-
Engenharia florestal	1.954	1667	1527	1319	1720	88,02
Engenharia mecânica	-	-	-	27	-	-
Engenharia de pesca	-	-	1546	1158	1762	-
Engenharia de petróleo	1.621	1595	-	5	-	-
Engenharia de produção	-	-	-	17	-	-
Engenharia química	-	-	-	17	-	-
Interdisciplinar em educação no campo	-	120	243	443	-	-
Medicina	-	-	-	-	5178	-
Medicina veterinária	2.690	3085	2257	3111	3632	135,02
Zootecnia	3.210	2907	1608	1523	1988	61,93
Total Mossoró	50.779,00	49.791,00	34.588,00	39.788,00	54.469,00	107,27
Câmpus Pau dos Ferros						
Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	3453	-
Ciência e tecnologia integral	1.918	4299	3282	3174	-	-
Ciência e tecnologia noturno	1.126	2817	2289	2857	4189	372,02
Engenharia civil	-	-	-	16	-	-
Engenharia computação	-	-	-	3	-	-
Engenharia de software	-	-	-	-	-	-
Tecnologia da informação	-	-	-	-	3206	-
Total Pau dos Ferros	3.044,00	7.116,00	5.571,00	6.050,00	10.848,00	356,37
Total	68.421,00	72.220,00	53.411,00	59.988,00	80.542,00	117,72

* Cursos cujas entradas ocorrem pelo fluxo contínuo

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação

ANEXO J

Quadro 41 - Vagas ofertadas em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2012/2016

Cursos	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2012 (%)
Câmpus Angicos						
Ciência e tecnologia integral	200	200	200	200	200	100
Ciência e tecnologia noturno	100	100	100	100	100	100
Computação e informática	50	50	50	50	50	100
Engenharia civil	30	60	60	60	60	-
Engenharia de produção	-	-	60	60	60	-
Sistemas de informação	50	50	50	50	50	100
Total Angicos	430	460	520	520	520	93,02
Câmpus Caraúbas						
Ciência e tecnologia integral	200	200	200	200	200	100,00
Ciência e tecnologia noturno	100	100	100	100	100	100,00
Engenharia civil	-	-	60	60	60	-
Engenharia elétrica	-	60	60	60	60	-
Engenharia mecânica	-	60	60	60	60	-
Licenciatura letras-inglês	-	-	80	80	80	-
Licenciatura letras-libras	-	-	40	40	40	-
Total Caraúbas	300	420	600	600	720	140,00
Câmpus Mossoró						
Administração	100	100	100	100	100	100,00
Agronomia	120	120	120	120	120	100,00
Biotecnologia	50	50	50	50	50	100,00
Ciência da computação	50	50	50	50	50	100,00
Ciências contábeis	200	200	80	80	80	40,00
Ciência e tecnologia integral	400	400	400	400	400	100,00
Ciência e tecnologia noturno	80	80	200	200	200	250,00
Direito	80	80	80	80	80	100,00
Ecologia	50	50	50	50	50	100,00
Engenharia agrícola e ambiental	50	50	50	50	50	100,00
Engenharia civil	30	60	60	60	60	-
Engenharia de energia	30	60	60	60	60	-
Engenharia florestal	50	50	50	50	50	100,00
Engenharia mecânica	30	60	60	60	60	-
Engenharia de pesca	30	60	50	50	50	166,67
Engenharia de petróleo	50	50	60	60	60	-
Engenharia de produção	30	60	60	60	60	-
Engenharia química	30	60	60	60	60	-
Interdisciplinar em educação no campo	-	60	120	120	60	-
Medicina	-	-	-	-	40	-
Medicina veterinária	50	50	50	50	50	100,00
Zootecnia	50	50	50	50	50	100,00
Total Mossoró	1560	1800	1860	1860	1840	91,03
Câmpus Pau dos Ferros						

Arquitetura e urbanismo	-	-	-	-	80	-
Ciência e tecnologia integral	200	200	200	200	100	50,00
Ciência e tecnologia noturno	100	100	100	100	130	130,00
Engenharia civil	-	-	-	60	60	-
Engenharia da computação	-	-	-	60	60	-
Tecnologia da informação	-	-	-	-	160	-
Total Pau dos Ferros	300	300	300	420	470	156,67
Total	2590	2980	3280	3400	3.550	137,06

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação

Os dados são referentes a vagas de 2015.2 e 2016.1

ANEXO K

Quadro 42 - Alunos dos programas de pós-graduação *Stricto sensu* (Mestrado) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – 2011/2015

Curso de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> - Mestrado							
Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade <small>(Aprovados pelo MEC em 2011)</small>							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	75	12	6,25	0	17	17	00
2013	120	16	7,5	20	16	36	14
2014	91	25	3,64	13	20	33	12
2015	34	10	2,61	18	10	28	14
2016	34	10	2,61	22	09	31	18
Mestrado em Ciência Animal							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	21	16	1,31	38	16	54	18
2013	60	26	2,3	47	30	77	36
2014	41	20	2,1	45	20	65	15
2015	41	23	1,78	45	23	68	26
2016	41	23	1,41	31	23	54	21
Mestrado em Ecologia e Conservação <small>(Aprovados pelo MEC em 2013)</small>							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Teses Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2013	37	15	2,46	0	12	12	00
2014	0	0	0	12	0	12	01
2015	17	10	1,88	19	09	28	11
2016	74	11	6,72	13	11	24	12
Mestrado em Ciência da Computação <small>(Aprovados pelo MEC em 2013)</small>							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	78	30	2,60	23	30	53	00
2013	79	29	2,72	01	29	30	25
2014	65	26	2,5	24	26	50	07
2015	53	26	2,03	24	26	50	24
2016	45	10	4,5	37	10	47	45
Mestrado em Fitotecnia							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	47	16	2,93	41	16	57	21
2013	47	12	3,91	22	19	41	16
2014	64	12	5,33	43	13	56	20

2015	64	13	4,26	41	15	56	18
2016	74	20	3,70	38	20	58	24
Mestrado em Irrigação e Drenagem							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	0	0	0	20	0	20	12
2013	0	0	0	16	0	16	13
2014	0	0	0	03	0	03	03
Mestrado em Ciência do Solo							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	0	0	0	18	0	18	12
2013	0	0	0	02	0	02	13
2014	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado em Manejo de Solo e Água <small>(Aprovados pelo MEC em 2012)</small>							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Teses Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	78	19	4,10	0	19	19	00
2013	63	06	10,5	18	10	28	00
2014	42	16	3,00	10	17	27	18
2015	42	14	3,00	18	14	32	09
2016	82	14	5,85	20	17	37	20
Mestrado em Produção Animal							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	21	14	1,50	19	12	31	08
2013	20	14	1,42	17	13	30	12
2014	07	04	1,00	17	04	21	11
2015	-	04	-	05	04	09	14
2016	11	09	1,37	07	09	16	04
Mestrado em Matemática em Rede Nacional <small>(Aprovados pelo MEC em 2011)</small>							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	217	25	8,68	24	25	49	00
2013	217	25	8,68	24	25	49	22
2014	214	20	10,7	16	20	36	15
2015	233	20	11,65	15	20	35	13
2016	225	21	10,7	12	21	33	12
Mestrado em Sistemas de Comunicação e Automação <small>(Aprovados pelo MEC em 2011)</small>							
Ano	Inscritos para Seleção	Alunos Aprovados	Concorrência (cand/vaga)	Alunos Matriculados			Dissertações Defendidas
				Remanescentes do Ano Anterior	Novos	Total	
2012	45	16	2,81	11	16	27	01
2013	30	13	2,3	18	12	30	05
2014	37	20	1,94	10	20	30	10
2015	22	11	02	27	10	37	12
2016	18	10	1,5	22	12	34	08

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Os dados são referentes as matrículas de 2016.1 e 2016.2

ANXEO L

Quadro 49 - As recomendações formuladas pela Unidade de Auditoria Interna e suas implementações

NÚMERO DO RELATÓRIO	UNIDADE EXAMINADA	RECOMENDAÇÕES	ESTÁGIO DE ATENDIMENTO
RA N° 01/2016	PROAD	<p>Recomendação n°1: que a PROAD, em razão da inércia injustificada da empresa na prestação de obrigação cogente, apure, através dos meios próprios que viabilizem o contraditório e ampla defesa, a possibilidade de aplicação de sanção administrativa à empresa quanto a este contrato, haja vista que é injustificável a demora de cerca de dois anos para a simples emissão de um Laudo de insalubridade, especialmente em razão da potencialidade danosa da não aferição de tal pendência, tanto relativa aos trabalhadores, quanto em relação à UFERSA.</p>	
RA N° 02/2016	PROAD	<p>Recomendação n°1: que a fiscalização adote a solicitação do relatório departamentalizado para suprir necessidade da cláusula contratual e bem mais que isso seja verificado de forma analítica e melhorada a informação de como está sendo utilizado o serviço contratado pela contratada.</p> <p>Recomendação n° 2: que a fiscalização proceda a anexação dos documentos necessários e a PROAD adote mecanismos de controle da execução dos contratos</p> <p>Recomendação n° 3: que a fiscalização adote a execução do relatório mensal para suprir necessidade da cláusula contratual e bem mais do que isso seja verificado de forma analítica e melhorada a informação de como está sendo utilizado o serviço contratado pela contratada, a fim de se mensurar a eficiência administrativa da prestação do serviço.</p> <p>Recomendação n° 4: que seja verificada a mensalidade do serviço ora executado e evite a globalização de meses numa única nota fiscal. Pois, pelo regime contábil da entidade pública a nota fiscal (citada para pagamento) deve ser registrada pelo regime de competência, bem como, a sua baixa (pelo regime de pagamento).</p> <p>Recomendação n° 5: que seja providenciado pela PROAD mecanismos de controle interno e treinamento aos fiscais de contrato da necessidade de preservar a fidelidade das cláusulas e a efetividade dos serviços executados pela contratada para a contratante.</p> <p>Recomendação n° 6: que a fiscalização proceda a anexação dos documentos necessários e a PROAD adote mecanismos de controle interno da execução dos contratos que as cláusulas sejam seguidas fielmente quanto a execução do contrato administrativo.</p>	<p>As Pró-reitorias de Administração – PROAD e a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE realizaram cursos de capacitação para os servidores que têm sido designados para exercer a função de Fiscal de Contratos, com a finalidade de aprimorar a fiscalização e controle dos contratos firmados pela a UFERSA. As demais deficiências estão sendo supridas gradativamente.</p>
		<p>Recomendação n° 7: que a fiscalização adote ferramentas de controle para que evite a padronização da entrada e saída dos horários de frequências dos empregados da contratada e caso ocorra a padronização comunicar diretamente ao preposto.</p>	

RA Nº 03/2016	PROAD/ PROGEPE	<p>Recomendação nº 1: que a fiscalização adote a solicitação do relatório departamentalizado para suprir necessidade da cláusula contratual e bem mais que isso seja verificado de forma analítica e melhorada a informação de como está sendo utilizado o serviço contratado pela contratada.</p> <p>Recomendação nº 2: que a PROAD realize controles efetivos que evitem que a Contratada atue prestando serviços sem o devido contrato administrativo ou termo aditivo. E que tenham controle administrativo como planilhas ou sistemas com disparos de alertas de vencimentos dos vigentes da UFERSA.</p> <p>Recomendação nº 3: que a PROAD realize controles efetivos que evitem que a Contratada atue prestando serviços em desconformidade ao termo de referência (contratado) e ao contrato administrativo do que dispõe. Por fim, que proceda a PROAD a atuar de modo a identificar problemas relatados pela fiscalização de contratos administrativos para que seja evitado a renovação do prazo da prestação de serviços (termo aditivo) com contratadas executando serviço diferente do contratado pela UFERSA e como também melhorar o <i>feedback</i> entre a fiscalização e esta Pró-reitoria.</p> <p>Recomendação nº 4: que a fiscalização adote a execução do relatório mensal para suprir necessidade da cláusula contratual e bem mais do que isso seja verificado de forma analítica e melhorada a informação de como está sendo utilizado o serviço contratado pela contratada, a fim de se mensurar a eficiência administrativa da prestação do serviço.</p> <p>Recomendação nº 5: que a PROAD preveja mecanismos de controle efetivo administrativo para coibir a ausência, outrossim, evitando afronta com legislação trabalhista de forma passiva e podendo atingir um passivo contingente senão atendido esta recomendação.</p> <p>Recomendação nº 6: que adote mecanismos de controle administrativo, efetivo, <i>feedback</i> e abstenha a fim de evitar renovar contratos administrativos com contratadas que não executem fielmente o contratado pela UFERSA.</p> <p>Recomendação nº 7: que a fiscalização proceda a anexação dos documentos necessários e a PROAD adote mecanismos de controle interno da execução dos contratos que as cláusulas sejam seguidas fielmente quanto a execução do contrato administrativo.</p>	As Pró-reitorias de Administração – PROAD e a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE realizaram cursos de capacitação para os servidores que têm sido designados para exercer a função de Fiscal de Contratos, com a finalidade de aprimorar a fiscalização e controle dos contratos firmados pela UFERSA. As demais deficiências estão sendo supridas gradativamente.
		Recomendação nº 8: que seja providenciado pela PROAD mecanismos de controle interno e treinamento aos fiscais de contrato da necessidade de preservar a fidelidade das cláusulas e a efetividade dos serviços executados pela contratada para a contratante.	
RA Nº 04/2016	PROGRAD/REI TORIA	Recomendação nº 1: que os setores técnicos gerenciais da administração meio executiva da UFERSA (Pró-reitorias) elaborem programa assessoramento de organização gerencial em parceria com os centros/departamentos acadêmicos, com cronograma realístico para atingimento de objetivos gerenciais tais como: treinamento dos docentes que assumirem cargos de gestão departamental,	

		treinamento de técnicos lotados nos departamentos para assessoramento técnico aos gestores, formação de equipe mista de servidores dos departamentos e das pró-reitorias para elaboração de normas e manuais de rotinas e procedimentos, com fito de atingir a padronização da gestão departamental, iniciando-se pelo DCAN/Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-CCBS como projeto piloto a ser entendido para toda UFRSA.	
RA Nº 05/2016	REITORIA	Recomendação nº 1: que seja viabilizado controle permanente e concomitante dos processos disciplinares instaurados, com o acompanhamento de sua tramitação não apenas de cunho formal através do CGU-PAD, mas também quanto à conformidade jurídica, prazos e, especialmente, quanto a sua efetividade, com o atendimento da finalidade tutelada, designando servidores com capacitação adequada para condução e instrução dos processos disciplinares, recrutando preferencialmente servidores com formação acadêmica jurídica para presidir os respectivos processos, bem como ministrando cursos de capacitação quanto a condução do Processo Administrativo Disciplinar com acesso a todos os servidores, tendo como base teórica o Manual da CGU que orienta a matéria.	
RA Nº 06/2016	PROAD/SIN	Recomendação nº 1: a devida apuração e fiscalização dos equipamentos obrigatórios de segurança na obra dos laboratórios das engenharias regularizando-as. Assim, a criação de manuais da Unidade da Superintendência de Infraestrutura (SIN) sobre os processos dos fiscais de contrato de obras com as devidas responsabilidades, processos e atividades e seus meios padronizados de fiscalização observando a IN nº 02/08 SLTI e demais normativos infraconstitucionais. Dessa forma, que a fiscalização tempestivamente solicite à engenharia de segurança do trabalho, inspeções regulares e quando constatado qualquer impropriedade ou irregularidade na execução do contrato administrativo ou da obra seja procedido a notificação a contratada, porém seja encaminhado a notificação e em caso de reincidência comunicado formalizado para a PROAD	As Pró-reitorias de Administração e a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas realizaram cursos de capacitação para os servidores que têm sido designados para exercer a função de fiscal de contratos, com a finalidade de aprimorar a fiscalização e controle dos contratos firmados. As demais deficiências estão sendo supridas gradativamente.

		<p>para aplicação gradual das sanções previstas por reincidência constatada e outros de acordo com as cláusulas do contrato administrativo, se necessário. Por fim, que seja confeccionado o diário de obras de forma impressa, numerada, rubricada, anotada e encadernada ou carbonada (via a via) de forma sistêmica e de todo período da obra ou serviços de engenharia, e que a SIN gerencie a implantação e manutenção em todas as obras públicas nos campi da UFERSA da necessidade de diário de obras da forma da Resolução CONFEA e Contratual.</p> <p>Recomendação nº 2: que a fiscalização tempestivamente solicite, atue e autue em Papéis de Trabalho (PT) e nos autos sobre quaisquer procedimentos e documentos ausentes no início, decorrer e finalização das obras públicas na UFERSA, ocorrendo a reiteração de descumprimento contratual formalizar comunicado a contratada com cópia para a PROAD que tomará as medidas cabíveis e graduais na forma contratual, se necessário. E seja encaminhado as respectivas licenças de acordo com memorando SIN nº 402/2016 para a unidade de auditoria interna. E que a SIN gerencie nos locais de obras ou no planejamento e execução das obras na UFERSA sobre a necessidade de expedição das licenças necessárias para o início das obras na UFERSA.</p> <p>Recomendação nº 3: que a fiscalização tempestivamente atue e autue em seus Papéis de Trabalho (PT) e bem como solicite a regularização e a manutenção do diário de obras no local da obra e permanentemente, sendo fiscalizados e alimentados sistematicamente do início ao término da obra e bem como suas ocorrências ou notificações.</p> <p>Recomendação nº 4: que a UFERSA quando contratar obras e seus serviços de engenharia para a construção, reformas e assemelhados nos campi da UFERSA desenvolvam um projeto básico e executivo eficaz, efetivo e pormenorizado. E a fiscalização de contratos administrativos das obras execute periodicamente inspeções in loco e na verificação de quaisquer impropriedades ou irregularidades sejam anotadas no diário de obras, devendo figurar todas as anotações do começo ao término da obra. Assim, e em qualquer desconformidade proceda a notificação tempestiva da CONTRATADA para correções, se necessárias, e no caso de notificação comunicar a PROAD as tomadas de providências necessárias a cada situação fática. Nesse cenário, a SIN proceda a confecção de manual da unidade, da gerência e da fiscalização dos contratos de obras e na ocorrência de prejuízos na entrega da obra proceda a responsabilização pela demora ou entrega não efetiva, ou seja, sem qualidade.</p>	
RA Nº 07/2016	PROAD/SIN	<p>Recomendação nº 1: a devida apuração e fiscalização dos equipamentos obrigatórios de segurança na obra dos laboratórios das engenharias regularizando-as. Assim, a criação de manuais da Unidade da Superintendência de Infraestrutura (SIN) sobre os processos dos fiscais de contrato de obras com as devidas responsabilidades, processos e atividades e seus meios padronizados de fiscalização observando a IN nº 02/08 SLTI e demais normativos infraconstitucionais. Dessa forma, que a fiscalização tempestivamente solicite à engenharia de segurança do trabalho inspeções regulares e quando constatado qualquer impropriedade ou irregularidade na</p>	As Pró-reitorias de Administração – PROAD e a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE realizaram cursos de capacitação para os servidores que têm sido designados para exercer a

	<p>execução do contrato administrativo ou da obra seja procedido a notificação a CONTRATADA, porém seja encaminhado a notificação e em caso de reincidência comunicado formalizado para a Pró Reitoria de Administração – PROAD para aplicação gradual das sanções previstas por reincidência constatada e outros de acordo com as cláusulas do contrato administrativo, se necessário. Por fim, que seja confeccionado o diário de obras de forma impressa, numerada, rubricada, anotada e encadernada ou carbonada (via a via) de forma sistêmica e de todo período da obra ou serviços de engenharia, e que a SIN gerencie a implantação e manutenção em todas as obras públicas nos campi da UFERSA da necessidade de diário de obras da forma da Resolução CONFEA e Contratual.</p> <p>Recomendação nº 2: que a fiscalização tempestivamente solicite, atue e autue em Papéis de Trabalho (PT) e nos autos sobre quaisquer procedimentos e documentos ausentes no início, decorrer e finalização das obras públicas na UFERSA, ocorrendo a reiteração de descumprimento contratual formalizar comunicado a CONTRATADA com cópia para a PROAD que tomará as medidas cabíveis e graduais na forma contratual, se necessário. E seja encaminhado as respectivas licenças de acordo com memorando SIN nº 402/2016 para a unidade de auditoria interna – AUDINT/UFERSA. E que a SIN gerencie nos locais de obras ou no planejamento e execução das obras na UFERSA sobre a necessidade de expedição das licenças necessárias para o início das obras na UFERSA.</p> <p>Recomendação nº 3: que a fiscalização tempestivamente atue e autue em seus Papéis de Trabalho (PT) e bem como solicite a regularização e a manutenção do diário de obras no local da obra e permanentemente, sendo fiscalizados e alimentados sistematicamente do início ao término da obra e bem como suas ocorrências ou notificações.</p> <p>Recomendação nº 4: que a UFERSA quando contratar obras e seus serviços de engenharia para a construção, reformas e assemelhados nos campi da UFERSA desenvolvam um projeto básico e executivo eficaz, efetivo e pormenorizado. E a fiscalização de contratos administrativos das obras execute periodicamente inspeções in loco e na verificação de quaisquer impropriedades ou irregularidades sejam anotadas no diário de obras, devendo figurar todas as anotações do começo ao término da obra. Assim, e em qualquer desconformidade proceda a notificação tempestiva da CONTRATADA para correções, se necessárias, e no caso de notificação comunicar a PROAD/UFERSA (com cópia) para as tomadas de providências necessárias a cada situação fática. Nesse cenário, a SIN proceda a confecção de manual da unidade, da gerência e da fiscalização dos contratos de obras e na ocorrência de prejuízos na entrega da obra proceda a responsabilização pela demora ou entrega não efetiva, ou seja, sem qualidade.</p>	<p>função de Fiscal de Contratos, com a finalidade de aprimorar a fiscalização e controle dos contratos firmados pela UFERSA. As demais deficiências estão sendo supridas gradativamente.</p>
--	---	---

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

ANEXO M

Quadro 67 – Demonstração das cessões de espaços público de imóveis a órgãos públicos e privados pela UFERSA em 2016

IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO		CARACTERÍSTICAS DA CESSÃO				
NOME/RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE/RAMO DE ATUAÇÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	FINALIDADE DE USO DO ESPAÇO	PRAZO DA CESSÃO	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	VALORES RECEBIDOS (ANO)
MARIA ENEIDE MAIA DIÓGENES - 13.274.641/0001-86	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS	PREGÃO ELETRÔNICO	EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE LANCHONETE	30/05/16 A 30/5/17	SALA PRÓPRIA PARA LANCHONETE LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS LESTE -MOSSORÓ/RN	R\$ 6.618,72
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA E LIMPEZA – COOPASERN - 17.903.099/0001-34	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS	PREGÃO ELETRÔNICO	EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE LANCHONETE	05/03/15 A 05/03/17	SALA PRÓPRIA PARA LANCHONETE LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS OESTE - MOSSORÓ/RN	R\$ 11.988,00
EDNEIDE COSTA DE ANDRADE CAVALCANTE - 22.589.524/0001-00	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS	PREGÃO ELETRÔNICO	EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE LANCHONETE	07/04/2016 a 07/04/2017	SALA PRÓPRIA PARA LANCHONETE LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DA UFERSA EM ANGIÇOS/RN	R\$ 6.435,96
ANA NERI DE OLIVEIRA – ME - 20.519.938/0001-20	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS	PREGÃO ELETRÔNICO	EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE LANCHONETE	04/04/2016 a 04/04/2017	SALA PRÓPRIA PARA LANCHONETE LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DA UFERSA EM CARAÚBAS/RN	R\$ 6.533,76
MARIA I. MARCELINO TORRES – ME 22.162.896/0001-48	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS	PREGÃO ELETRÔNICO	EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE LANCHONETE	02/05/2016 a 02/05/2017	SALA PRÓPRIA PARA LANCHONETE LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DA UFERSA EM PAU DOS FERROS/RN	R\$ 6.837,12
A. M. SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - 04.999.366/0001-77	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	PREGÃO ELETRÔNICO	CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA FÍSICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE REPROGRAFIA	10/08/2016 A 10/08/2017	01 SALA LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS LESTE DA UFERSA EM MOSSORÓ/RN	R\$ 9.008,76
A. M. SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - 04.999.366/0001-77	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	PREGÃO ELETRÔNICO	CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA FÍSICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE REPROGRAFIA	10/08/2016 A 10/08/2017	01 SALA LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS OESTE DA UFERSA EM MOSSORÓ/RN	R\$ 16.117,20

A. M. SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - 04.999.366/0001-77	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	PREGÃO ELETRÔNICO	CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA FÍSICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE REPROGRAFIA	15/12/2016 A 15/12/2017	SALA LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DA UFERSA EM ANGICOS/RN	R\$ 7.970,28
A. M. SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - 04.999.366/0001-77	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	PREGÃO ELETRÔNICO	CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA FÍSICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE REPROGRAFIA	15/12/2016 A 15/12/2017	SALA LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DA UFERSA EM CARAÚBAS/RN	R\$ 7.421,88
A. M. SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - 04.999.366/0001-77	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	PREGÃO ELETRÔNICO	CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA FÍSICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE REPROGRAFIA	15/12/2016 A 15/12/2017	SALA LOCALIZADA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO CAMPUS DA UFERSA EM PAU DOS FERROS/RN	R\$ 7.970,52
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	DISPENSA DE LICITAÇÃO	INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE AGÊNCIA BANCÁRIA	01/11/2016 a 01/11/2021	Concessão 01 (uma) sala, com área total de 212,085m², situada no pavimento térreo do Prédio Administrativo nas dependências do Campus Leste da UFERSA na cidade de Mossoró/RN	R\$ 24.616,32
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	DISPENSA DE LICITAÇÃO	INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CAIXA DE AUTO-ATENDIMENTO	INDETERMINADO	Área de 3 m², localizado no Prédio do Centro de Convivência, para Instalação de um Terminal de Auto-Atendimento bancário no Campus Leste, localizado na Av. Francisco Mota nº 572, Bairro Costa e Silva, Mossoró – RN	R\$ 723,72
FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE - FGD - 08.350.241/0001-72	FUNDAÇÃO DE APOIO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE - FGD	20/03/2014 a 19/03/2017	03 (três) salas situadas no Prédio do Centro Tecnológico do Agronegócio - CTARN, nas dependências do Campus Leste da UFERSA na cidade de Mossoró/RN	R\$ 6.051,12

ANEXO N



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 23/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	827.390,72	585.452,35	Despesas Orçamentárias	266.637.845,88	229.270.257,94
Ordinárias	-	-	Ordinárias	67.158.682,02	55.856.498,19
Vinculadas	830.906,50	597.947,09	Vinculadas	199.479.163,86	173.413.759,75
Alienação de Bens e Direitos	750,00		Educação	168.868.322,18	146.402.069,82
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	830.156,50	597.947,09	Seguridade Social (Exceto RGPS)	29.495.227,26	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.515,78	-12.494,74	Operação de Crédito		26.820.312,03
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	871.992,78	136.227,71
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	243.621,64	55.150,19
Transferências Financeiras Recebidas	260.999.768,08	243.016.091,15	Transferências Financeiras Concedidas	7.558.101,32	5.320.589,23
Resultantes da Execução Orçamentária	237.365.513,22	213.241.609,51	Resultantes da Execução Orçamentária	6.304.386,09	5.159.662,05
Repasse Recebido	231.748.044,45	208.426.476,86	Repasse Concedido	686.917,32	344.529,40
Sub-repasse Recebido	5.617.468,77	4.815.132,65	Sub-repasse Concedido	5.617.468,77	4.815.132,65
Independentes da Execução Orçamentária	23.634.254,86	29.774.481,64	Independentes da Execução Orçamentária	1.253.715,23	160.927,18
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	22.233.524,76	28.126.931,94	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.253.715,23	160.927,18
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.400.730,10	1.647.549,70	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	35.381.066,43	21.297.547,55	Despesas Extraorçamentárias	23.105.748,59	31.408.790,47
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	748.303,17	2.100.199,96	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.257.543,37	1.610.840,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	34.567.036,70	19.085.211,54	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.785.868,48	29.677.387,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	65.726,56	54.126,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	62.336,74	120.562,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	58.009,17	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos		58.009,17			
Saldo do Exercício Anterior	3.114.798,89	4.215.345,48	Saldo para o Exercício Seguinte	3.021.328,33	3.114.798,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.114.798,89	4.215.345,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.021.328,33	3.114.798,89
TOTAL	300.323.024,12	269.114.436,53	TOTAL	300.323.024,12	269.114.436,53

ANEXO O



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
23/02/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 20264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/ RN - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	730.663,00	730.663,00	827.390,72	96.727,72
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	192.855,00	192.855,00	140.432,80	-52.422,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	192.855,00	192.855,00	140.432,80	-52.422,20
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	21.540,00	21.540,00	94.859,20	73.319,20
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	373.161,00	373.161,00	592.098,72	218.937,72
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	373.161,00	373.161,00	592.098,72	218.937,72
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	143.107,00	143.107,00	-	-143.107,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	143.107,00	143.107,00	-	-143.107,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 23/02/2017 PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	730.663,00	730.663,00	827.390,72	96.727,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	730.663,00	730.663,00	827.390,72	96.727,72
DÉFICIT			265.810.455,16	265.810.455,16
TOTAL	730.663,00	730.663,00	266.637.845,88	265.907.182,88
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	235.232.224,00	239.575.928,00	239.791.269,24	227.622.608,83	226.938.377,16	19.784.658,76	
Pessoal e Encargos Sociais	186.932.217,00	211.473.449,00	186.483.354,85	186.483.354,85	186.483.354,85	24.990.094,15	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	48.300.007,00	48.102.479,00	53.307.914,39	41.139.253,98	40.455.022,31	-5.205.435,39	
DESPESAS DE CAPITAL	27.222.671,00	30.952.429,00	26.846.576,64	4.448.200,35	4.384.128,85	4.105.852,36	
Investimentos	27.222.671,00	30.952.429,00	26.846.576,64	4.448.200,35	4.384.128,85	4.105.852,36	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	262.454.895,00	290.528.357,00	266.637.845,88	232.070.809,18	231.322.506,01	23.890.511,12	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 28264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	262.454.895,00	290.528.357,00	266.637.845,88	232.070.809,18	231.322.506,01	23.890.511,12
TOTAL	262.454.895,00	290.528.357,00	266.637.845,88	232.070.809,18	231.322.506,01	23.890.511,12

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.590.500,91	7.200.086,94	7.508.015,53	7.316.357,41	1.452.297,28	1.021.933,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.590.500,91	7.200.086,94	7.508.015,53	7.316.357,41	1.452.297,28	1.021.933,16
DESPESAS DE CAPITAL	7.272.908,65	11.885.124,60	12.469.511,07	12.469.511,07	246.495,84	6.442.026,34
Investimentos	7.272.908,65	11.885.124,60	12.469.511,07	12.469.511,07	246.495,84	6.442.026,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.863.409,56	19.085.211,54	19.977.526,60	19.785.868,48	1.698.793,12	7.463.959,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.591.432,26	1.444.914,54	146.517,72	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.591.432,26	1.444.914,54	146.517,72	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12,84	1.812.628,83	1.812.628,83	12,84	-
Investimentos	12,84	1.812.628,83	1.812.628,83	12,84	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	12,84	3.404.061,09	3.257.543,37	146.530,56	-0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 23/02/2017 PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	960.280.390,40	305.247.825,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	960.280.390,40	305.247.825,70

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	3.021.328,33	3.114.798,89	PASSIVO FINANCEIRO	42.840.698,36	32.667.021,59
ATIVO PERMANENTE	957.259.062,07	302.133.026,81	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	917.439.692,04	272.580.804,11

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.324.287,86	4.318.702,10	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	25.773.131,27	32.834.555,91
Execução dos Atos Potenciais Ativos	7.324.287,86	4.318.702,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos	25.773.131,27	32.834.555,91
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	7.043.327,76	4.037.742,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	3.061.835,61	4.382.822,55
Direitos Contratuais a Executar	280.960,10	280.960,10	Obrigações Contratuais a Executar	22.711.295,66	28.451.733,36
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	7.324.287,86	4.318.702,10	TOTAL	25.773.131,27	32.834.555,91

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-13.883.982,30
Recursos Vinculados	-25.935.387,73
Educação	-27.514.778,03
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.614.885,54
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-35.475,24
TOTAL	-39.819.370,03

ANEXO Q



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
23/02/2017

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	17.282.517,71	27.988.329,74
INGRESSOS	261.892.885,36	243.713.679,55
Receitas Derivadas e Originárias	827.390,72	585.452,35
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	140.432,80	148.437,77
Receita Agropecuária	94.859,20	54.750,00
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	592.098,72	382.254,98
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	3,00
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	261.065.494,64	243.128.227,20
Ingressos Extraorçamentários	65.726,58	54.126,88
Transferências Financeiras Recebidas	260.999.768,08	243.016.091,15
Demais Recebimentos	-	58.009,17
DESEMBOLSOS	-244.610.367,65	-215.725.349,81
Pessoal e Demais Despesas	-207.805.594,57	-185.220.645,53
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-31.718.340,13	-29.582.916,77
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-175.936.920,04	-155.456.102,26
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-19.128,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-150.334,40	-162.498,50
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26204 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
23/02/2017

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-29.184.335,02	-25.063.552,78
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-26.297.846,73	-24.196.973,85
Outras Transferências Concedidas	-2.886.488,29	-866.578,93
Outros Desembolsos das Operações	-7.620.438,06	-5.441.151,50
Dispêndios Extraorçamentários	-82.336,74	-120.562,27
Transferências Financeiras Concedidas	-7.558.101,32	-5.320.589,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.375.988,27	-29.088.876,33
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.375.988,27	-29.088.876,33
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.354.538,22	-28.117.860,09
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.450,05	-971.016,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2017

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-93.470,56	-1.100.546,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.114.798,89	4.215.345,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.021.328,33	3.114.798,89

ANEXO R



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
23/02/2017

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	918.263.828,31	262.369.466,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	830.014,91	585.959,35
Venda de Mercadorias	95.999,20	57.393,60
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	734.015,71	528.565,75
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	43.473,83	3,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	141,59	3,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	43.332,24	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	261.086.319,00	243.352.729,24
Transferências Intragovernamentais	260.999.768,08	243.016.091,15
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	86.550,92	336.638,09
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	656.304.020,57	18.430.775,01
Reavaliação de Ativos	652.957.428,46	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.943.744,16	14.508.015,13
Ganhos com Desincorporação de Passivos	402.847,95	3.922.759,88
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2017

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 28284 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	260.510.999,75	234.229.324,48
Pessoal e Encargos	151.182.724,40	136.401.596,12
Remuneração a Pessoal	113.889.236,73	104.309.655,39
Encargos Patronais	26.371.893,15	24.189.463,28
Benefícios a Pessoal	10.921.594,52	7.902.477,45
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.291.093,66	27.379.449,64
Aposentadorias e Reformas	22.895.504,82	21.834.533,16
Pensões	6.300.002,24	5.456.807,11
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	95.588,60	88.109,37
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	35.147.942,91	33.092.641,64
Uso de Material de Consumo	3.117.648,02	2.306.553,24
Serviços	25.954.349,11	25.476.546,33
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.075.945,78	5.309.542,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.735,78	510,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.735,78	510,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.570.701,32	5.420.060,76
Transferências Intragovernamentais	7.558.101,32	5.320.589,23
Transferências Intergovernamentais	12.600,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	25.000,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	74.471,53
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	31.109.739,47	28.093.014,90
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	5.761.417,80
Desincorporação de Ativos	31.109.739,47	22.331.597,10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

EMISSÃO 23/02/2017 PÁGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	8.767,20	8.189,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	1.072,50
Contribuições	8.767,20	7.116,88
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.197.295,01	3.833.862,04
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.995.501,09	3.828.336,62
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	201.793,92	5.525,42
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	657.752.828,56	28.140.142,12

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

ANEXO S

Quadro 77 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC 009.095/2015-2.	11.374/2016	9.1.2	Ofício 10625/2016-TCU/Sefip, de 03/10/2016	16/11/2016
Órgão/Entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA-RN				
Descrição da Deliberação				
9.1.2. no mesmo prazo do subitem anterior, suprima o pagamento de vantagens e gratificações concernentes ao regime da CLT incorporadas por sentença judicial (horas extras, adicional noturno, etc.), incompatíveis com o regime da Lei 8.112/90, cuja manutenção indefinida é contrária à jurisprudência desta Corte de Contas (acórdãos 2548/2008Plenário, 772/2013 1ª Câmara; 849/2013 2ª Câmara, 5593/2013 2ª Câmara, entre outros), oferecendo a oportunidade de contraditório e ampla defesa aos beneficiários e dispensando a reposição dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos beneficiários, consoante súmula TCU 249;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Com relação ao item 9.1.2 do Acórdão nº 11.374/2016 – TCU 2ª Câmara, informamos que estamos tomando as providências cabíveis relativas a expedição de notificações para os interessados com vistas ao cumprimento da determinação.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC 009.095/2015-2.	11.374/2016	9.1.3	Ofício 10625/2016-TCU/Sefip, de 03/10/2016	16/11/2016
Órgão/Entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA-RN				
Descrição da Deliberação				
9.1.3. tão logo sejam publicadas as decisões definitivas no recurso especial 1435411RN2014/00296234 e no mandado de segurança 28.819, caso elas sejam favoráveis à União, proceda às correções cabíveis nas parcelas impugnadas e adote as medidas necessárias ao ressarcimento dos valores recebidos a partir desse momento;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Por conseguinte, ressaltasse que o item 9.1.3 desse último acórdão não impôs determinação urgente para esta Universidade, cabendo apenas o acompanhamento de ações judiciais por parte da Procuradoria Federal, que já desempenha regularmente esse papel.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da ciência
TC 009.095/2015-2	11.374/2016	9.1.5	Ofício 10625/2016-TCU/Sefip, de 03/10/2016	16/11/2016
Órgão/Entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA-RN				
Descrição da Deliberação				
9.1.5. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, solicite a apresentação do diploma dos servidores que já recebem a RT sem o citado documento e suspenda o pagamento dessa parcela no caso daqueles que não atenderem à solicitação, dispensada a reposição dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos beneficiários, consoante súmula TCU 249.				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				

No que tange ao cumprimento do item 9.1.5, cabe observar que estamos tomando as providências cabíveis relativas à regularização de todos os que percebem essa vantagem e que ainda não possuem o diploma em seu assentamento funcional, conforme o prazo concedido de 180 (cento e oitenta dias). Para isso, esta Pró-Reitoria encaminhou ainda em dezembro/2016 o Memorando Circular nº 158/2016 (anexo).

ANEXO T

Quadro 78 - Deliberações do Órgão de Controle Interno

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201601498	2	OFÍCIO 25658 2014 / CGU-RN
Descrição da Recomendação			
Recomendação 154709: Adotar medidas administrativas, para caracterização ou elisão do dano ao Erário, observado os princípios norteadores dos processos administrativos, ou a instauração de tomada de contas especial mediante autuação de processo específico, caso o dano não seja elidido, consoante ao que estabelece os arts. 3º e 4º, da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.			
Providências adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete			26264
Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 201601498/07. relativa às recomendações emitidas pela CGU, comunicamos que já tomamos algumas providências neste sentido. inclusive designando comissão, através da Portaria UFERSA/GAB nº 0287/2016. para apurar possível dano ao erário e responsabilidades, em decorrência dos fatos apontados na referida Solicitação de Auditoria.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201601498	1	OFÍCIO 25658 2014 / CGU-RN/Diligencias
Descrição da Recomendação			
Recomendação 154710: Instaurar procedimento administrativo próprio visando à apuração de responsabilidades em decorrência dos fatos apontados.			
Providências adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete			26264
Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 201601498/07. relativa às recomendações emitidas pela CGU, comunicamos que já tomamos algumas providências neste sentido. inclusive designando comissão, através da Portaria UFERSA/GAB nº 0287/2016. para apurar possível dano ao erário e responsabilidades, em decorrência dos fatos apontados na referida Solicitação de Auditoria.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201601498	1	Ofício nº 13842/2016 /NACI/RN/ Regional/RN-CGU
Descrição da Recomendação			
Recomendação 168162: Que sejam informados no Rol de Responsáveis, todos os afastamentos dos titulares em razão de férias e licenças, conforme determina o § 5º do Artigo 6º da Decisão Normativa /TCU nº 147, de 11 de novembro de 2015.			
Providências adotadas			

Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Pró-reitoria de Planejamento - PROPLAN		26264	
<p>Vimos informar de ordem do Gestor, a impossibilidade de atender ao que estabelece o parágrafo 5º, do artigo 6º da Decisão Normativa TCU nº 147/2015, bem como a recomendação constante do Relatório de Auditoria Anual de Contas (Relatório nº: 201601498), objeto de atividades da Controladoria Geral da União no Rio Grande do Norte (CGU RN), uma vez que sistema SIAFI não guarda as informações de alternância de responsabilidade entre o titular e substituto. Após, verificada a possibilidade de realizar os registros no Sistema dos afastamentos do titular pelos motivos elencados na recomendação que trata do Rol de Responsáveis (férias e licenças) e a inclusão das responsabilidades para o substituto e consequente retorno do titular a informação ou movimentação anterior é sobreposta.</p> <p>Outro aspecto considerado foi o fato de que os documentos de designação estão para um período de gestão (decreto de nomeação do Reitor, Portarias de nomeação dos diretores) e quando é realizada a substituição o sistema não aceita a nova inclusão do titular informando que já existe um documento anterior com data correspondente de designação.</p> <p>Em função dessa impossibilidade foram excluídos do Rol ao término do exercício 2016 todos os substitutos, com exceção do vice-reitor como dirigente máximo substituto e os vice diretores de campi de forma a evitar descontinuidades de gestão.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201601498	2	Ofício nº 13842/2016 /NACI/RN/Regional/ RN-CGU
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 168627:</p> <p>Apresentar relatórios periódicos de acompanhamento dos beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil quanto ao cumprimento das condicionalidades para concessão de benefícios do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.</p>			
Providências adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PROAE		26264	
<p>Todos os beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil estão sendo cadastrados no módulo de assistência estudantil do SIGAA que fornecerá relatórios periódicos de acompanhamento. Inclusive esses relatórios estarão disponíveis nos dados abertos da UFERSA até 31 de março de 2017.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201601498	2	Ofício nº 13842/2016 /NACI/RN/Regional/ RN-CGU
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 168628:</p> <p>Apresentar indicadores de evasão e retenção em função da execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.</p>			
Providências adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PROAE		26264	
<p>Foram criados indicadores de retenção e evasão de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (EM ANEXO), ratificamos que esses indicadores serão apresentados no relatório de gestão do exercício de 2016.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201601498	4	Ofício nº 13842/2016

			/NACI /RN/Regional/ RN-CGU
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 168160</p> <p>Reformular os procedimentos internos de controle para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos, de acordo com o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sempre que o servidor declare ocupar outro cargo, emprego ou função pública, exigir a comprovação do vínculo com discriminação detalhada da carga horária semanal. - Sempre que o servidor declare exercer atividade em empresa privada ou Sociedade de Economia Mista, exigir a comprovação do vínculo com discriminação detalhada da carga horária semanal. 			
Providências adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE			26264
<p>A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFERSA, diante da ocorrência de alguns casos de inconsistências nas informações prestados por servidores da Instituição no que se refere à acumulação de cargos, tem buscado adotar medidas saneadoras e preventivas no trato dessas demandas.</p> <p>Entre as referidas medidas, podemos citar as seguintes:</p> <p>a) Foi adotado um formulário padrão de Declaração de Acumulo de Cargos mais abrangente e detalhado, de modo que fique claro que o servidor ingressante deve ser comprometer com a veracidade das informações prestadas.</p> <p>b) O formulário padrão de Declaração de Acumulo de Cargos foi adotado para os casos de contratação temporária.</p> <p>c) Tem sido adotado o sistema de envio de mensagens eletrônicas ao corpo de servidores da UFERSA, com certa periodicidade, com o intuito de que o próprio servidor mantenha o sistema SIGRH atualizado acerca de sua situação funcional.</p> <p>d) A documentação referente à acumulação de cargo, no momento da entrega da documentação para efetivação da nomeação e posse do servidor, tem passado por frequente análise da Assessoria desta Pró-Reitoria.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201601498	4	Ofício nº 13842/2016 /NACI /RN/Regional/ RN-CGU
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 168161</p> <p>Executar levantamento de informações, e, conforme o caso, providenciar regularização e apuração de responsabilidade, sobre os vínculos de trabalho nos quais o servidor de matrícula SIAPE 1931513 está submetido, verificando o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Comprovação de cada vínculo, detalhando a carga horária semanal, inclusive da atividade em empresa privada ou Sociedade de Economia Mista; b) Veracidade das informações constantes na Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, ou omissão de ingresso em novo vínculo após data de ingresso no cargo de Professor do Magistério Superior na UFERSA; c) Compatibilidade de horários. 			

ANEXO U

Quadro 79 - Informações sobre o atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto 5.626/2005

NOME DO CURSO	CÓDIGO DO CURSO	MUNICÍPIO	ATENDIMENTO AO ARTIGO 3º DO DECRETO 5.626/2005	PUBLICAÇÃO
Câmpus Angicos				
Ciência e tecnologia	1101840	Angicos	SIM	2009
Ciência e tecnologia	1105110	Angicos	SIM	2009
Computação e informática	1117715	Angicos	SIM	2009
Engenharia civil	1200498	Angicos	SIM	2012
Engenharia de produção	1270673	Angicos	SIM	2014
Sistemas de informação	1117717	Angicos	SIM	2010
Câmpus Caraúbas				
Ciência e tecnologia	1115285	Caraúbas	SIM	2011
Ciência e tecnologia	1115964	Caraúbas	SIM	2011
Engenharia civil	1270674	Caraúbas	SIM	2014
Engenharia elétrica	1276125	Caraúbas	SIM	2013
Engenharia mecânica	1276128	Caraúbas	SIM	2013
Letras - inglês	1270672	Caraúbas	SIM	2013
Letras - libras	1270491	Caraúbas	SIM	2013
Câmpus Mossoró				
Administração	91260	Mossoró	SIM	2009
Agronomia	14554	Mossoró	NÃO	-
Biotecnologia	120452	Mossoró	SIM	2009

(Continua)

(Continuação)

Ciência da computação	91262	Mossoró	SIM	2009
Ciência e tecnologia	115562	Mossoró	SIM	2009
Ciência e tecnologia	115564	Mossoró	SIM	2009
Ciências contábeis	120450	Mossoró	SIM	2009
Computação	1279275	EAD	SIM	2012
Direito	1032890	Mossoró	SIM	2010
Ecologia	120454	Mossoró	SIM	2009
Engenharia agrícola e	68182	Mossoró	SIM	2009
Engenharia civil	1168452	Mossoró	SIM	2009
Engenharia de energia	104202	Mossoró	SIM	2009
Engenharia de pesca	91169	Mossoró	NÃO	2013
Engenharia de petróleo	1168745	Mossoró	SIM	2009
Engenharia de produção	91284	Mossoró	SIM	2009
Engenharia florestal	1127377	Mossoró	SIM	2013
Engenharia mecânica	104204	Mossoró	SIM	2010
Engenharia química	1180122	Mossoró	SIM	2011
Interdisciplinar em educação no campo	1261663	Mossoró	SIM	2012
Matemática	1154825	EAD	SIM	2011
Medicina	1342537	Mossoró	SIM	2015
Medicina veterinária	14555	Mossoró	NÃO	-
Zootecnia	68180	Mossoró	NÃO	-
Câmpus Pau dos Ferros				
Arquitetura e urbanismo	1321495	Pau dos Ferros	SIM	2015
Ciência e tecnologia	5000900	Pau dos Ferros	SIM	2012
Engenharia ambiental e	1321494	Pau dos Ferros	SIM	2011
Engenharia civil	1282844	Pau dos Ferros	SIM	2015
Engenharia de computação	1282843	Pau dos Ferros	SIM	2015
Tecnologia da informação	1321646	Pau dos Ferros	SIM	2015